UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA

HABITAÇÃO, MEIO AMBIENTE E SAÚDE: DIAGNÓSTICO DE NECESSIDADES DOS MUTIRANTES DA CIDADE DE SÃO PAULO – REGIÃO LESTE I

Carlos Malzyner

Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, Departamento de Prática de Saúde Pública, para obtenção do título de Doutor em Saúde Pública.

Orientadora:
Profa.Dra. Nelly Martins Ferreira Candeias

São Paulo
2002

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. *Nelly Martins Ferreira Candeias*, pela orientação e incentivo permanente.

À Profa. Dra. *Maria Cecília Focesi Pelicioni*, pelo estímulo, apoio e amizade.

À Profa. *Helena Ribeiro*, membro da Banca de Qualificação, pelas sugestões.

À Sra. *Luci Valente*, Presidente do Fórum dos Mutirões de São Paulo, pela ajuda inestimável nos contatos com os líderes da Região Leste 1.

Aos 64 líderes mutirantes que participaram desta pesquisa.

A todos aqueles que contribuíram para o desenvolvimento deste estudo.

RESUMO

Este trabalho investiga as condições de moradia, meio ambiente e saúde de seis conjuntos construídos pelo sistema de autogestão e de trabalho voluntário, chamado de mutirão autogestionário, na Região Leste 1 da cidade de São Paulo. Seu objetivo é oferecer subsídios para a melhoria da qualidade de vida dos moradores. Foram entrevistados 59 líderes, utilizando um formulário em que se considera as seguintes variáveis: características sócio-demográficas e de liderança; condições de uso e conservação da moradia e modificações realizadas; conhecimentos e práticas no que diz respeito ao meio ambiente da moradia, do conjunto e da Região Leste 1, e sobre saúde individual e coletiva. Foram também levantadas as opiniões pessoais acerca de projeto educativo para a melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida.

A introdução descreve os impactos do ambiente doméstico e local sobre a saúde dos moradores. Faz uma revisão dos problemas de uso e conservação das moradias, associados a doenças de grande incidência. Faz referência à dinâmica social e econômica brasileira, para explicar o processo desordenado de crescimento urbano, a degradação ambiental, o problema habitacional e o papel desempenhado pelo Estado. Analisa qualitativa e quantitativamente a provisão habitacional de interesse social, a evolução dos movimentos de moradia e a importância do Fórum dos Mutirões da Cidade de São Paulo.

Os resultados da pesquisa mostram os conhecimentos e práticas dos mutirantes em relação à moradia e ao conjunto; as percepções dos problemas domésticos, locais e regionais que comprometem a qualidade de vida; as opiniões e atitudes no que diz respeito à saúde pessoal e da comunidade; as sugestões para a melhoria do ambiente, da saúde e da qualidade de vida. As conclusões incluem recomendações aos mutirantes, aos assessores técnicos e às autoridades públicas.

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO 1
1. Habitação e Saúde 4
2. A Realidade Brasileira 6
3. O Papel do Estado 9

II. A PROBLEMÁTICA HABITACIONAL 12
1. A Provisão Habitacional 16
2. A Dinâmica dos Movimentos de Moradia 18
3. Cronologia dos Movimentos de Mutirão 21

III. O FÓRUM DOS MUTIRÕES DA CIDADE DE SÃO PAULO 25

IV. JUSTIFICATIVA DO PROJETO 28

V. ASPECTOS TEÓRICOS DO ESTUDO
1. Quanto à formulação de políticas públicas 31
2. Quanto à participação popular 32
3. Sobre o papel da educação ambiental 32
4. Sobre a qualidade de vida 33

VI. A REGIÃO LESTE 1 35

VII. OBJETIVOS
1. Objetivos Gerais 40
2. Objetivos Específicos 40

VIII. METODOLOGIA
1. População Alvo 41
2. Local de Estudo 41
3. Tipo de Pesquisa 42
4. Procedimentos Realizados 45

IX. RESULTADOS DA PESQUISA COM LÍDERES
1. Perfís Demográficos e de Liderança 46
2. A Moradia 60
3. O Meio Ambiente 73
4. A Saúde 93

X. CONCLUSÕES
1. Perfís Demográficos e de Liderança 109
2. Situação da Moradia 111
3. Condições do Meio Ambiente 112
4. Condições da Saúde 116

XI. CONSIDERAÇÕES FINAIS 119
1. Recomendações aos Líderes Mutirantes 122
2. Recomendações aos Assessores Técnicos 123
3. Recomendações às Autoridades Públicas 124

XII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 126

XIII. ANEXOS
1. Têrmo de Consentimento 131
2. Formulário para Líderes 132
3. Localização 137
4. Informações Técnicas 143
5. Fotos 153
5. Material de Divulgação 163

RESUMO

Este trabalho investiga as condições de moradia, meio ambiente e saúde em seis conjuntos de mutirão autogestionário da Região Leste 1 da cidade de São Paulo, com o objetivo de oferecer subsídios para a melhoria da qualidade de vida de seus moradores. Foram entrevistados 59 líderes, utilizando um formulário em que se considera as seguintes variáveis: características sócio-demográficas e de liderança; condições de uso e conservação da moradia e modificações realizadas; conhecimentos e práticas sobre o meio ambiente da moradia, do conjunto e da Região Leste 1, e sobre saúde pessoal e coletiva. Foram também levantadas as opiniões pessoais acerca de projeto educativo para a melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida.

A Introdução mostra os impactos do ambiente doméstico/local sobre a saúde dos moradores. Faz uma revisão dos problemas de uso e conservação das moradias, associados aos vetores e doenças de maior incidência. Faz referência à dinâmica socioeconômica brasileira, para explicar o processo desordenado de crescimento urbano, a degradação ambiental, a problemática habitacional e o papel desempenhado pelo Estado. Analisa qualitativa e quantitativamente a provisão habitacional de interesse social, a evolução dos movimentos de moradia e a importância do Fórum dos Mutirões da Cidade de São Paulo.

Os resultados da pesquisa mostram os conhecimentos e práticas dos mutirantes em relação à moradia e ao conjunto; as percepções dos problemas domésticos, locais e da Região Leste 1 que comprometem a qualidade de vida; as opiniões e atitudes em relação à própria saúde e da comunidade; as sugestões para a melhoria do ambiente, da saúde e da qualidade de vida. As conclusões incluem recomendações aos mutirantes, aos assessores técnicos do movimento e às autoridades públicas.

ABSTRACT

This thesis investigates the conditions of housing, environment and health of six dwelling projects constructed by the self-management system and by voluntary work called 'Mutirão Autogestionário', in the East 1 Region of the city of São Paulo. Its objective is to offer subsidies for the improvement of the quality of life of the dwellers. Fifty nine community leaders were interviewed, using a form where the following variables were considered: social-demographic and leadership features; housing conditions of use and maintenance, and changes already made; knowledge and practices of the housing environment, the neighbourhood and the East 1 Region, and of individual and collective health. Personal opinions concerning an educational project for improving the environment and the quality of life were also raised.

The introduction describes the impacts of the domestic and local environment on the dwellers' health. It reviews the housing's problems of use and maintenance, related to diseases of great incidence. It refers to the Brazilian social and economic dynamics in order to explain the disordered process of urban growth, environmental degradation, the housing problem and the role played by the State. It analyzes the housing supply of social interest from a qualitative and quantitative point of view, the evolution of the housing movements and the importance of the 'Fórum dos Mutirões da Cidade de São Paulo'.

The results of the research show the self-help workers' knowledge and practices regarding the housing and the neighbourhood; the perceptions of the domestic, local and regional problems that compromise the quality of life; the opinions and attitudes about personal health and of the community; the suggestions for the improvement of the environment, of health and the quality of life. The conclusions include recommendations for the self-help workers, the technical assistants and the public authorities.

I. INTRODUÇÀO

Historicamente, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia deu ao homem os conhecimentos e meios para dominar a natureza e explorá-la de acordo com as suas necessidades e conveniências. Este processo, intensificado nos últimos dois séculos, resultou em transformações radicais na paisagem e no relacionamento dos homens entre si e com o meio ambiente.

A poluição do ar, a contaminação das águas, os desmatamentos, os desequilíbrios climáticos, a perda da biodiversidade, a exploração descontrolada dos recursos naturais não renováveis, são algumas das consequências da exploração do meio ambiente pelo homem. A concentração de renda e o empobrecimento da maioria da população, a urbanização desordenada, os baixos padrões de atendimento às necessidades básicas da população, o crescimento do desemprego, da violência, do favelamento, entre outros, são reflexos sociais do mesmo processo.

As especificidades das estruturas nacionais podem servir para atenuar o impacto destes problemas sobre a qualidade de vida e sobre as condições de saúde de cada povo. Nos países mais pobres, porém, o impacto é maior, pela própria fragilidade de suas instituições, de sua organização social e de sua base econômica.

No contexto econômico globalizado em que vivemos hoje, temas como os custos da degradação ambiental e os benefícios do desenvolvimento sustentável ganharam status de questões internacionais, amplamente divulgadas pela mídia, objeto de permanentes debates e controvérsias. São palavras de ordem que servem de alerta a governos, organizações sociais, empresas e população, para os riscos da manutenção do modelo atual. Nas palavras de COIMBRA (1998), "...Nós agimos como aprendiz de feiticeiro, aquele que realizou a façanha de

fazer a vassoura voar e depois não conseguiu mais controlá-la. Com a tecnologia e com os processos modernos, estamos vivendo momentos chamados de 'efeitos limiares'. O efeito limiar é aquele que se produz por uma determinada causa, mas que você não sabe até onde vai chegar...".

Muito se tem estudado, discutido e divulgado acerca dos prejuízos causados pelas grandes transformações do meio ambiente. Entre estes prejuízos incluem-se, necessariamente, os impactos sobre a saúde humana. A poluição atmosférica, a falta de saneamento básico, a contaminação dos mananciais, as enchentes, constituem-se em fatores de risco epidemiológico, diretamente associados a agravos cuja incidência vem crescendo nos últimos anos. Por isso mesmo, são temas recorrentes na mídia, nas instituições de pesquisa, nas organizações da sociedade civil e nos órgãos públicos. Aliás, projetos governamentais como o rodízio de automóveis ou a proteção dos mananciais são emblemáticos da prioridade que as questões ambientais mais gerais têm recebido.

Já as questões do ambiente doméstico e seu entôrno não têm tido a mesma ressonância. No entanto, seus efeitos podem ser bastante prejudiciais para a saúde dos moradores, especialmente nas áreas de assentamento da população de baixa renda, com impactos comparáveis aos dos problemas ambientais mais gerais. Recomendação da Organização Mundial da Saúde (World Health Organization – WHO) chega a enfatizar a importância da adequação do ambiente doméstico e seu entôrno para a obtenção de condições de vida mais saudáveis, com prioridade análoga ao do próprio atendimento habitacional: "...os mais importantes fatores para a criação de ambientes de suporte à saúde são a disponibilidade, distribuição, acessibilidade e a posse da habitação, assim como a ausência de riscos tanto em casa como na vizinhança imediata" (WHO, 1996).

Desde a década de 60, sucederam-se diversas conferências internacionais, tratando de meio ambiente, saúde pública, educação ambiental, habitação e outros temas, procurando debater problemas,

trocar experiências e recomendar estratégias para sua resolução (PELICIONI, 1998; CABRERA, 1999; HAMDI, 1991; GORDILHO-SOUZA, 1997). O Projeto Cidades Saudáveis e a Agenda 21 Local são exemplos de iniciativas concretas que emergiram destas conferências. Ambos priorizam a ação de âmbito local, tratando as temáticas da saúde, do meio ambiente e do desenvolvimento urbano de forma integrada, participativa e sustentável.

O Projeto Cidades Saudáveis originou-se dos debates de Alma Ata (1978) e Ottawa (1986), cujos temas chaves foram respectivamente a promoção da saúde e saúde para todos. Sua ênfase recai em quatro pontos: apoio técnico e político dos governos central e regional à articulação de forças locais (administração pública, sociedade civil e movimentos populares); a abordagem da saúde integrada aos demais setores da gestão urbana (habitação, emprego, meio ambiente, educação e outros); a participação das populações-alvo dos projetos; a reorientação dos serviços de saúde para a prevenção e a promoção.

A Agenda 21 Local foi elaborada na Conferência do Rio de Janeiro (1992), tendo na saúde um tema central: "Seres humanos estão no centro das preocupações do desenvolvimento sustentável, com direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza". Procura abordar o desenvolvimento ambiental, social e econômico, enfatizando a importância da saúde no desenvolvimento urbano sustentável. Como no Projeto Cidades Saudáveis, prioriza o planejamento interdisciplinar e a participação popular, a justiça social e a responsabilidade, além do planejamento a nível de bairro.

O próprio programa dos mutirões autogestionários, aqui investigado sob a forma de um estudo de caso, foi selecionado e incluído na Agenda Habitat, resultante da Conferência de Istambul ou a segunda Conferência da ONU sobre Assentamentos Humanos – Habitat II (1996), pelas suas características, como a descentralização, desenvolvimento sustentável,

autogestão, respeito ao meio ambiente, participação popular, entre outras (GORDILHO-SOUZA, 1997).

1. Habitação e Saúde

É indiscutível a influência exercida pelos ambientes de maior permanência, inclusive a casa e o bairro onde moramos, sobre nossa saúde. Nestes lugares, aspectos como as características construtivas, a conservação, o uso, a disponibilidade de infraestrutura básica, a localização na cidade, entre outros, combinam-se resultando em diferentes situações de risco epidemiológico. Deste modo, condições subnormais de moradia, como as encontradas em barracos de favelas, cômodos de cortiços ou casas em assentamentos precariamente urbanizados, deixam seus moradores mais expostos a doenças.

Entre outros aspectos relevantes para a saúde dos moradores, pode-se destacar também os seguintes: o custo da moradia (prestação ou aluguel caros podem prejudicar o atendimento de outras necessidades básicas); a natureza da posse (inquilinos, posseiros e ocupantes ilegais, que vivem sob permanente ameaça de despejo, não sentem estímulo para melhorar as condições em que moram); a inadequação da residência ou da vizinhança (para o atendimento das necessidades sociais dos moradores) (WHO, 1992).

As doenças comumente associadas ao ambiente doméstico/local são aquelas provocadas por agentes patogênicos -- vírus, bactérias, protozoários ou vermes -- transmitidos pelo contato do homem com materiais contaminados (solo, água, utensílios), pela ação de vetores (insetos, animais) ou passando de uma pessoa a outra diretamente. As vias de penetração no organismo humano podem ser a digestiva (caso de diarréias, verminoses, gastroenterites, hepatites, cólera, leptospirose, dengue), a respiratória (gripe, asma, meningite, sarampo, tuberculose,

febre reumática), através da pele e dos olhos (alergias, leishmaniose, tracoma, conjuntivite) (WHO,1992).

A contaminação pode ser facilitada pela falta de higiene pessoal dos moradores, por falhas na limpeza das casas ou de todo o bairro. Superlotação, insolação ou ventilação deficientes, acúmulos de poeira, gordura ou umidade, estocagem e conservação inadequadas de alimentos, acondicionamento inadequado de lixo, falta de tela nas janelas e de tampa na caixas d'água, criam dentro das casas ambientes propícios à proliferação de patógenos e de seus vetores. Esgoto a céu aberto, acúmulo de lixo ou entulho não coletado, águas paradas, falta de arborização, desempenham o mesmo papel nas ruas.

A ocorrência destes problemas ambientais, mesmo que isolados, representa sempre risco para a saúde dos moradores. São mais vulneráveis, porém, os indivíduos que permanecem mais tempo em ambientes inadequados. É o caso de mulheres dedicadas exclusivamente às atividades domésticas, de crianças em idade pré-escolar, de idosos aposentados, assim como de outros membros da família (por exemplo, que usam a habitação também como local de trabalho), por permanecerem a maior parte do tempo em casa.

Boas condições de saúde dependem, primariamente, de se criar ambientes saudáveis, que impeçam a proliferação de patógenos e vetores, dentro das casas e fora delas, nas ruas. Não basta, portanto, que o morador construa e use sua casa adequadamente. É também necessário que todos os vizinhos ajam da mesma maneira, e que o bairro tenha infraestrutura (redes de água, esgoto e drenagem), serviços públicos (coleta de lixo e de entulho, posto de saúde), local para práticas esportivas e arborização. A viabilização de todas estas melhorias, porém, depende de uma organização comunitária eficiente, que atue tanto dentro do bairro, conscientizando e mobilizando os moradores, como fora dele, pressionando os órgãos públicos responsáveis.

Todos estes aspectos do ambiente de moradia exercem inegável influência no processo saúde/doença dos moradores. No entanto, a mensuração de seus impactos epidemiológicos é considerada problemática nos meios acadêmicos, devido à sua vulnerabilidade a erros de interpretação (TASCHNER, 1982). Esta dificuldade, comum a todos os 'estudos ecológicos', decorre dos seguintes problemas:

- a unidade de análise demográfica, que é a população e não o indivíduo, dificulta a comprovação científica das relações de causalidade entre problemas habitacionais e indicadores de morbi-mortalidade;
- fatores sócio-econômicos, como pobreza, desnutrição, falta de assistência médica, falta de organização comunitária, entre outros, influem tanto nas condições de saúde como na situação habitacional da população estudada;
- os critérios de avaliação das condições construtivas, de conservação e de uso das casas e do bairro, não podem ser generalizados, devendo levar em conta as especificidades de cada população, inclusive culturais e ambientais.

Estas dificuldades, porém, não chegam a se constituir em impedimento para o desenvolvimento de trabalhos dos mais variados tipos, associando meio ambiente e saúde, incluindo políticas públicas, estudos acadêmicos (CARDOSO, 1997; TASCHNER, 1982) e projetos de educação ambiental.

2. A Realidade Brasileira

A sociedade brasileira tem experimentado profundas transformações desde meados da década de 70. A população tornou-se majoritariamente urbana; a economia modernizou-se, ingressando na era da globalização; a política abriu-se à participação eleitoral de todos os setores sociais. Os movimentos sociais proliferaram por todo o país, abrindo novos canais de negociação entre o Estado e os cidadãos. A Constituição de 1988

sacramentou juridicamente a nova ordem democrática, redefinindo o papel do Estado e garantindo as liberdades individuais, de associação, de imprensa, e muitas outras. Mas, se nesta perspectiva abrangente constatam-se tantos avanços, o exame da realidade mais de perto deixa perceber os limites estreitos dessas mudanças.

No plano político, as conquistas sociais mais importantes acabaram neutralizadas pela falta de legislações regulamentadoras ou pela aprovação de emendas constitucionais de inspiração neo-liberal, que reforçaram a hegemonia da mesma linha de pensamento sobre o Estado e suas políticas públicas. Dessa forma, direitos conquistados num contexto de ampla participação popular – a Constituinte – acabaram esquecidos ou mutilados. O desmantelamento da máquina do Estado, através das privatizações ou do sucateamento de setores essenciais, sob o pretexto de acabar com o déficit público, seguiu a mesma lógica (CARRION,1997).

O crescimento econômico teve efeito regressivo sobre a distribuição de renda: os 50% mais pobres recebem hoje somente 14,0% da renda nacional, enquanto que os 1% mais ricos acumulam 13,1% (IBGE, 2000). O mercado de consumo nacional reflete este quadro de exclusão social no acesso precário da maioria da população às necessidades básicas (educação, saúde, habitação, alimentação), não obstante o acesso facilitado a alguns bens de consumo modernos, como eletrodomésticos e mesmo automóveis, pelo sistema de crediário. "... Assim, perto de 30% das famílias urbanas possuem um carro, enquanto que a subalimentação afeta a maioria da população..." (SACHS, 1999).

As grandes cidades brasileiras estruturaram-se segundo a mesma lógica da desigualdade: áreas centrais congestionadas e caras, disputadas por usos residenciais, comerciais e industriais de variados padrões, densidades e estados de conservação; extensas periferias de ocupação esparsa e urbanização precária, formadas ao longo dos corredores de transporte; inúmeras glebas e lotes vagos por toda a cidade, muitas delas ocupadas por favelas. Esta dinâmica desordenada é

resultante da confluência de diversos fatores: as demandas formal e informal do solo urbano, os interêsses do mercado imobiliário, a timidez das políticas fundiárias governamentais e a insuficiência dos investimentos públicos. Como fatores agravantes, temos o empobrecimento de setores amplos da população, inclusive as classes médias, e o ritmo acelerado de expansão das cidades, provocando rápida obsolescência de suas infraestruturas e deterioração urbana. Para IANNI (1999), citando Coraggio, '...a cidade latinoamericana é cada vez menos um produto intencional e linear dos agentes imobiliários da acumulação, e cada vez mais um co-resultado, reflexo das ações populares massivas e inorgânicas, orientadas por estratégias de sobrevivência".

Nesse contexto, as condições ambientais tendem a se deteriorar, pois o crescimento das cidades se faz pela ocupação indiscriminada de todo tipo de terreno, mesmo os mais problemáticos, como várzeas inundáveis e encostas íngremes, e à revelia das políticas públicas de preservação do meio ambiente e de planejamento urbano. Some-se a isso a erradicação da cobertura vegetal e o lançamento de todo tipo de resíduos gerados pela ocupação urbana -- lixo, efluentes sanitários, entulho e detritos industriais – para se compreender, em grossas pinceladas, o quadro de risco a que se chegou. O crescente número de emergências atendidas pela Defesa Civil (como deslizamentos de encostas e enchentes), os 'desastres naturais' (como contaminação das águas superficiais e subterrâneas, e assoreamentos de rios e córregos), e o recrudescimento das doenças infecciosas (inclusive doenças antes consideradas típicas da zona rural, como Chagas e Leishmaniose -- Jornal Folha de SP, 27/05/1999), são indicativos da gravidade da situação atual.

No que diz respeito à habitação, "...os dados mostram que nem os salários permitem a compra da moradia no mercado privado, nem as políticas públicas são eficientes em assegurar o acesso à moradia..." (Relatório Brasileiro sobre Assentamentos Humanos à HABITAT II, s/d). De maneira análoga à problemática ambiental, a crise habitacional tende

a se agravar, acompanhando a evolução recente dos indicadores socioeconomicos mais gerais. O Estado, com seus programas habitacionais de interesse social, não tem conseguido atender as necessidades da população a que se destinam.

3. O Papel do Estado

JACOBI (1989), tratando dos condicionantes estruturais que envolvem os movimentos sociais, procura analisar o papel do Estado e de suas políticas públicas. Segundo ele, o Estado capitalista não é diretamente o Estado dos capitalistas. Trata-se de um Estado que tem de exercer funções contraditórias, de acumulação e de legitimação, para criar as bases de um consenso através da ação das suas instituições. As políticas sociais estão permeadas pelas contradições e tensões entre os imperativos da reprodução do capital e as necessidades de reprodução da força de trabalho. O Estado torna-se interlocutor das demandas sociais dos diferentes movimentos reivindicatórios, assim como agente indutor das políticas que regulam a dinâmica geral da sociedade.

A natureza contraditória do Estado reflete-se nas suas políticas públicas – instrumentos governamentais de planejamento, intervenção e gestão, com vistas à prevenção de problemas e promoção de ações de melhoria da qualidade de vida – que têm sido formuladas e implementadas de modo compartimentado e desarticulado entre as diversas agências que compõem a máquina estatal. Cada uma destas agências é responsável por uma parte ou dimensão do processo – entre elas, a econômica, a urbana, a ambiental, as setoriais, e as sociais – com resultados tímidos e ineficazes em praticamente todas elas.

A hegemonia do paradigma neo-liberal, durante os anos 80, contribuiu nesse sentido, com as medidas de enxugamento da máquina estatal, a conseqüente perda da articulação intersetorial das políticas públicas e a subordinação destas aos interêsses da acumulação

capitalista. Progresso sinonimizou com a expansão ilimitada das atividades economicas e da urbanização, mesmo que às custas do esgotamento dos recursos naturais e da degradação do meio ambiente e dos homens. Eventuais desequilíbrios, do ponto de vista do sistema econômico, deveriam ser sanados pelos mecanismos de mercado, e o emprego crescente de tecnologia e capital. Contudo, a aplicação desses princípios à realidade brasileira resultou em crises econômicas sucessivas, e a ampliação do passivo social e ambiental.

No que diz respeito ao meio ambiente, "...a estrutura administrativa estatal ligada ao meio ambiente e seu arcabouço de atuação legal formaram-se na contramão da tendência de enxugamento dos demais setores governamentais..." (MORAES, 1994). Desde meados dos anos 80, as atribuições do setor ambiental vêm sendo ampliadas, acompanhando o amadurecimento do próprio pensamento ambientalista no país.

A importância cada vez maior dada às questões ambientais não correspondeu, porém, a mudanças imediatas nos comportamentos dos indivíduos, instituições, empresas, ou mesmo nas políticas públicas dos setores estatais não ambientais. Estas mudanças foram ocorrendo gradualmente, e só se generalizaram a partir dos anos 90, quando o ambientalismo brasileiro superou os limites estreitos do conservacionismo, deixando de ser restrito a pequenos grupos da sociedade civil e setores estatais ligados ao meio ambiente, para penetrar em outras áreas, como os setores estatais não ambientais, universidades, mídia, empresas, movimentos sociais, etc. Atualmente, as políticas ambientais, mais do que políticas setoriais, representam a articulação intersetorial dos diversos programas governamentais sobre o território, tanto no sentido horizontal (na mesma instância de govêrno) como no vertical (entre as instâncias municipal/estadual/federal), além de interface da administração pública com a sociedade civil.

Com base na crítica ao modelo de desenvolvimento anterior, estabeleceram-se os fundamentos de um novo paradigma, o do

desenvolvimento sustentável, que propõe uma nova ética para o desenvolvimento, nos seguintes aspectos: a qualidade de vida como prioridade fundamental, a satisfação das necessidades básicas da população por meio da utilização de tecnologias social e ecologicamente adequadas, respeito às especificidades culturais e históricas de cada sociedade, descentralização nas tomadas de decisão, solidariedade com as gerações futuras, respeito às capacidades de suporte de cada ecosistema (VIOLA, 1992).

A transição gradual do modelo anterior para o novo, porém, coloca o Estado brasileiro em situação paradoxal: parte do seu aparelho constitui os principais canais institucionais de defesa da qualidade do meio ambiente, outra parte constitui os principais agentes de degradação.

Os programas habitacionais de interêsse social expressam bem esse paradoxo: os estoques de terra para provisão habitacional concentram-se na periferia das grandes cidades, especialmente em zonas rurais, áreas de geomorfologia precária e urbanização problemática e cara, mas de baixo custo de aquisição; por outro lado, a legislação ambiental exige avaliação prévia do impacto ambiental e inclusão de medidas mitigadoras, para a aprovação de projetos habitacionais de grande porte, o que pode encarecer até o ponto de inviabilizar a maioria deles. Este embate institucional não favorece ninguém, além de criar um círculo vicioso: a legislação ambiental impõe exigências para a provisão habitacional, que, sem os ganhos de escala dos grandes conjuntos, mantém-se aquém das necessidades; a população desatendida volta-se para as soluções informais e/ou clandestinas de moradia -- especialmente na periferia, onde os valores fundiários são baixos -- resultando na mesma degradação ambiental que a legislação pretende previnir.

II. A PROBLEMÁTICA HABITACIONAL

O Estado e suas políticas públicas têm tido pouco impacto na situação habitacional dos setores sociais mais pobres. Sua ineficácia no atendimento dessa necessidade primária que é o abrigo -- além de outras igualmente importantes, como a alimentação e a educação -- impulsiona a procura de soluções informais e/ou clandestinas de moradia. Por isso, o número de famílias morando nas diversas modalidades de habitação subnormal – favelas, cortiços e loteamentos periféricos sem acesso às redes de infraestrutura básica – têm crescido muito mais rapidamente do que o atendimento proporcionado pelos programas habitacionais dos três níveis de governo.

Segundo pesquisa da FIPE (1995), em todo o Brasil, excluindo a zona rural, o déficit de novas moradias é de 3,4 milhões de unidades, enquanto que 6,4 milhões apresentam algum tipo de inadequação. Estes dados relativos ao 'déficit' habitacional em escala nacional levam em consideração a distinção entre carência habitacional – famílias morando em condições subnormais -- e carência de habitabilidade – moradias com algum tipo de inadequação, como acesso parcial às redes de infraestrutura básica, falta de regularização fundiária, insalubridade, superlotação, e outros problemas --.

Estudo recente da Fundação João Pinheiro, "Déficit Habitacional no Brasil 2000", divulgado pela imprensa (Jornal Folha de SP - 20/01/2002), atualiza alguns destes dados e acrescenta novos. O déficit habitacional urbano é estimado em 5,4 milhões de unidades, sendo que o aumento do déficit no período 1991/2000 foi de 41,5%, ao passo que a taxa de crescimento da população brasileira foi de 15,6% e o aumento no número de domicílios foi de 28,6%, para o mesmo período (dados do Censo 2000 do IBGE). Os critérios para o cálculo do 'déficit' foram distintos daqueles utilizados na pesquisa da FIPE: coabitação familiar, gasto excessivo com aluguel (mais de 30% da renda familiar), depreciação (imóveis com mais

de 50 anos) e inadequação (carência de serviços de infraestrutura básica).

BONDUKI (1983), em seu estudo sobre a evolução da habitação popular em São Paulo, situou nos anos 40 o início do processo de urbanização periférica, impulsionado pelo afluxo de migrantes, a falta de moradias para locação (devido ao congelamento dos aluguéis), e a expansão dos transportes coletivos por ônibus. Por outro lado, a influência conservadora dos govêrnos militares pós-64, reforçando a ideologia da casa própria através de seus programas habitacionais, consolidou este movimento de fuga para a periferia. Alimentado pela crise econômica, o crescimento do desemprego e da pobreza, o processo ampliou-se até atingir as proporções de um fenômeno de massas, com graves prejuízos para a qualidade de vida e de meio ambiente da cidade.

Esta alternativa – a compra financiada do lote em bairro periférico, mas com algum acesso às redes de infraestrutura básica, e a edificação da casa por autoconstrução – constituiu-se na opção preferencial da população mais pobre de São Paulo até meados dos anos 70, quando vários problemas tenderam a desestimular sua adoção: a expansão exagerada da mancha urbana e das distâncias; as pressões demográficas, tanto pelo seu componente migratório como o vegetativo; e o encarecimento dos valores fundiários. Em conseqüência, surgiram diversas 'soluções' alternativas: expandiu-se a ocupação de áreas de risco, como margens de córregos e encostas íngremes, e de zonas de proteção ambiental, como áreas de mananciais e de mata; aumentou o número de favelas e o seu tamanho; agravou-se a lotação de cortiços e outros tipos de cômodos alugados; multiplicaram-se as invasões de prédios abandonados, e de áreas públicas e particulares; por fim, cresceu enormemente o número de desabrigados nas ruas.

As informações que se seguem procuram caracterizar os tipos mais comuns de habitação subnormal em São Paulo, e fornecer estimativas para um dimensionamento das necessidades.

O IBGE considera como favelas os conjuntos constituídos por mais de 50 unidades habitacionais (barracos, casas), localizados em terrenos de propriedade alheia (pública ou privada), com ocupação desordenada e densa, carentes de serviços públicos essenciais.. Com base nessa definição, a Contagem da População de 1996 registrou no município 177.141 domicílios em 506 favelas, abrigando uma população de aproximadamente 750 mil moradores .

Já os dados da pesquisa PMSP/FIPE (1993) indicaram um total de 378.863 domicílios em favelas, incluindo aglomerados a partir de duas unidades habitacionais (precariamente construídas e dispostas de forma desordenada sobre o lote, cuja propriedade legal não é daqueles que o ocupam). Essa pesquisa estimou em cerca de 1 milhão e 900 mil os moradores de favelas em São Paulo, o que correspondia a cerca de 20% da população do município em 1993. A discrepância entre estes dados e os do IBGE decorre da diferença dos critérios adotados.

O mesmo levantamento da PMSP/FIPE (1993) encontrou 23.688 imóveis encortiçados na cidade de São Paulo – dos quais 45,6% construídos com esta finalidade -- compreendendo 595.110 pessoas, que correspondem a 6% da população paulistana recenseada pelo IBGE em 1991. Os cortiços de São Paulo apresentam, em média, 20,41 moradores, distribuídos em 8,50 cômodos por imóvel.

Compõem ainda o universo das habitações subnormais da cidade de São Paulo, as moradias em loteamentos clandestinos e sem acesso às redes de infraestrutura básica. Segundo estimativas da Secretaria Municipal de Habitação divulgadas pela imprensa (Jornal Folha de SP, 04/01/1998), o número de loteamentos clandestinos está em torno de 2.700, onde moram 1,5 milhão de habitantes. Grande parte destes loteamentos estão localizados em zonas rurais e em áreas protegidas, com usos, ocupação e parcelamento regulados por legislações específicas, dos três níveis de govêrno, bem mais restritivas que as

usuais, para preservação de suas características intrínsecas (mananciais, várzeas, matas, declividades acentuadas, etc.). Este grau de restrição maior da legislação urbanística mantém os valores fundiários relativamente baixos, se comparados aos valores das zonas urbanas, mas tornam estes locais especialmente atrativos para empreendimentos habitacionais populares, inclusive os clandestinos. As dificuldades materiais enfrentadas pelas administrações estadual e municipal para exercer o controle da situação, aliadas à inoperância do Poder Judiciário, acabaram impulsionando o processo.

A recente aprovação do Estatuto da Cidade, no âmbito federal -- a ser seguida da regulamentação no nível local, para a necessária adaptação à realidade urbanística e social de cada município -- abre novas perspectivas de planejamento e gestão das questões aqui retratadas, que envolvem o setor habitacional, o meio ambiente, o ordenamento urbano das grandes cidades brasileiras e a melhoria da qualidade de vida de sua população. A lei busca garantir o cumprimento da função social da propriedade urbana -- já prevista na Constituição Federal de 1988 mas até agora inaplicável -- pela instituição de três instrumentos estratégicos: o parcelamento ou edificação de caráter compulsório, o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo, e a desapropriação para fins de reforma urbana. Além destes, institui também a regularização fundiária através do usucapião especial de imóveis urbanos, e torna obrigatório o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para empreendimentos que possam afetar a qualidade de vida local.

Nas áreas de interêsse público ou social definidas pelo Plano Diretor municipal, os proprietários de imóveis não-edificados ou subutilizados serão notificados para realizarem empreendimento compulsório; no prazo legal, persistindo a condição do imóvel, será cobrado IPTU progressivo, seguido de desapropriação após cinco anos. Dessa forma, serão aproveitados os vazios urbanos (cerca de 25% da área urbanizada de São Paulo), e otimizado o aproveitamento da

infraestrutura instalada; serão disponibilizados imóveis para construção de moradias ou instalação de equipamentos sociais. O usucapião especial de imóveis urbanos possibilitará a regularização fundiária de áreas como favelas, desde que sejam de propriedade particular, facilitando a instalação de infraestrutura básica. Com relação ao Estudo de Impacto de Vizinhança, será obrigatório para a aprovação de certos tipos de empreendimento, com características ou dimensões que possam afetar a qualidade de vida local, conforme lista a ser editada em lei municipal.

1. A Provisão Habitacional

Segue-se uma revisão sumária das políticas habitacionais de interêsse social e sua evolução recente, com destaque para as políticas federais, que sempre serviram de referência para as instâncias estadual e municipal.

Até meados dos anos 60, existiam diversas modalidades de provisão habitacional, que já então atendiam apenas parcialmente as necessidades. O acesso à casa própria era viabilizado principalmente pelo crédito imobiliário oferecido através das Caixas Econômicas, Institutos de Previdência Social, bancos privados e incorporadores. Os programas habitacionais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) atendiam a população mais pobre, promovendo tanto o financiamento como a locação de moradias. Porém, a inexistência de mecanismos de indexação de valores e o sistema de distribuição das unidades -- orientado por critérios clientelistas -- levou à falência desses programas.

O Sistema Financeiro da Habitação (SFH), criado em 1964, na esteira do golpe militar, estava baseado no princípio da autosustentação financeira, e tinha três fontes principais de recursos: as cadernetas de poupança, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e os

empréstimos contraídos no exterior (principalmente do Banco Mundial). Sua gestão central ficava a cargo do Banco Nacional da Habitação (BNH), seguindo as diretrizes de política habitacional elaboradas pelo Serviço Federal da Habitação e do Urbanismo (Serfhau).

Até meados dos anos 80 – o BNH foi extinto em 1986, e suas competências foram transferidas para a Caixa Econômica Federal – logrou-se mudar a paisagem das cidades brasileiras através do financiamento às incorporações imobiliárias privadas e às obras de infraestrutura urbana. Mesmo os conjuntos habitacionais de interêsse social, situados geralmente em áreas periféricas, tiveram forte impacto no mercado fundiário urbano. A atuação do BNH serviu para consolidar a ideologia da casa própria, favorecendo o setor financeiro (bancos e companhias de crédito), o setor de incorporações (construtoras e empreiteiras) e a indústria de materiais e equipamentos para a construção civil. Todas estas realizações, porém, serviram como pano de fundo de um acirramento das desigualdades sociais e da segregação espacial.

Segundo SACHS (1999), o BNH destinou, entre 1964 e 1986, cerca de dois terços de seus recursos para o financiamento de habitações, enquanto que as infraestruturas urbanas (de saneamento, energia e sistema viário) dividiram o terço restante. Foram financiadas em todo o Brasil 4,4 milhões de moradias, ou seja, 25% do total construído no mesmo período. Mas 4/5 do montante total dos créditos habitacionais foram destinados para o atendimento dos segmentos de renda média e alta (que constituem apenas 17% das necessidades), enquanto que o setor habitacional de interêsse social, destinado à população de menor renda (cerca de 80% das necessidades), recebeu apenas 13% dos recursos disponíveis. Da mesma forma, os investimentos em infraestruturas urbanas privilegiaram os bairros de classe média e alta, enquanto que as periferias continuaram atendidas precariamente.

Este flagrante desequilíbrio na distribuição dos recursos do SFH/BNH resultou em um atendimento apenas marginal das necessidades da população mais pobre, a quem teoricamente todo o sistema deveria dar prioridade. Em 20 anos, a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo-COHAB/SP produziu 90 mil habitações, que correspondem a apenas 2,5% do estoque de habitações da região metropolitana. Além disso, seus programas tinham um limite de acessibilidade muito alto para a sua população-alvo. Para SACHS (1999), citando Wilheim, "... a política de habitação ... deve ter uma direção política, técnica e social à qual se subordine a política financeira, e não o contrário".

Mesmo tendo permanecido muito aquém das necessidades, os programas do BNH no segmento das habitações populares foram sendo qualitativamente modificados em função da conjuntura político-economica e da evolução do debate acerca do conceito de habitação popular. Assim, a partir de 1975, foram desenvolvidos novos programas destinados à população mais pobre -- lotes urbanizados, urbanização de favelas, autoconstrução financiada -- rebaixando o teto de acessibilidade e promovendo a subvenção de práticas populares, como a autoconstrução e o mutirão.

Não cabe nesta breve revisão o exame de todas as políticas públicas de habitação popular promovidas nas últimas décadas, não obstante a importância das mesmas para o entendimento da situação atual. Pretende-se aprofundar somente os programas habitacionais que inovaram nas formas de participação popular. Para cobrir as lacunas resultantes desta estratégia, recomenda-se a leitura de VILLAÇA (1986) e SACHS (1999).

2. A Dinâmica dos Movimentos de Moradia

O marco inicial da história dos mutirões habitacionais na capital paulistana, coincidentemente com o do Movimento dos Sem Terra

urbanos, foi a invasão da Fazenda Itupu, em 1981. Antes disso, a atuação dos movimentos de moradia era dirigida principalmente para o atendimento de demandas locais, como a obtenção de melhorias na infraestrutura de bairros e favelas, e a regularização de loteamentos clandestinos. O Estado e sua burocracia, responsáveis pelo atendimento às demandas locais, constituía-se no alvo preferencial da mobilização popular organizada.

Segundo STEPHANOU et al. (s/d), a participação popular era vislumbrada sobretudo pelo seu conteúdo político: a população organizada teria mais poder de pressão sobre os governantes e poderia obter melhores resultados no atendimento de suas reivindicações; em consequência, estaria legitimada a ação das lideranças populares, que poderiam ampliar sua influência política e social nas populações que representavam, bem como experimentar novos projetos políticos no campo institucional. Esta perspectiva, tipicamente clientelista, associava as demandas locais às lutas políticas mais amplas pela democratização do Estado.

A partir da invasão da Fazenda Itupu, os movimentos de moradia passaram a protagonizar um número crescente de ocupações coletivas, até chegar a seu ponto máximo em 1987. Esta onda de invasões decorreu da deterioração progressiva da situação econômica na década de 80, com o crescimento do desemprego e a elevação do custo de vida, que obrigaram a população mais pobre a deslocar-se em massa para alternativas mais baratas de moradia, como barracos de favelas e cômodos de cortiços. A amplitude do problema acabou dificultando sua solução no plano individual e fortalecendo a necessidade da ação coletiva.

A resposta inicial do governo foi de violência, simplesmente expulsando as famílias invasoras. Este clima de confronto, porém, não impediu o desenvolvimento de negociações entre o Estado e os movimentos de moradia. Ainda segundo STEPHANOU et al. (s/d), "...já

não se trata somente do inimigo a ser pressionado, mas também do espaço político aonde se deflagram lutas...e se articulam projetos de construção de políticas públicas que venham a responder algumas das demandas destes movimentos. Portanto, não se trata somente de pressionar por soluções..., mas construir conjuntamente algumas destas soluções".

"...Nos anos 70, o movimento de moradia negava a questão institucional. Já na década de 80, com a eleição de Franco Montoro e Mário Covas, o movimento se transforma em pessoa jurídica e sujeito político... Em meados da década de 80, percebe-se a necessidade do movimento ser mais propositivo. Novas questões se colocam: que tipo de casa quer o movimento; que proposta de financiamento apresenta; como participar de todo o processo?" (depoimento da assistente social Rosângela Dias da Paz, membro da assessoria, citado no site da INTERNET www.gcsnet.com.br/oamis/civitas /ci230m6.html).

Os programas habitacionais desenvolvidos a partir dos anos 80 resultaram, em sua maioria, da articulação entre movimentos organizados e Estado, cujas características dependeram do nível de organização e mobilização da população, do perfil político dos administradores e das alianças estabelecidas para a gestão local, resultando na experimentação de formas variadas de participação popular, descritas adiante.

JACOBI (1989) lembra que a heterogeneidade dos movimentos sociais, suas contradições internas, seu caráter cíclico e seu alcance são problemas que colocam em xeque a noção dos movimentos como agentes de transformação. Destaca algumas características atuais: formação de uma identidade sócio-cultural, configurando nova cultura política e imaginário político; minimização do papel dos agentes externos, orientados basicamente por motivações ideológicas, e sobrevalorização do caráter espontâneo da mobilização, dificultando sua subordinação às organizações políticas e sua institucionalização ao Estado; coletivização

das práticas individuais permitindo formular alternativas que representam efetiva transformação no plano da cultura política.

FELIPE (1995) analisa a construção da identidade dos movimentos de moradia, dada a heterogeneidade de seus membros, da seguinte forma: são grupos constituídos a partir de uma condição econômica comum de "negatividade específica", ou seja, de falta de determinado bem ou serviço; têm domínio da noção de direito, que confere legitimidade à reivindicação de iguais; aglutinam-se em organizações de base local pré-existentes, como comunidades eclesiais de base (CEBs) e associações de bairro.

O recrudescimento recente de acampamentos e invasões pelos grupos de sem-teto em São Paulo (quatro invasões em 1998, 16 em 1999 e 13 em 2000, principalmente de prédios públicos desocupados) demonstra que, decorridos 20 anos, os mesmos condicionantes de ordem macro (crise econômica, aumento do desemprego, deterioração das condições de moradia) levam à retomada pelo movimento popular das mesmas estratégias contra a falta de políticas adequadas de provisão habitacional nos três níveis de governo. Mas no caso específico destas invasões, não existe planejamento: são somente atitudes desesperadas de famílias recém despejadas de cortiços na área central da cidade. Consumada a invasão, organizam-se comitês para acomodar as famílias e tratar com a União dos Movimentos de Moradia-SP, imprensa, políticos e outros (Jornal Folha de SP, 02/06/2001).

3. Cronologia dos Programas de Mutirão

Até meados dos anos 70, tanto administradores públicos como técnicos faziam muitas restrições à autoconstrução enquanto processo de atendimento às necessidades habitacionais da população de baixa renda: a localização distante dos conjuntos, a falta de infraestrutura, os materiais construtivos de baixa qualidade, a mão de obra desqualificada,

eram fatores que, somados, resultavam em produtos inseguros, insalubres e de execução muito demorada.

Mas a ineficácia dos programas oficiais de habitação popular, face ao déficit crescente, acabou por viabilizar a autoconstrução como solução alternativa para a diminuição dos custos da 'casa própria'. Além disso, serviu de resposta à crescente mobilização da sociedade brasileira pela democratização do Estado. Esta confluência de interêsses possibilitou o desenvolvimento da autoconstrução nos programas de habitação popular.

Numa primeira fase, implementou-se o PROFILURB (Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados), iniciado em 1975, que chegou a atender 10% do total de moradias executadas de maneira convencional, durante sua vigência, e o PROMORAR (Programa de Erradicação de Favelas), iniciado em 1979, que chegou a atender 460 mil famílias até 1984.

Na segunda fase, iniciada em 1982 com a eleição de governadores e prefeitos de oposição, simpáticos à participação popular, e com a criação pelo governo federal do PNA/PJB (Programa Nacional de Autoconstrução/Projeto João de Barro) em 1984, promoveram-se mutirões em todo o país, destacando-se os de Goiânia ("Mil Casas Em Um Dia"), São Paulo (FUNAPS-Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal, e Projeto Vila Nova Cachoeirinha), São Bernardo do Campo, Lages, Vila Velha, Angra dos Reis, e outras cidades, todos eles geridos por governos municipais ou estaduais, com a participação em graus variáveis de associações comunitárias, mas ainda não contando com os recursos do SFH-Sistema Financeiro da Habitação.

A fase atual foi iniciada com a criação, pela Prefeitura de São Paulo, do FUNACOM (FUNAPS Comunitário), em 1990, e, no âmbito estadual (CDHU), do Programa Mutirão da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP), em 1992, e do Programa Paulista de Mutirão e Autogestão, em 1995. Os programas estaduais, porém, tinham

uma proposta menos ambiciosa que o municipal quanto à participação popular, e seus resultados, conforme divulgado pela imprensa, têm servido menos à população destinatária do programa que aos interêsses políticos de seus administradores.

CARDOSO, citado por FELIPE (1997), observa três tipos de gestão nos mutirões: a institucional, a co-gestão e a autogestão. Na gestão institucional, adotada na maior parte dos mutirões até final da década de 80, os empreendimentos são promovidos e conduzidos pelo Estado e seus técnicos, e à população cabe apenas o papel de mão-de-obra no canteiro. Na co-gestão, encontrada em alguns municípios do interior de São Paulo e nos programas de reurbanização de favelas da capital, a responsabilidade pela administração dos empreendimentos é dividida entre agente promotor e comunidade, em todas as suas etapas. Na autogestão, o agente promotor não participa diretamente do empreendimento, sendo a comunidade a responsável pela sua administração geral e o gerenciamento de todos os recursos, através da Assembléia de Mutirantes e da Coordenação.

WERNA (2001) analisa comparativamente diversos modos de provisão de habitação popular (Mutirão CDHU, Mutirão COHAB, Cingapura, Empreitada Global, Plano Empresário e Cooperativa Paulicoop), com base em um conjunto de indicadores. O mutirão autogestionário (Mutirão COHAB) destaca-se em alguns deles, nem sempre favoravelmente:

- Tempo -- sua construção é a mais demorada – 3 a 4 anos – devido à participação dos mutirantes como trabalhadores braçais, que só pode ocorrer nos fins de semana, e ao caráter participativo do processo, que demanda muito tempo em reuniões, escolhas,etc.;
- Custo -- o custo por unidade habitacional – 1.200 UPFs -- é o mais barato, pela sua maior eficiência financeira;
- Participação -- a participação dos futuros moradores verifica-se com maior intensidade e em um maior número de etapas, inclusive planejamento, projeto, construção, gestão financeira, etc.;

- Eqüidade – é um dos modos de provisão habitacional que consegue dar atendimento à população com renda familiar de até três salários mínimos (os outros são Mutirão CDHU e Cingapura); por outro lado, sua produção é pequena, proporcional ao diminuto volume de recursos financeiros e humanos envolvidos, e atendeu em 1996 apenas 1% das famílias inscritas.

III. O FÓRUM DOS MUTIRÕES DA CIDADE DE SÃO PAULO

Surgidos no final dos anos 80, os mutirões autogestionários destacaram-se entre os diversos movimentos de moradia por promover experiências inovadoras, que procuraram romper com a tradição clientelista deste tipo de movimento e lograram alcançar novos patamares de participação, organização e mobilização. Nesse sentido, podemos citar a formação de comissões para organizar os trabalhos comunitários e a formação política das lideranças.

No entanto, além da formação política, os mutirantes tinham de trabalhar nos canteiros de obras, enfrentando todas as dificuldades do trabalho de construção civil. Segundo FELIPE (1997), o desgaste físico e emocional provocado pelo aumento das jornadas de trabalho, e o desgaste político causado pela participação de líderes mutirantes no governo municipal de então, acabaram provocando o paulatino esvaziamento dos mutirões. Esta tendência só foi revertida pela vitória, nas eleições municipais de 1992, dos partidos oposicionistas, de orientação conservadora e populista. O azar eleitoral trouxe um paradoxal revigoramento ao movimento, na tentativa de preservar aquilo que tinha sido conquistado anteriormente face à ameaça representada pela nova administração.

Durante oito anos, até o retôrno dos partidos de esquerda ao governo municipal em 2001, a continuidade dos mutirões foi sistematicamente posta à prova, dificultada por diversos problemas: paralisação de algumas obras por atraso no repasse de verbas pela COHAB; atraso na instalação da infraestrutura pelas concessionárias; construção em desacordo com o projeto original; pessoal de assessoria insuficiente. A situação das obras era muito desigual, entre paralisadas, em andamento ou concluídas. Periodicamente, suas lideranças tinham (e ainda têm) de comparecer à COHAB e ao Tribunal de Contas municipal e prestar contas da destinação das verbas repassadas, enfrentando todo

tipo de empecilhos burocráticos, a má-vontade dos funcionários e outras humilhações. Mas, para a maioria dos mutirantes, estes representam problemas menores, face à conquista de uma condição de cidadania mais ampla.

A coordenação desse movimento, em São Paulo, é exercida pelo Fórum dos Mutirões da Cidade de São Paulo, que atualmente reúne representantes de 84 associações de mutirantes (a expectativa de reabertura das inscrições para novos grupos fez aumentar muito este número), assim como a assessoria técnico-jurídica do movimento. Cada associação representa um grupo de famílias que se habilitou a receber um financiamento para a construção por mutirão autogestionário de um conjunto de habitações, conforme contrato e projeto aprovados pela COHAB (órgão da administração municipal). Esta tem tido um papel triplo: gerente do projeto, repassadora dos financiamentos para a aquisição de materiais de construção e contratação de mão de obra especializada, e outorgante das escrituras quando da conclusão das obras. A assessoria técnico-jurídica (estruturada como ONG, mas cujos membros são na maioria militantes de partidos políticos de esquerda) proporciona as orientações necessárias às associações para as negociações com a COHAB e o andamento das obras. Esta parceria e todos os procedimentos dela decorrentes obedecem aos parâmetros do programa FUNACOM (FUNAPS Comunitário) da Prefeitura de São Paulo.

A inserção do pesquisador no movimento deu-se casualmente: foi solicitada a indicação de um representante da Faculdade de Saúde Pública para participar do 2o. Seminário do Fórum dos Mutirões da Cidade de São Paulo. O evento, realizado em 14/09/97, na sede do Sindicato dos Condutores, contou com a participação das lideranças de todas as associações em atividade e das assessorias do movimento, além de populares, constando da programação três exposições, referentes a problemas técnicos de construção, problemas de saúde e problemas jurídicos, seguidas de discussão em três grupos menores para avaliação e proposição de encaminhamentos.

As abordagens adotadas nas exposições técnica e jurídica foram parecidas, com explanações didáticas, em linguagem acessível, baseadas nas experiências vivenciadas pela assessoria e pelos mutirantes. Foram enfatizadas algumas recomendações (e proibições) que visavam facilitar os procedimentos nos canteiros de obras e evitar complicações administrativas com a COHAB (as ocorrências mais comuns são casas construídas em desacordo com a planta aprovada, com possíveis consequências para a segurança estrutural e o saneamento do conjunto, havendo registro até de invasão e construção em áreas de uso comum, pelos donos de lotes contíguos).

A exposição sobre saúde procurou destacar a influência das condições de habitação sobre a saúde dos moradores e da comunidade. Descreveu-se a origem e a trajetória das doenças mais comuns no ambiente doméstico e à sua volta, associadas a comportamentos individuais ou coletivos, e às características construtivas das habitações e do bairro. Nas discussões da etapa seguinte, os grupos procuraram contextualizar estes temas à realidade social e física do espaço urbano criado por eles através do mutirão. Os encaminhamentos subsequentes enfatizaram, entre outras recomendações, a necessidade de continuar as discussões em comissões regionais de saúde, reunindo associações de conjuntos geograficamente próximos.

IV. JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A expansão territorial da mancha urbana de SP, verificada nas últimas décadas, é resultado da mesma dinâmica desordenada e predatória antes analisada, com o agravante de ser o centro da maior região metropolitana brasileira. Seus contrastes são imensos, e tendem a aumentar, assim como seus problemas.

A gravidade da situação, porém, não altera a tipologia dos cenários de expansão da cidade, que são basicamente dois: as periferias, avançando sobre o meio rural circundante, e os vazios remanescentes dentro da malha urbana, gradativamente preenchidos. Neles, encontramos diversos agentes transformadores: indivíduos atuando isoladamente, movimentos organizados (principalmente grupos de moradia), empresas (indústrias, companhias imobiliárias) e o Estado (conjuntos habitacionais e outros grandes equipamentos).

Destes agentes, chamam nossa atenção os grupos de moradia, principalmente aqueles vinculados ao movimento dos mutirões autogestionários. Eles não são os agentes mais agressivos em relação ao meio ambiente, tampouco os mais numerosos ou de maior amplitude territorial. Mas estão presentes em todas as frentes de expansão da cidade – Área de Proteção dos Mananciais, Zona Leste, Zona Norte, Área Central. São movimentos participativos, cujos membros decidem coletivamente sobre todas as questões de interêsse do grupo (compra do terreno, projeto e construção das casas, equipamentos comunitários). São assessorados tecnicamente por escritórios, que desenvolvem os projetos e fazem o acompanhamento de obra, orçamentos, orientações, etc. Suas lideranças integram o Fórum de Mutirões da Cidade de São Paulo, onde são tratados os assuntos de interêsse comum de todos os grupos (administrativos, legais, técnicos e políticos).

A maioria destes grupos logrou êxito em sua empreitada, isto é, terminaram a construção dos conjuntos e distribuíram as unidades habitacionais. As configurações dos conjuntos foram variadas – podiam ser pequenos (poucas unidades), grandes, verticalizados, de casas térreas, sobrados, e outros tipos – mas todos apresentavam condições privilegiadas de implantação, de edificação e de meio ambiente, se comparadas às condições dos bairros vizinhos. Entenda-se condições privilegiadas como padrões adequados de qualidade, segurança, higiene, proteção e outros requisitos essenciais (WERNA, 2001), no que concerne aos projetos arquitetônico e urbanístico, aos materiais de construção, aos sistemas construtivos e às infraestruturas instaladas, além da supervisão técnica e do sistema participativo de trabalho. Sua percepção é realçada pelo contraste de suas cores e estilos com as paisagens monótonas à sua volta.

No entanto, já como moradores, muitos mutirantes tenderam a reproduzir as mesmas 'soluções' de aproveitamento, adaptação e conservação dos espaços, nas moradias e/ou áreas comuns dos conjuntos, praticadas nos bairros vizinhos e em toda a cidade de São Paulo – entendidas como necessidades sentidas e expressas (PEREIRA, 1999), não contempladas nos projetos comunitários – que implicaram nos mesmos problemas ambientais e de saúde mencionados anteriormente. A questão afetou, em graus variáveis, todos os conjuntos de mutirão autogestionário. Naqueles onde tais práticas foram mais amplamente seguidas, atenuou-se bastante a percepção dos mesmos como espaços diferenciados do entorno.

Cabe assinalar ainda o grande potencial de crescimento futuro deste e de outros movimentos de moradia, devido à incapacidade do Estado de atender à demanda de habitações de interêsse social, o que fortalece a mobilização popular e faz aumentar a pressão social sobre a terra em todos os quadrantes da cidade.

Todas estas circunstâncias tornam o movimento dos mutirões autogestionários especialmente interessante para o desenvolvimento de um projeto de educação ambiental -- voltado às atitudes, conhecimentos e necessidades sentidas por essa população em relação ao seu espaço de moradia -- que permita incorporar noções básicas de meio ambiente e de saúde às práticas de grupo e à formação de lideranças, incentivar o auto desenvolvimento destas populações e promover a recuperação urbanística e ambiental destas áreas.

V. ASPECTOS TEÓRICOS DO ESTUDO

Cumpre destacar algumas contribuições importantes, para os temas centrais deste trabalho.

1. Quanto à formulação de políticas públicas:

PUTNAM (2000) desenvolve estudo comparativo dos condicionantes do desempenho dos governos regionais da Itália, nos anos 70 e 80, comprovando a importância do contexto social para restringir ou promover o desenvolvimento de instituições eficientes e de políticas públicas eficazes. "...Os estoques de capital social, constituídos por confiança, normas e sistemas horizontais de participação, tendem a ser cumulativos e a reforçar-se mutuamente, redundando em equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, ...reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo; estas são as características que definem a comunidade cívica. Por outro lado, a inexistência dessas características na comunidade não-cívica também é algo que tende a auto-reforçar-se: deserção, desconfiança, omissão, exploração, isolamento... intensificam-se reciprocamente... A história determina qual desses dois equilíbrios estáveis irá caracterizar uma dada sociedade... Ambos podem mantê-la unida, mas com diferentes níveis de eficiência e desempenho institucional...". A pesquisa empírica confirma estas teses: nas duas décadas transcorridas desde a criação dos governos regionais, em 1970, as regiões cívicas cresceram mais rapidamente do que as regiões onde haviam menos associações e mais hierarquia; analogamente, existe uma forte correlação entre associações cívicas e instituições públicas eficazes. Por outro lado, constata-se que mudanças nas instituições formais (no caso, a criação de governos regionais) podem induzir mudanças da prática política tradicional; mesmo que inicialmente informais, tais mudanças tendem a se tornar auto-sustentadas.

2. Quanto à participação popular:

CABRERA (1998), em revisão bibliográfica minuciosa, define o conceito de "empoderamento" como a capacidade das pessoas ganharem compreensão e controle sobre as forças pessoais, sociais, econômicas e políticas, com o fim último de se habilitarem para agir e melhorar as suas condições de vida. Cita também WALLERSTEIN e BERNSTEIN, para quem o empoderamento, especificamente da comunidade, é um processo de ação social no qual atuam indivíduos e grupos para ganhar controle sobre suas vidas, num contexto de mudanças dos seus ambientes sociais e políticos; este processo pode ocorrer em comunidades interpretadas como geográficas, institucionais ou de interesse.

DEMO (2001) destaca a importância da democracia para a sustentabilidade do desenvolvimento. O controle democrático, a essência da democracia, tem como traço mais central "... a capacidade de consciência crítica e de organização política, para atingir a necessária competência política ... que é a competência propriamente humana de constituir-se sujeito consciente e capaz de orientar seu destino, dentro das circunstâncias dadas ...". Reconhece na participação popular uma importância que extrapola a visão liberal da convalidação, apostando na competência política da população para imprimir e salvaguardar a devida qualidade dos projetos de desenvolvimento.

3. Sobre o papel da educação ambiental:

Para REIGOTA (1994) e (1995), a educação ambiental, entendida como educação política, prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza. Para tanto, deve orientar-se para a comunidade, procurando incentivar o indivíduo a participar ativamente da resolução dos problemas no contexto local, de realidades específicas. Citando

STENGERS, observa também que a educação ambiental não deve se preocupar em transmitir conhecimentos, mas sim produzir conhecimentos, considerando que não aprendemos do outro, mas com o outro, criando com ele.

O documento "Agenda 21 Local: Compromisso do Município de São Paulo", da PMSP/SVMA (1996), citando a Conferência de Tbilisi de 1977, define Educação Ambiental como uma das dimensões dadas ao conceito e à prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente, através de um enfoque multidisciplinar e da participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade. O mesmo documento enfatiza o papel da Educação Ambiental na formação de cidadãos críticos, ativos e conscientes de seu papel na melhoria da qualidade de vida e da estrutura da sociedade, redimensionando valores e comportamentos face ao ambiente, em questões referentes à degradação física do meio (por exemplo, produção e destino de resíduos sólidos, líquidos e gasosos) e adoção ou manutenção de hábitos saudáveis (em relação à utilização de águas, alimentos, residências, equipamentos públicos, e muitos outros).

4. **Sobre a qualidade de vida:**

COIMBRA, citado por PELICIONI (1995), define qualidade de vida como a somatória de fatores decorrentes da interação entre sociedade e ambiente, atingindo a vida no que concerne às suas necessidades biológicas e psíquicas, inerentes e/ou adquiridas. Essas necessidades podem ser concretas, como a alimentação e a moradia, ou abstratas, como a auto-estima.

PEREIRA (1999) citando NAIDOO & WILLS sobre a tipologia das necessidades, afirma que são quatro: as necessidades normativas, definidas por especialistas a partir de critérios técnicos; as necessidades sentidas, identificadas pela população leiga; as necessidades expressas,

representadas pelas ações concretas da população leiga; e as necessidades comparativas, definidas por especialistas a respeito de quais grupos sociais precisam ter maior acesso a determinados serviços e recursos.

Já uma cidade com qualidade de vida depende de pré-requisitos como os seguintes, extraídos por PELICIONI (1995) de publicação da OMS de 1992 ("Vinte passos para o desenvolvimento de projetos para uma cidade saudável"):

1. ambiente físico seguro, limpo, de alta qualidade (incluindo o da moradia);
2. ecossistema estabilizado e sustentável ao longo do tempo;
3. comunidades fortes, que se apoiem mutuamente e não se autodestruam;
4. alto grau de participação e controle públicos nas decisões que afetam a vida, a saúde e o bem-estar;
5. provisão das necessidades básicas da totalidade de população (alimentos, água, abrigo, renda, segurança e trabalho);
6. acesso a ampla gama de experiência e recursos, possibilitando vasto campo para contatos, interações e comunicação;
7. economia urbana diversificada, vital e inovadora;
8. estimulação à memória urbana, às conexões históricas em termos da herança cultural e biológica dos cidadãos e com outros grupos e pessoas;
9. um entorno compatível com as características precedentes, salientando-as;
10. nível ótimo de serviços apropriados, aos cuidados de saúde/doença, de acesso universal;
11. alto nível de saúde pública (níveis altos de saúde e níveis baixos de doença).

VI. A REGIÃO LESTE 1

Nas reuniões preparatórias e no período da realização do Fórum, as melhores oportunidades de aproximação e diálogo com lideranças foram propiciadas pelos representantes dos grupos da Região Leste 1. Nos contatos seguintes, após o Fórum, estes laços tornaram-se mais estreitos, fortalecendo a idéia de desenvolver um projeto de educação ambiental com essa base geográfica. O posterior encaminhamento da pesquisa, com pleno apoio e encorajamento por parte de todos os líderes envolvidos, tanto na instância local como na central (do Fórum) comprovou o acerto desta opção.

A Região Leste 1 compreende 12 distritos municipais de São Paulo, a saber: Belém, Moóca, Tatuapé, Água Rasa, Carrão, Vila, Prudente, Vila Formosa, Aricanduva, São Lucas, Sapopemba, São Mateus e São Rafael. Totaliza uma área de 109,8 km2, que se estende desde as proximidades do centro da cidade até o limite da zona rural leste, e reúne bairros com características urbanísticas e socioeconômicas bastante heterogêneas. Do lado do centro, a ocupação é densa e contínua, apresentando uma paisagem diversificada que mescla usos residenciais de todos os tipos – desde cortiços e vilas operárias até edifícios de apartamentos de alto padrão – com usos não residenciais – indústrias, comércio ou serviços. O afastamento em direção à periferia tende a reforçar o caráter residencial e de dormitório da região, ocupada esparsamente por loteamentos populares, conjuntos habitacionais e favelas. O acesso à área é problemático, dependendo de alguns poucos corredores viários e de transporte que, na região central, apresentam-se sobrecarregados e, distanciando-se do centro, tornam-se precários. Os serviços públicos em geral repetem este mesmo padrão, apresentando melhor nível de atendimento nos distritos mais centrais e tornando-se mais precários à medida que aumentam as distâncias

A população da Região Leste 1 é de 1.293.778 habitantes, o que corresponde a 12,43% da população total de São Paulo. Sua densidade demográfica média é de 11.783 hab/km2, muito acima da média da cidade (6.896 hab/km2). O distrito de Belém, o mais central, apresenta densidade mais baixa pela presença significativa de edificações não residenciais. O distrito de São Rafael, o mais periférico, localizado junto da zona rural e até recentemente caracterizado pela ocupação esparsa, hoje expande-se aceleradamente com uma das maiores taxas anuais de crescimento do município (que apresenta uma taxa média de 5,36%). Os distritos intermediários de Sapopemba, São Lucas, Aricanduva, Água Rasa e Vila Formosa apresentam altas concentrações populacionais, especialmente o primeiro, com uma densidade (20.888 hab/km2) três vezes maior que a média da cidade. A tabela que se segue expõe de forma sistemática estes dados.

Tabela 1 – Densidades Demográficas da Região Leste 1, por Distrito

Distritos	População 2000	2000/1991 %	Área (km2)	Densidade (hab/km2)
Belém	38.268	-23,00	6,0	6.378
Moóca	63.211	-12,21	7,7	8.209
Tatuapé	79.105	-3,34	8,2	9.647
Água Rasa	85.824	-9,75	6,9	12.438
Carrão	77.561	-11,19	7,5	10.341
V.Prudente	102.072	-10,70	9,9	10.310
V. Formosa	93.751	-4,28	7,4	12.669
Aricanduva	94.758	-1,82	6,6	14.357
São Lucas	154.785	-8,52	9,9	11.907
Sapopemba	281.985	9,46	13,5	20.888
São Mateus	97.326	2,67	13,0	12.977
São Rafael	125.132	39,25	13,2	9.480
Total Região Leste 1	1.293.778	-3,81	109,8	11.783

Fonte: IBGE, Censo 2000

A taxa de crescimento populacional, entre 1991 e 2000, cuja média para São Paulo é estimada pelo IBGE em 7,87%, nos 12 distritos da Leste 1 é de -3,81%, o que representa na média perda de população. A maioria desses distritos apresenta saldos negativos, como se pode ver na Tabela 1 acima, onde despontam Belém, junto ao centro da cidade (o 6°. maior declínio populacional na década, entre os 96 distritos da capital), e, inversamente, o periférico distrito de São Rafael (a 12ª. maior taxa de crescimento).

Tabela 1a. Distribuição da população por faixas etárias e por distrito

Distritos	total	até 14 anos %	15 a 59 anos %	60 anos e mais %
Belém	37.477	17,47	65,11	17,27
Moóca	58.352	16,54	62,74	20,55
Tatuapé	74.509	16,86	64,13	18,92
Água Rasa	81.158	18,50	64,01	17,41
Carrão	74.190	19,23	64,46	15,91
V. Prudente	91.796	19,92	65,59	14,01
V. Formosa	87.089	20,85	65,57	13,40
Aricanduva	88.041	23,16	66,16	10,44
São Lucas	139.915	22,74	65,78	11,25
Sapopemba	25.3191	27,44	66,08	6,16
São Mateus	165.446	27,18	65,87	6,57
São Rafael	108.150	29,26	65,27	4,72
Região Leste 1	1.259.314	23,25	65,36	11,08
Município SP	9.957.234	24,23	66,43	9,02

Fonte: PMSP/SEMPLA, 2000

Os dados sugerem uma correlação entre taxas de emprego (PMSP, 1994) e nível de renda (Tabela 2), observando-se a tendência de diminuição à medida que os distritos se tornam mais afastados. Assim, enquanto que as taxas de emprego no centro de São Paulo chegam a 5,2 empregos/hab, na Leste 1 variam de 1,51 empregos/hab no Belém a 0,12 em Sapopemba e 0,16 em São Rafael.

Tabela 2 – Outros Indicadores da Região Leste 1, por Distrito

Distritos	Mortalidade			Pop. Favelas	Renda Média (4)	
	Geral (1)	Infantil (2)	Causas Ext. (3)	% pop. distrito	Indiv. R$	Familiar R$
Belém	10,96	21,99	58,70	2,68	469	1.813
Moóca	10,30	11,60	53,13	0,00	598	2.466
Tatuapé	9,57	11,49	59,05	0,00	501	2.013
Água Rasa	9,47	19,98	55,45	0,00	456	1.961
Carrão	9,63	15,41	64,70	0,00	458	1.923
V.Prudente	8,08	13,51	75,17	7,43	433	1.755
V. Formosa	7,66	10,97	58,56	0,88	435	2.025
Aricanduva	7,01	16,33	81,78	5,38	278	1.311
São Lucas	6,62	18,16	67,90	1,35	313	1.423
Sapopemba	6,14	17,32	87,29	9,31	212	1.087
São Mateus	5,66	12,47	87,04	12,44	224	1.229
São Rafael	5,39	21,09	94,31	6,78	192	922
Município SP	7,04	16,29	91,70	1.751	414	1.751

Fonte: PMSP/SEMPLA (2000)

(1) Tx. por mil hab.; (2) Tx. por mil nascidos vivos; (3) Tx. por 100.000 hab.

(4) Renda total por no. de famílias

A desagregação dos dados referentes à mortalidade, por tipo e por distrito, mostra disparidades significativas: as taxas de mortalidade infantil – que refletem a qualidade de vida de uma população (PELICIONI, 1995), especialmente no que diz respeito às condições de alimentação, de saneamento e de atendimento à saúde – e de mortalidade por causa externas – que indicam o nível de violência de uma sociedade (homicídios, acidentes de trânsito, suicídios e outros) – crescem na mesma medida em que diminue a renda individual e familiar, e que se afasta em direção à periferia, onde a população é majoritariamente jovem ou em idade ativa. Já as taxas de mortalidade geral, que incluem os óbitos por doenças degenerativas, tendem a aumentar com a renda,

elevando-se nos distritos mais centrais da Região Leste 1, onde se concentra a população mais idosa.

Este quadro breve da Região Leste 1, mesmo que parcial, serve de referência para o desenvolvimento da pesquisa com os grupos de mutirão autogestionário ali localizados, centrada em suas condições de meio ambiente e saúde.

VII. OBJETIVOS

1. Objetivos Gerais

- Investigar as condições de moradia, de meio ambiente e de saúde dos grupos de mutirão autogestionário da Região Leste 1 de São Paulo.

- Oferecer subsídios para melhorar a qualidade de vida dos grupos de mutirão autogestionário.

2. Objetivos Específicos

Em relação aos líderes dos mutirantes:

- Descrever perfís sócio-demográficos e de liderança.

- Investigar a opiniões sobre condições de moradia, meio ambiente e saúde.

- Conhecer as opiniões sobre os principais problemas da Região Leste 1.

- Coletar sugestões para a melhoria das condições de saúde e de meio ambiente nos seis conjuntos selecionados.

VIII. METODOLOGIA

1. População Alvo

- Líderes dos seis conjuntos de mutirão autogestionário selecionados

2. Local de Estudo

Dada a amplitude territorial do movimento dos mutirões autogestionários, presente em todos os quadrantes da cidade, resolveu-se concentrar os esforços de implementação deste estudo em uma única região, a Região Leste 1, cuja escolha se deu por razões já explicitadas anteriormente.

Na Região Leste 1 estão localizadas sete associações de mutirantes: Madre de Deus, Vila Bela, Casarão, Haia do Carrão, Juta, Boa Esperança e São Francisco/Setor 8, dos quais apenas o Haia do Carrão ainda está em obras. Os demais seis conjuntos, já construídos e ocupados, somam uma população de 762 famílias, distribuídas desigualmente entre eles (ver tabela a seguir e mapa no Anexo 3). Cada associação decidiu autonomamente sobre o terreno – negociado e escolhido entre os que a COHAB disponibilizou para esse fim -- e o tipo de projeto a ser edificado – casas, sobrados ou apartamentos – de acordo com suas necessidades, restrições orçamentárias e dentro das regras do programa FUNACOM.

Tabela 3-Nome, localização e caracterização dos conjuntos selecionados

Conjunto	Distrito	No.Unid.	Ar.Média m2	Tipo
1. Casarão	Belém	182	25,99	apartamento
2. Madre de Deus	Moóca	45	59,81	apartamento
3. Vila Bela	V. Prudente	68	62,07	casa+sobrado
4. Juta	Sapopemba	162	70,02	casa
5. Sudeste	São Mateus	152	66,79	sobrado gem.
6. Setor 8	São Rafael	153	55,62	casa+sobrado

Fonte: FASE (1996)

3. Tipo de Pesquisa

O movimento dos mutirões autogestionários tem, desde seus primórdios, uma regionalização que segue a divisão territorial da Arquidiocese de São Paulo. Este fato – que ilustra a importância da Igreja Católica e suas paróquias a favor do Movimento Sem Terra (via Pastoral da Moradia) e outros movimentos populares – abriu possibilidades interessantes para a metodologia adotada neste projeto. Por exemplo, a noção de pertencerem a um mesmo espaço regional aproxima os grupos nele localizados, criando entre eles uma identidade comum baseada no convívio, no trabalho compartilhado e na troca de experiências; seus líderes encontram-se freqüentemente, para debater questões de interêsse comum e tomar decisões conjuntas. Este agrupamento espontâneo constitui-se em uma amostra ideal para o desenvolvimento deste tipo de pesquisa, voltada às questões que se colocam para os grupos de mutirão autogestionário no que se refere às suas condições de moradia, saúde e meio ambiente.

As lideranças selecionadas distribuem-se de forma diversificada pelos distritos da Região Leste 1. O significado do assentamento em cada área não é homogêneo. Morar em um conjunto localizado no central Belém não é o mesmo que morar no periférico São Rafael, como ilustrado na descrição da própria região. Cada conjunto apresenta condições de

assentamento particulares, que acentuam os contrastes nas percepções dos problemas. Mas a organização unitária do movimento em tôrno do Fórum dos Mutirões garante um mínimo de convergência em relação às percepções, prioridades e estratégias dos mutirantes.

A técnica utilizada foi a do "survey" descritivo. Segundo POLIT e HUNGLER, citado por PELICIONI (1995), este tipo de investigação permite conhecer a realidade tal como ela se apresenta no momento do levantamento dos dados, sem que haja a intenção de buscar qualquer relação de causa e efeito. A partir dessa perspectiva, a informação é obtida diretamente, mediante a resposta de indivíduos.

Os dados foram coletados por meio de entrevistas com formulários (Anexo 2), especialmente elaborados para esta pesquisa, contendo perguntas abertas e fechadas, que permitiram fazer uma análise quali-quantitativa da população alvo, no que diz respeito ao seu perfil sócio-demográfico, necessidades, opiniões e sugestões. Foram considerados, também, os relatos espontâneos e impressões pessoais colhidos durante as entrevistas, que ilustram o modo como os mutirantes apreendem a sua realidade.

A pesquisa nos conjuntos selecionados pretendeu dar resposta a cinco grandes questões:

a) Qual o perfil sócio-econômico dessa população?
b) Quais as condições de habitabilidade dos domicílios?
c) Quais as condições ambientais dos conjuntos como um todo?
d) Quais as condições de saúde dessa população?
e) Quais os maiores problemas da Região Leste 1?

Os líderes dos mutirantes, em número de 59 pessoas, foram entrevistados individualmente e tiveram os formulários preenchidos pelo autor do presente projeto, em encontros previamente agendados nos próprios conjuntos onde residem, entre os meses de junho e agosto de 2000. Foi feito anteriormente um pré-teste para ajuste das questões, com

5 líderes de 2 conjuntos localizados nas zonas Norte (V. Nova Cachoeirinha) e Sul (Jd. Icaraí) de São Paulo, após o que foram aplicados os formulários definitivos junto à população alvo desta pesquisa, na Região Leste 1.

Pretende-se que esta pesquisa seja apenas o primeiro passo de um processo mais amplo de sensibilização da população alvo em relação às questões de saúde e de meio ambiente determinantes de sua qualidade de vida. O desenvolvimento deste processo será gradual, num ritmo ditado pelos próprios mutirantes, de acôrdo com suas necessidades e expectativas, levando-se em conta as especificidades de cada comunidade. Os resultados desta pesquisa, após serem debatidos com os mutirantes e seus líderes, servirão de base para a elaboração de projetos de educação ambiental no âmbito de cada comunidade. Serão utilizadas metodologias e estratégias variadas, apoiando-se na estrutura organizacional do próprio movimento dos mutirões autogestionários, para se promover a reflexão espontânea, a transformação de valores e comportamentos considerados prejudiciais e o reforço de atitudes e práticas positivas.

Não se pretendeu, no âmbito deste projeto, promover qualquer tipo de avaliação do movimento dos mutirões autogestionários, suas características organizacionais, suas práticas políticas, os projetos arquitetônicos e as técnicas construtivas adotadas. Seu objetivo é investigar as condições de vida dos mutirantes, segundo a ótica de seus líderes, no que diz respeito às habitações e conjuntos, ao meio ambiente desde a escala doméstica e local até a regional, e à saúde individual e coletiva.

4. Procedimentos Realizados

- Pre-teste para ajuste das questões do formulário para líderes.
- Identificação dos líderes dos seis conjuntos selecionados na Região Leste 1.
- Aplicação dos formulários.
- Tratamento e cruzamento dos dados coletados
- Análise e discussão dos resultados da pesquisa.
- Conclusões.
- Recomendações dirigidas aos mutirantes, aos assessores técnicos e aos órgãos públicos municipais responsáveis pelo sistema de mutirão autogestionário.

IX. RESULTADOS DA PESQUISA COM LÍDERES

1. Perfil Demográfico e de Liderança

Foram entrevistados 59 líderes -- 25 homens e 34 mulheres -- em seis conjuntos habitacionais da Região Leste 1 de São Paulo, construídos pelo sistema de mutirão autogestionário. O número de entrevistas variou de um mínimo de sete a um máximo de doze por conjunto. Esta variação procurou levar em conta as diferenças de tamanho dos conjuntos, conforme exposto na tabela a seguir.

Tabela 4 -- Distribuição de Entrevistas, por Conjunto e por Sexo

Conjunto	No. de Unidades Habitacionais	No. de Entrevistas		
		Homens	Mulheres	Total
Setor 8	153	4	7	11
Juta	162	5	6	11
Casarão	182	5	7	12
Madre de Deus	45	2	5	7
Sudeste	152	5	5	10
Vila Bela	68	4	4	8
Total (%)	762	25 (42,4)	34 (57,6)	59 (100,0)

A distribuição por sexo foi circunstancial, dependendo do dia da semana e do horário de realização das entrevistas. Nos encontros agendados, aos sábados e domingos, assim como nos horários, após as 17:00 horas durante a semana, havia um número maior de líderes do sexo masculino presentes no conjunto, enquanto que, nos demais horários, prevalecia o sexo feminino. Os encontros foram sempre realizados de acordo com a disponibilidade dos líderes a entrevistar e do pesquisador.

Os dados, a seguir, foram obtidos a partir das respostas às perguntas 1 a 13 do Formulário para Líderes (Anexo 2). Referem-se,

portanto, às características pessoais, condições sócio-econômicas e trajetórias do grupo em estudo.

A Tabela 5 mostra o estado civil dos entrevistados. A maior freqüência corresponde a pessoas casadas/ juntadas – 79,7% ou 47 líderes – aí incluídos todos os homens e 64,7% das mulheres. É relativamente baixo o número de solteiros, viúvos e separados/ divorciados/ desquitados (subcategoria "Outros" da tabela abaixo) – 20,3% ou 12 indivíduos – todos estes do sexo feminino, com maior representação nas coordenações do Casarão e Setor 8.

Tabela 5 -- Líderes por Conjunto Habitacional, segundo Sexo e Estado Civil.

Conjunto	Homens		Mulheres		Total	
	Casados	Outros	Casados	Outros	Casados	Outros
Setor 8	4	--	3	4	7	4
Juta	5	--	5	1	10	1
Casarão	5	--	2	5	7	5
M. Deus	2	--	5	--	7	--
Sudeste	5	--	4	1	9	1
V. Bela	4	--	3	1	7	1
Total (%)	25 (100,0)	--	22 (64,7)	12 (35,3)	47 (79,7)	12 (20,3)

As tabelas 6 a 9 mostram a origem e o tempo de residência em São Paulo, dos entrevistados..

Tabela 6 -- Líderes por Conjunto Habitacional e Local de Nascimento

Conjunto	Local de Nascimento					
	Sudeste				Nordeste	Sul
	Mun.SP	Outros Mun. Est. SP	Outros Estados	Subtotal		
Setor 8	2	2	2	6	4	1
Juta	3	4	1	8	3	--
Casarão	--	1	3	4	7	1
M. Deus	1	--	1	2	5	--
Sudeste	2	1	1	4	6	--
V. Bela	--	--	1	1	6	1
Total	8	8	9	25	31	3
(%)	(13,6)	(13,6)	(15,2)	(42,4)	(52,5)	(5,1)

Entre os entrevistados, 13,6% (8) são paulistanos e 86,4% (51) são migrantes. Os paulistas formam o contingente estadual mais numeroso, 27,1% ou 16 pessoas. Os restantes 72,9% (43) dos líderes são de outros estados (15,2% do Sudeste, exclusive São Paulo, 52,5% do Nordeste e 5,1% do Sul). Tomando como referência a região, observa-se que os líderes nascidos no Nordeste predominam nas coordenações de 4 das 6 associações de moradores investigadas -- Casarão, Madre de Deus, Sudeste e Vila Bela --, enquanto que nas demais -- Setor 8 e Juta -- são mais numerosos os que nasceram na região Sudeste.

Tabela 7 -- Origem Rural e Urbana dos Líderes, segundo Conjunto

Origem	Setor 8	Juta	Casarão	Madre Deus	Sudeste	Vila Bela	Total	
							No.	%
Rural	7	4	11	3	4	5	34	57,6
Urbana	4	7	1	4	6	3	25	42,4
Total	11	11	12	7	10	8	59	100,0

Quanto à zona de origem, de acordo com a Tabela 7, 57,6% (34 pessoas) dos entrevistados é oriunda da zona rural, os restantes 42,4% (25 pessoas) tendo nascido em áreas urbanas. No Setor 8, Casarão e Vila Bela predominam os nascidos em áreas rurais; na Juta, Madre de

Deus e Sudeste prevalecem os líderes da zona urbana. Merece destaque o elevado número de líderes oriundos da zona rural na coordenação do Casarão, conjunto este de localização mais central.

A Tabela 8, abaixo, mostra a predominância de mulheres entre os nascidos nas regiões Sudeste e Sul, e de homens entre os da região Nordeste. Por outro lado, no contingente oriundo da zona rural, são mais numerosas as mulheres (21 em 34) e os nordestinos (20 em 34), enquanto que, entre os da zona urbana, existe uma representação mais equilibrada do ponto de vista do gênero (12 e 13 pessoas).

Tabela 8 -- Líderes por Região de Nascimento, segundo Zona de Origem e Sexo.

Região de Nascimento	Zona Rural			Zona Urbana			Total	
	Hom.	Mulh.	Subtotal	Hom.	Mulh.	Subtotal	Hom.	Mulh.
Sudeste	2	10	12	5	8	13	7	18
Nordeste	11	9	20	6	5	11	17	14
Sul	--	2	2	1	--	1	1	2
Total	13	21	34	12	13	25	25	34

A Tabela 9 mostra a distribuição dos líderes conforme seu tempo de moradia na cidade. Quatro líderes não responderam esta pergunta.

Tabela 9 -- Líderes por Conjunto, segundo Tempo de Moradia em SP

Conjunto	Tempo em SP			Total
	<10a	10/19a	⩾ 20a	
Setor 8	--	1	8	9
Juta	--	1	10	11
Casarão	--	2	10	12
M. Deus	1	3	3	7
Sudeste	--	1	7	8
V. Bela	--	2	6	8
Total (%)	1 (1,8)	10 (18,2)	44 (80,0)	55 (100,0)

Os residentes há mais de 20 anos em São Paulo somam 80% dos entrevistados (44 pessoas, inclusive 8 paulistanos natos). Considerando-se um tempo de residência de 10 anos ou mais, essa proporção sobe para 98%. Tratam-se, portanto, de moradores antigos da cidade, já adaptados à cultura e às organizações sociais locais em suas diversas modalidades (comunitárias, profissionais, religiosas e outras).

Os dados a seguir apresentam outros aspectos da identidade dos entrevistados, como idade, nível de instrução e ocupação, detalhados por conjunto nas Tabelas 10 a 17.

Tabela 10 – Líderes por Conjunto, segundo Idade.

Conjunto	**Idade**				
	<30	**30/39**	**40/49**	**50/59**	**≥60**
Setor 8	--	3	5	1	2
Juta	--	5	6	--	--
Casarão	--	1	7	3	1
M. Deus	1	3	1	1	1
Sudeste	1	2	5	2	--
V. Bela	--	2	4	2	--
Total (%)	2 (3,4)	16 (27,1)	28 (47,5)	9 (15,2)	4 (6,8)

A Tabela 10 mostra a distribuição dos entrevistados por faixas etárias. O maior número de líderes encontra-se na faixa de 40 a 49 anos (47,5%), seguido pelo de 30 a 39 anos (27,1%). Essas duas faixas de idade contêm 74,6% dos líderes. As demais reunem apenas 15 pessoas, correspondendo a 25,4% da totalidade.

As Tabelas 11 e 12 referem-se à idade, sexo e zona de origem dos entrevistados.

Tabela 11 -- Líderes por Conjunto Habitacional, segundo Idade e Sexo.

Conjunto	<40a		≥40a	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Setor 8	2	1	2	6
Juta	3	2	2	4
Casarão	1	--	4	7
M. Deus	1	3	1	2
Sudeste	3	--	2	5
V. Bela	2	--	2	4
Total (%)	12 (20,3)	6 (10,2)	13 (22,0)	28 (47,5)

Tabela 12 -- Líderes por Conjunto Habitacional, segundo Idade e Zona de Origem.

Conjunto	<40a		≥40a	
	Z. Rural	Z. Urbana	Z. Rural	Z. Urbana
Setor 8	1	2	6	2
Juta	--	5	4	2
Casarão	1	--	10	1
M. Deus	1	3	2	1
Sudeste	--	3	4	3
V. Bela	1	1	4	2
Total (%)	4 (6,8)	14 (23,7)	30 (50,8)	11 (18,6)

Tomando como ponto de referência dois grupos de idade, constata-se que entre os entrevistados, com 40 anos ou mais, a maioria é constituída por 28 mulheres, equivalendo a 47,5%, como consta na Tabela 11. Nessa mesma faixa etária, de acordo com a Tabela 12, nota-se que 50,8%, equivalendo a 30 pessoas, procedem da área rural. Este grupo dos mais velhos é mais numeroso em quatro dos conjuntos: Setor 8, Casarão, Sudeste e Vila Bela.

Já no grupo dos entrevistados com menos de 40 anos, predominam os indivíduos do sexo masculino (20,3%) e de origem urbana (23,7%). Este grupo dos mais jovens não domina nenhuma das coordenações investigadas, mas divide com o grupo dos mais velhos, de forma equilibrada, a direção da Juta e Madre de Deus.

As perguntas 6, 7 e 11 do Formulário para Líderes (Anexo 2), sobre o perfil de instrução dos entrevistados e de seus familiares, deram origem às Tabelas 13 e 14, que se apresentam a seguir.

Tabela 13 -- Líderes por Conjunto Habitacional, segundo Nível de Instrução e Capacitação de Leitura/Escrita

Conjunto	Nível de Instrução				Capac. Leitura/Escrita	
	Até 1.gr	Até 2.gr	Até 3.gr	Total	Sabe	Não sabe
Setor 8	6	5	--	11	10	1
Juta	8	2	1	11	11	--
Casarão	10	2	--	12	11	1
M. Deus	5	1	--	6	6	1
Sudeste	8	2	--	10	10	--
V. Bela	4	4	--	8	8	--
Total (%)	41 (70,7)	16 (27,6)	1 (1,7)	58 (100,0)	56 (94.9)	3 (5,1)

No que diz respeito a nível de instrução, a Tabela 13 mostra que quase todos os entrevistados (58 em 59) frequentaram a escola (alguns ainda freqüentam), sendo que 70,7% destes informaram haver cursado parcial ou integralmente o primeiro grau, e 27,6% conseguiram chegar ao segundo grau. Somente um dos líderes (1,7%) chegou ao terceiro grau; três informaram que não sabiam ler ou escrever; um deles nunca frequentou a escola.

A Tabela 14 apresenta informações relativas ao nível de instrução dos familiares que coabitam com os líderes entrevistados. Nesta tabela, foram incluídos em cada grau todos os que freqüentaram o curso,

independentemente da sua conclusão. As crianças em idade pré-escolar matriculadas em creches foram incorporadas à coluna "Nível de Instrução/até 1o. Grau" (a legislação paulistana considera o atendimento das creches municipais como parte do serviço de educação), assim como os indivíduos adultos que declararam não ter instrução foram totalizados na coluna "Nenhum".

Tabela 14 -- Familiares dos Entrevistados por Conjunto, segundo Nível de Instrução.

Conjunto	Famíliares	Nível de Instrução			
		Até 1° gr *	Até 2° gr	Até 3° gr	Nenhum
Setor 8	37	23	9	--	5
Juta	40	30	7	1	2
Casarão	33	21	11	--	1
M. Deus	22	14	1	1	6
Sudeste	43	28	10	--	5
V. Bela	31	21	4	1	5
Total (%)	206	137 (66,5)	42 (20,4)	3 (1,5)	24 (11,6)

* Inclui crianças em idade pré-escolar matriculadas em creches

A Tabela 14 mostra que os familiares dos líderes entrevistados que freqüentaram ou ainda freqüentam a escola são 88,4% da totalidade, sendo que 66,5% destes informaram haver cursado parcial ou integralmente o primeiro grau, 20,4% conseguiram chegar ao segundo grau e 1,5% (3 pessoas) ao terceiro grau. Os que nunca frequentaram a escola somam 24 pessoas (11,6%).

O perfil de instrução esboçado nas Tabelas 13 e 14 difere qualitativamente do padrão encontrado na população paulistana mais pobre. Segundo o SEADE (1994), os grupos sócio-econômicos C e D, no Município de São Paulo, apresentam uma distribuição que concentra a freqüência no 1° grau completo ou incompleto (81,7%). Em compensação, é menor a proporção dos que chegam ao 2° grau (16,9%) ou à

universidade (1,4%). A freqüência, presente ou passada, dos líderes entrevistados e seus familiares, às instituições de ensino dos três níveis, evidencia o valor dado por esses grupos à educação formal. Os mutirantes, portanto, estudam mais do que a média dos estratos sociais a que pertencem. Além disso, a formação dessas pessoas, desde seu ingresso nos mutirões, torna-se bastante influenciada pelo estilo politizado, crítico e reflexivo característico desse movimento.

As Tabelas 15 e 16 mostram dados a respeito do trabalho dos entrevistados e de seus familiares, correspondendo às perguntas 8 a 11.

Tabela 15 -- Líderes por Conjunto Habitacional, segundo Formação Profissional e Vínculo de Trabalho.

Conjunto	Form. Profissional		Vínculo de Trabalho				
	Tem	N. Tem	Auton.	Registr.	Apos.	Outros	Desempr
Setor 8	11	--	4	3	2	2	--
Juta	10	1	3	2	1	2	3
Casarão	10	2	3	3	2	1	3
M. Deus	4	3	2	3	--	--	2
Sudeste	8	2	3	2	--	4	1
V. Bela	5	3	2	2	--	1	3
Total (%)	48 (81,4)	11 (18,6)	17 (28,8)	15 (25,4)	5 (8,5)	10 (16,9)	12 (20,3)

A maior parte dos entrevistados, 81,4%, correspondendo a 48 pessoas, frequentou algum curso ou treinamento para aperfeiçoamento profissional, não representando isso, todavia, garantia de acesso ao emprego, uma vez que, vários deles (20,3%) estão desempregados. O vínculo de trabalho mais freqüentemente declarado é o de autônomo (28,8%), imediatamente seguido pelo de empregado registrado (25,4%); microempresário, contratado temporário, funcionário público e "bicos" eventuais representam 16,9% dos casos. Quanto aos desempregados, merece registro o fato de, a grande maioria (9 em 12), pertencer do sexo feminino (Tab.15).

A Tabela 16 apresenta informações relativas à ocupação dos familiares dos líderes, inclusive daqueles que não trabalham fora, como donas de casa, crianças em idade pré-escolar, estudantes com menos de 16 anos e idosos incapacitados (incorporados à coluna "Não Trabalham").

Tabela 16 -- Familiares por Conjunto Habitacional, segundo Ocupação.

Conjunto	Familiares	Não Trabalham *	Ocupação		
			Trabalham	Aposent.	Desempr.
Setor 8	37	25	11	--	1
Juta	40	23	10	2	5
Casarão	33	10	20	--	3
M. Deus	22	11	7	--	4
Sudeste	43	15	16	--	12
V. Bela	31	13	12	2	4
Total (%)	206 (100,0)	97 (47,1)	76 (36,9)	4 (1,9)	29 (14,1)

* Inclui donas de casa, crianças em idade pré-escolar, estudantes com menos de 16 anos e idosos incapacitados, todos sem rendimentos próprios.

As taxas de desemprego dos líderes e de seus familiares (20,3% e 14,1%, respectivamente), indicadas nas Tabelas 15 e 16, são enfrentadas pelas famílias por meio do ingresso simultâneo de todos os seus membros aptos no mercado de trabalho – desde adolescentes, a partir dos 16 anos, até idosos aposentados, necessitados de complementar seus mingüados rendimentos. Neste esforço de sobrevivência, nem os membros pertencentes à categoria "Não Trabalham" da tabela acima ficam de fora, pois sustentam toda a carga dos serviços domésticos, sem nenhuma remuneração. No caso dos adolescentes, inclusive, a opção pelo trabalho pode representar o abandono temporário, ou às vezes definitivo, da formação escolar. Mesmo assim, pela Tabela 17, constata-se que em 11,9% das famílias todos os seus membros estão desempregados (nessa situação foram registrados casos de famílias

grandes, de até seis membros); 28,8% têm somente uma pessoa trabalhando (nessa situação foram encontradas famílias ainda maiores, de 12 membros). Dois indivíduos trabalhando simultaneamente foi constatado em 16 famílias (27,1%); três ou mais trabalhadores, na mesma família, foram encontrados em somente 19 casos (32,2%), constituindo-se este em um grupo privilegiado face à conjuntura de crise econômica e de desemprego predominante, que tende a se acentuar entre as camadas sociais mais pobres.

Tabela 17 -- Número de Trabalhadores por Família e por Conjunto.

Conjunto	No. de Trabalhadores por Família				Total
	Nenhum	1 Indiv.	2 Indiv.	≥3 Indiv.	
Setor 8	3	3	4	1	11
Juta	3	3	3	2	11
Casarão	--	3	4	5	12
M. Deus	1	3	1	2	7
Sudeste	--	4	1	5	10
V. Bela	--	1	3	4	8
Total (%)	7 (11,9)	17 (28,8)	16 (27,1)	19 (32,2)	59 (100,0)

Nas perguntas 12, 12a e 13 do Formulário para Líderes (Anexo 2), pediu-se que cada líder entrevistado descrevesse e justificasse, com suas próprias palavras, o papel desempenhado no grupo, desde a sua fase inicial, de planejamento e obras, até o momento atual, mediante a formação da associação de moradores. No que diz respeito ao mutirão, as respostas puderam ser agrupadas por funções, as quais se enquadraram em três grandes categorias:

- coordenação: do planejamento das etapas da obra, da distribuição das tarefas, assim como acompanhamento do seu cumprimento, controle do estoque de materiais, compras, representação do grupo em negociações externas;
- participação em obra: mão de obra para a construção;

- providências de apoio: servir água, preparar comida, cuidar das crianças menores, do atendimento de primeiros socorros.

Terminadas as obras e constituídas as associações de moradores, os líderes dividiram-se, conforme seu engajamento voluntário, nas seguintes categorias:

- direção, com responsabilidades permanentes na associação, como: direção das reuniões, representação externa, compras, pagamento de contas, administração de obras de melhoria, de serviços de limpeza e de outras iniciativas de interesse comum;
- colaboração: convocação dos moradores e participação em reuniões, debates, obras ou serviços de interesse comum.

Esse enquadramento, em categorias gerais, não pode ser rígido, já que, em cada nova situação, o papel desempenhado pelo indivíduo no grupo pode alterar-se, muito embora se considere, aqui, a resposta dada pelo próprio entrevistado durante sua entrevista.

A Tabela 18 indica as funções assumidas pelos entrevistados como líderes, tanto na etapa do mutirão, como na etapa da associação de moradores.

Tabela 18 -- Líderes por Conjunto, segundo as Funções de Liderança e Categorias.

Conjunto	Funções no Mutirão			Funções na Associação	
	Coordenaç	Obra	Apoio	Direção	Colaboraç
Setor 8	3	6	2	6	5
Juta	5	4	2	7	4
Casarão	4	5	3	8	4
M. Deus	2	5	--	4	3
Sudeste	3	5	2	5	5
V. Bela	5	3	--	5	2
Total (%)	22 (37,3)	28 (47,5)	9 (15,2)	35 (59,3)	24 (40,7)

Como se observa na Tabela 18, na fase do mutirão, propriamente dito, os 59 entrevistados dividem-se entre as funções de coordenação (37,3%), participação em obras (47,5%) e providências de apoio (15,2%). Por ocasião da ocupação das moradias, passa a notar-se uma alternância de papéis: nem todos os coordenadores continuam na direção dos trabalhos das respectivas associações de moradores, enquanto outros ascendem funcionalmente, assumindo novas responsabilidades. Os que estão hoje na direção das associações (59,3%) são amparados por colaboradores (40,7%), com atribuições eventuais, mas de importância estratégica para o sucesso dos trabalhos associativos, e por isso incluídos no contingente de líderes entrevistados.

Tabela 19 -- Funções de Liderança, segundo Sexo

Sexo	**Mutirão**			**Associação**	
	Coordenaç	**Obra**	**Apoio**	**Direção**	**Colabor.**
Homens	12	10	3	18	7
Mulheres	10	18	6	17	17
Total (%)	22 (37,3)	28 (47,5)	9 (15,2)	35 (59,3)	24 (40,7)

As categorias de participação em obra e providências de apoio, na fase do mutirão, tinham um caráter subordinado à coordenação, pois esta tinha uma hierarquia mais elevada no processo de decisão, além de exigir maior dedicação e experiência. O mesmo continua ocorrendo atualmente, entre colaboradores e dirigentes associativos.

Há um maior número de mulheres em funções de caráter mais subordinado, tanto na fase do mutirão, como na fase da ocupação das moradias. Na primeira fase, encontraram-se duas mulheres para cada homem, entre os que exerciam papéis relacionados com as categorias "participação em obra" e "providências de apoio". Desde que se iniciou a ocupação das moradias, esta proporção se acentuou até chegar a três mulheres para cada homem, entre os "colaboradores" do trabalho associativo. Outros parâmetros de análise, tais como origem, idade, nível

de instrução, se aplicados a cada uma dessas categorias, não resultam na obtenção de conclusões mais significativas do que aquelas já encontradas na análise do grupo como um todo.

Os entrevistados mencionam, como justificativa de sua liderança, condições que podem ser agrupadas em duas categorias:

- experiência de vida: experiências anteriores com grupos na igreja, no trabalho e no sindicato; frequência a cursos de formação política e de liderança; conhecimento técnico específico (construção civil, contabilidade, etc.);
- qualidades pessoais: temperamento e personalidade, tais como carisma, paciência, senso ético, caráter, autoridade, e capacidade de argumentação.

A Tabela 20 apresenta as justificativas da liderança exercida pelos entrevistados, tal como se comentou acima. Dois líderes não deram resposta.

Tabela 20 -- No. de Líderes por Conjunto, segundo Justificativa de Liderança

Conjunto	Justificativa de Liderança			Total
	Experiência	Qualidades pessoais	Ambas	
Setor 8	2	6	3	11
Juta	1	3	7	11
Casarão	1	7	4	12
M. Deus	2	1	4	7
Sudeste	2	3	3	8
V. Bela	1	5	2	8
Total (%)	9 (15,8)	25 (43,9)	23 (40,3)	57 (100,0)

Durante a entrevista, notou-se que as pessoas que inicialmente tiveram atribuições relativamente limitadas (participação em obra, apoio) mas ampliaram suas responsabilidades perante o grupo, passando a

exercer funções de direção na associação, valorizaram mais as qualidades pessoais, ao explicar sua história. Por outro lado, os mutirantes que, desde a fase de obra, assumiram papéis de coordenação e depois mantiveram-se na direção das respectivas associações de moradores, referiram-se também à importância de sua experiência de vida, para justificar sua atuação como líder do grupo. De toda maneira, 84,2% dos líderes creditaram sua liderança, exclusivamente ou não, às suas qualidades pessoais.

2. A Moradia

A apresentação e análise dos dados coletados na pesquisa serão acompanhadas de algumas considerações a respeito da história dos grupos de mutirão na Região Leste 1, obtida esta a partir dos relatos dos próprios mutirantes e de outros estudos (FASE, 1996; FELIPE, 1996). Contribuirão certamente para a compreensão da realidade encontrada em campo.

No que diz respeito ao tempo de duração das obras e da efetiva ocupação das moradias, constataram-se situações bastante díspares entre os grupos. Os convênios entre a Prefeitura e os grupos de mutirão da Leste 1 foram firmados entre os anos de 1990 e 1992, prevendo a finalização das obras no prazo médio de dois anos (FASE, 1996). No entanto, a partir de 1993, com a posse da nova administração municipal, passaram a ocorrer atrasos em relação aos cronogramas iniciais, em conseqüência de artifícios processuais e burocráticos interpostos pela Prefeitura e pela COHAB para dificultar a liberação das parcelas.

Esse fato, de natureza política, foi enfrentado com firmeza pelos mutirantes, líderes e assessoria técnica, que lograram continuar as obras no ritmo imposto pelos desembolsos de recursos do convênio. Obviamente, essa situação provocou atrasos cada vez maiores. Pressionados pelos atrasos no cronograma e pagamentos mensais de

aluguel, assim como crescimento de desemprego -- os grupos de mutirão optaram pela antecipação dos sorteios e das entregas das moradias, mesmo sem a finalização total das obras nos seis conjuntos investigados.

A situação dos empreendimentos era desigual entre os conjuntos e unidades. Poderiam estar faltando ítens de importância secundária nas moradias, como alguns dos acabamentos internos -- forros, revestimentos cerâmicos, pintura -- ou mesmo, nos casos mais graves, algumas das infraestruturas urbanas -- esgoto, iluminação pública, drenagem, entre outras – quando da entrega das unidades. Portanto, para ter uma condição de habitabilidade mínima, as moradias precisavam ser terminadas com os recursos próprios dos mutirantes, em alguns casos ainda organizados coletivamente no sistema de mutirão autogestionário, ou, em outros, enfrentando os problemas de forma individual, no âmbito familiar ou de pequenos grupos.

Nesta fase, surgiram atitudes individualistas, prejudicando a disciplina e a solidariedade de grupo mantidas até então, e provocando situações adversas à finalização das obras e à convivência posterior dos novos vizinhos. Essas dificuldades, que afetaram em graus variados os seis conjuntos, concentraram-se em duas categorias: modificações em relação aos projetos originais das moradias e das instalações coletivas, e a privatização de áreas de uso comum. Retomaremos a essa discussão mais adiante.

O tempo de moradia dos mutirantes no conjunto habitacional consta na Tabela 21.

Tabela 21 -- Tempo de Moradia, por Conjunto.

Conjunto	Tempo de Moradia			
	≥ 5a. (até1994)	3/4a. (1995/1996)	≤ 2a. (desde1997)	Total
Setor 8	11	--	--	11
Juta	--	--	11	11
Casarão	--	5	7	12
M. Deus	--	7	--	7
Sudeste	--	7	3	10
V. Bela	5	3	--	8
Total (%)	16 (27,1)	22 (37,3)	21 (35,6)	59 (100,0)

Somente 16 dos 59 líderes entrevistados (27,1%) puderam ocupar suas moradias no prazo originalmente previsto, isto é, até 1994; 22 (37,3%) o fizeram entre 1995 e 1996; e os últimos 21 (35,6%) só lograram fazê-lo a partir de 1997, portanto com 3 anos de atraso. A ocupação foi feita gradativamente. Os primeiros a mudarem para suas unidades foram alguns líderes do Setor 8, seguidos pelos da Vila Bela, Sudeste, Madre de Deus, Casarão e Juta, nessa ordem.

As perguntas 17 e 18 descrevem as condições de moradia dos entrevistados, anteriores ao mutirão, assim como suas opiniões sobre a nova habitação, como consta na Tabela 22.

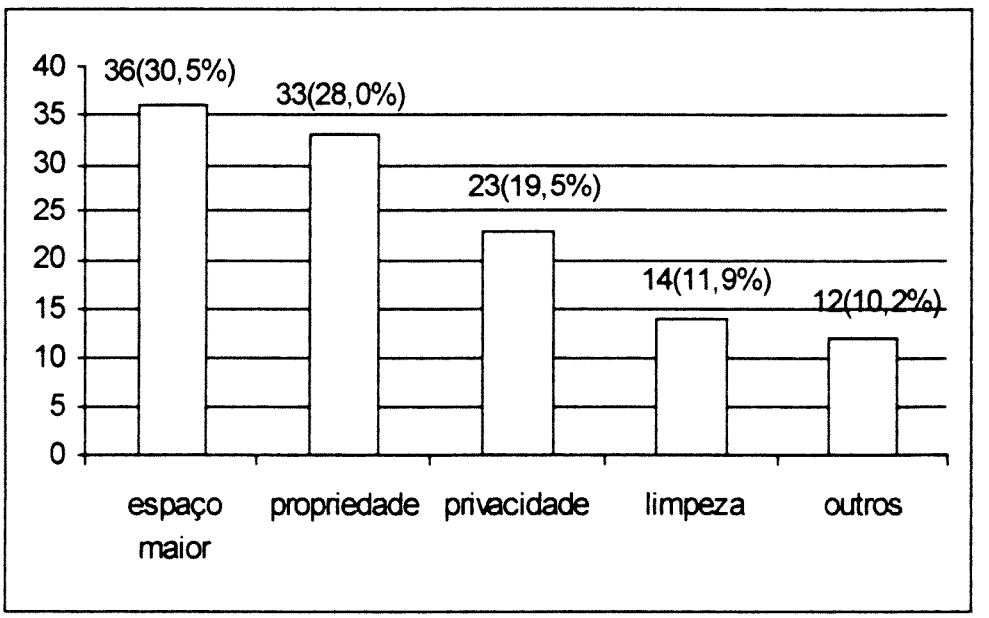
Tabela 22 -- Residência Anterior e Comparação entre Moradia Atual/Anterior, por Conjunto Habitacional e segundo Opinião dos Entrevistados.

Conjunto	Residencia Anterior				Comparação		
	Casa	Cortiço	Favela	Outros	Melhor	Igual	Pior
Setor 8	9	1	--	1	10	1	--
Juta	9	1	1	--	11	--	--
Casarão	3	8	--	1	7	2	3
M. Deus	1	6	--	--	6	1	--
Sudeste	6	2	2	--	10	--	--
V. Bela	3	--	5	--	7	--	1
Total (%)	31 (52,5)	18 (30,5)	8 (13,6)	2 (3,4)	51 (86,4)	4 (6,8)	4 (6,8)

A maioria, 52,5% dos líderes entrevistados, teve, como moradia anterior, casas unifamiliares, seguida, em ordem decrescente, por 30,5% que moravam em cômodos de cortiço ou de pensão, 13,6% em barracos de favela e 3,4% em outros, isto é, apartamento ou chácara. Todos, sem exceção, pagavam aluguel.

A comparação entre a moradia atual e a anterior demonstra que 86,4% teve uma melhora da condição habitacional, estando os discordantes divididos entre os que consideram sua situação igual (6,8%) ou pior (6,8%). Como aspectos positivos da atual situação, foram lembrados os seguintes (os números entre parênteses representam o número de citações): o espaço disponível (36), a propriedade do imóvel e o fim dos encargos de aluguel (33), a privacidade (23), a limpeza (14), diretamente ligados à condição habitacional anterior. Outros, como qualidade da construção, segurança da família, localização do conjunto e laços de amizade, no total de 12, foram também lembrados. Como aspectos negativos, foram mencionados: espaço insuficiente, pela sua área ou pelo número de cômodos (9), e outros como falta de privacidade, má localização do conjunto e sujeira (6). O Gráfico 1 ilustra a distribuição das respostas.

Gráfico 1 -- Respostas dos Mutirantes sobre Aspectos Positivos da Moradia Atual em relação à Moradia Anterior.



Questões referentes aos espaços internos da moradia e à liberação dos encargos mensais de aluguel são centrais na avaliação de todos os mutirantes. Por essa razão, o primeiro aparece com destaque também nas avaliações negativas, quando os moradores não conseguiam fazer as adaptações e acréscimos de que necessitam, ou moravam antes em casas maiores, porém alugadas. A questão da privacidade é relevante para os que moraram em cortiços e a da limpeza para os procedentes de favelas.

Os dados, a seguir, referem-se às modificações introduzidas nos projetos originais pelos próprios moradores. A leitura cuidadosa das respostas, à luz da realidade observada no local, durante o trabalho de campo, sugere que as adaptações das moradias às necessidades dos ocupantes não estão descritas com total fidelidade nos formulários. Encontram-se intencionalmente minimizadas. A justificativa deste comportamento pode ser creditada, talvez, ao fato de a realização desta pesquisa (jun/ago de 2000) ter coincidido com o início das negociações entre as associações de moradores e a COHAB, no momento em que esta

buscava a regularização dos títulos dos imóveis e a fixação do valor das prestações a serem pagas. As atitudes de precaução de alguns dos entrevistados podem revelar o temor de se verem prejudicados pelas respostas dadas nesta pesquisa. Nesse sentido, o Termo de Consentimento (Anexo 1) apresentado no início de cada entrevista, complicava ainda mais a situação, pois, independentemente dos esclarecimentos dados, surtia efeito contrário à aproximação e confiança desejadas, muito embora se amenizasse durante as entrevistas. Trata-se de um viés cujo peso pode ser minimizado ou mesmo anulado com a análise cruzada das respostas, aliada à observação direta dos problemas.

As perguntas 15, 19 e 20 levantam informações a respeito do uso das moradias e as modificações subseqüentes à sua ocupação. Estes dados constam nas Tabelas 23 e 24, e no Gráfico 2.

Tabela 23 -- Uso Atual da Moradia e Tipo de Modificação, por Conjunto Habitacional.

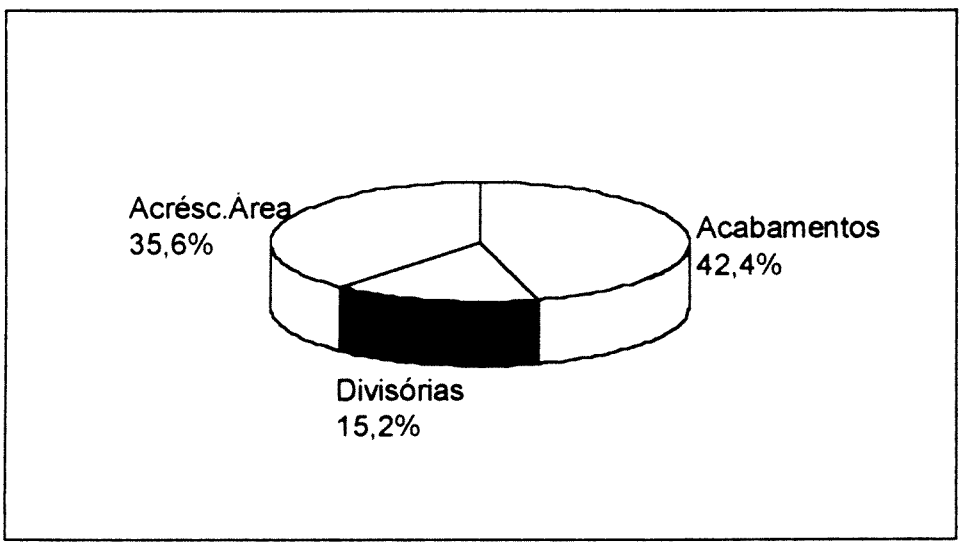
Conjunto	Uso Atual		Modificações			
	Uso Resid.	Uso Misto	Nenhum	Acabam.	Divisórias	Acrésc. Área
Setor 8	11	--	--	3	1	7
Juta	7	4	--	2	--	9
Casarão	12	--	4	4	4	--
M. Deus	7	--	--	4	3	--
Sudeste	6	4	--	6	--	4
V. Bela	7	1	--	6	1	1
Total (%)	50 (84,8)	9 (15,2)	4 (6,8)	25 (42,4)	9 (15,2)	21 (35,6)

A tabela acima mostra que apenas 9, equivalendo a 15,2% dos entrevistados, declararam utilizar suas moradias para outras atividades, além da residencial (bar, bazar, depósito, entre outros). No entanto, observou-se, durante a pesquisa, que o uso misto está bastante disseminado em quatro dos conjuntos de casas (Juta, Sudeste, Setor 8 e Vila Bela), em proporção que parece ser superior à sugerida pela

estatística acima. O problema da adaptação das unidades para a instalação de atividades não residenciais reside no sacrifício de aspectos importantes da sua habitabilidade, como funcionalidade, ventilação, insolação, segurança estrutural e outras.

Na Tabela 24 consta também as modificações realizadas pelos mutirantes nas moradias, e o Gráfico 2 ilustra estas informações.

Gráfico 2 -- Modificações Executadas nas Moradias



Todos os entrevistados, com exceção de quatro, executaram modificações nas moradias após seu recebimento. Mostra o Gráfico 2 que, entre as mudanças introduzidas, 42,4% somente completaram os acabamentos faltantes, previstos no projeto mas não executados; 35,6% aumentaram a área construída total, edificando novos cômodos; 15,2% fizeram pequenas reformas como a subdivisão de cômodos, sem aumento da área construída. Evidentemente, essas modificações não são mutuamente excludentes, podendo ser consideradas, para fins estatísticos, na seguinte ordem: acabamentos (exclusivamente), subdivisão de cômodos (incluindo ou não acabamentos) e aumento da área construída (incluindo ou não os dois primeiros).

Vejamos agora dados referentes a número de cômodos e de moradores.

Tabela 24 -- Número de Cômodos e de Moradores, por Conjunto Habitacional.

Conjunto	No. de Cômodos				No. de Moradores			
	4	5	6	>6	<=4	5	6	>6
Setor 8	--	5	3	3	6	3	1	1
Juta	--	2	2	7	6	1	4	--
Casarão	1	11	--	--	10	1	1	--
M. Deus	4	2	1	--	5	1	--	1
Sudeste	--	7	1	2	3	4	1	2
V. Bela	--	7	1	--	4	2	1	1
Total	5	34	8	12	34	12	8	5

A lotação é um fator importante na avaliação da habitabilidade do imóvel. Verifica-se, na Tabela 24, que pouco mais da metade das famílias, 34 em 59, mantêm a ocupação de suas moradias limitada em até quatro moradores, conforme previsto em projeto. Nas restantes moram cinco ou mais pessoas, tendo se constatado a presença de 10, 11 e até 12 moradores em uma única unidade (a média desejável está na razão de um cômodo para cada morador). As adaptações ilustradas no Gráfico 2, resultaram em aumento do número de cômodos em 20 moradias. Assim, a situação de superlotação, pela comparação do número de cômodos disponíveis na moradia, inclusive banheiro e cozinha, com o número de membros da família, fica caracterizada somente em 7 unidades, como apresentado na Tabela 25. De todo modo, o crescimento tendencial das famílias dos mutirantes, por casamentos, nascimentos e outros, faz supor um rápido aumento desse indicadores.

Tabela 25 -- Lotação das Moradias, por Conjunto Habitacional.

Conjunto	No. de Cômodos/No. de Moradores		
	<1	=1	>1
Setor 8	2	1	8
Juta	--	--	11
Casarão	1	1	10
M. Deus	1	1	5
Sudeste	2	4	4
V. Bela	1	3	4
Total (%)	7 (11,9)	10 (16,9)	42 (71,2)

As perguntas 21 a 24 tratam da ocorrência de pequenas intervenções no âmbito de cada conjunto e do papel desempenhado pela assessoria técnica. Suas respostas são apresentadas na Tabela 26 e no Gráfico 3.

Tabela 26 -- Impermeabilização de Áreas Externas, Prejuízo à Iluminação e Ventilação, Execução de Movimento de Terra, por Conjunto Habitacional.

Conjunto	Impermeab. Areas Ext.		Prejuízo Ilumin./Ventil.		Movimento de Terra	
	sim	não	sim	não	sim	não
Setor 8	7	4	3	8	4	7
Juta	11	--	4	7	7	4
Casarão	--	--	4	2	--	--
M. Deus	--	--	2	5	--	--
Sudeste	7	3	3	7	2	8
V. Bela	4	3	3	4	--	7
Total (%)	29 (74,4)	10 (25,6)	19 (36,5)	33 (63,5)	13 (33,3)	26 (66,6)

Entre as modificações declaradas nas entrevistas, destacam-se as seguintes: 74,4% das casas tiveram áreas externas cimentadas (parcial

ou completamente); 33,3% fizeram movimento de terra (aterro ou corte); 36,5% -- em casas e apartamentos -- sofreram modificação (reforma interna e/ou ampliação) que prejudicou iluminação e/ou ventilação de pelo menos um cômodo.

Um problema à parte, testemunhado pelo pesquisador em diversos conjuntos, é a invasão e ocupação de áreas destinadas a instalações de uso comum -- como praças, equipamentos comunitários e sociais -- e áreas de preservação -- como barrancos, fundos de vale, áreas verdes e outras – por indivíduos que podem ser estranhos ao grupo de mutirão ou mesmo seus integrantes. No primeiro caso, famílias de sem-teto ocupam rapidamente áreas de preservação situadas fora do núcleo principal do conjunto, formando o embrião de um acampamento ou de uma favela, como ocorreu no Setor 8 e Sudeste. No segundo caso, membros das associações fecham áreas de uso comum, em diversas modalidades:

- ocupação de áreas contígüas à própria moradia, para construção de mais cômodos e viabilização de atividades não residenciais, como bares, depósitos e outras (observado na Juta e Sudeste);
- pavimentação de áreas originalmente destinadas a praças para estacionamento de veículos de moradores das unidades superiores das casas sobrepostas (no Sudeste);
- parcelamento clandestino de lotes ao redor da praça central, para edificação de garagens individuais (no Setor 8);
- privatização de áreas de uso comum constituídas por corredores laterais de casas sobrepostas, por moradores das casas de baixo (no Setor 8, Juta e Sudeste).

No caso dos sem-teto, os acampamentos e as ocupações vêm na esteira do recrudescimento recente da luta popular pela moradia, com os mesmos condicionantes gerais do movimento de mutirões – crise econômica, desemprego -- mas utilizando estratégias divergentes e até conflitantes – os mutirantes priorizam a negociação, ao passo que os sem-teto valorizam o conflito (este tema será retomado na análise das respostas da pergunta 35).

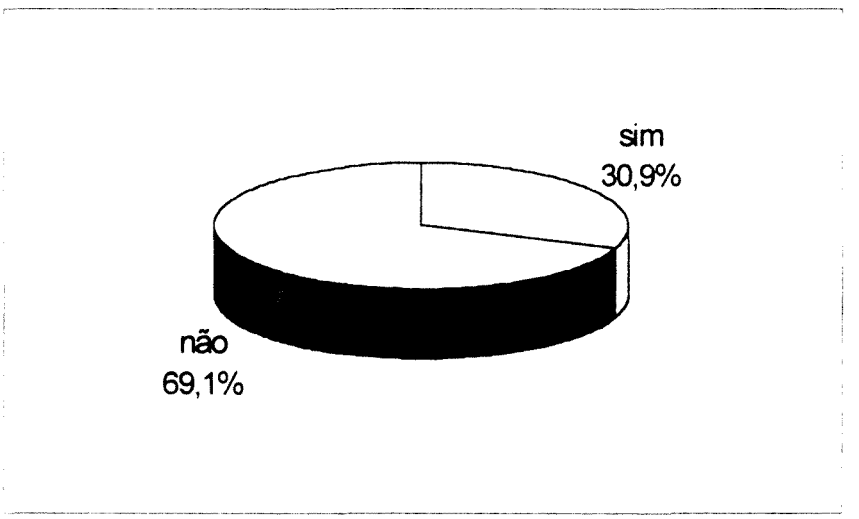
Quanto aos membros das associações, sua participação, no fechamento de áreas de uso comum dos próprios conjuntos, parece constituir-se em oportunidade de compensação no plano individual de esforços e de sacrifícios praticados pelo ideal comunitário dos grupos de mutirão. Sua ocorrência, com a participação inclusive de líderes, tende a ser diretamente proporcional às dificuldades enfrentadas pelos diversos grupos para atingir seus objetivos e metas. Não foi possível coletar dados sobre o assunto, por tratarem-se de ações clandestinas, sujeitas à sanção legal, e, por isso mesmo, de difícil abordagem nas entrevistas. A sabedoria popular, que cunhou os motes "o que é de todos não é de ninguém" e "tem gente que gosta de levar vantagem em tudo", pode explicar melhor este tipo de ocorrência.

Essas modificações, por menores que tenham sido no âmbito de cada unidade, representam uma somatória de efeitos degradantes em termos das condições construtivas e ambientais originalmente concebidas no projeto – planejado, discutido e decidido pelos próprios mutirantes -- e uma aproximação da situação reinante nos bairros pobres do entôrno -- de crescimento acelerado, desordenado e predatório -- com impactos inevitáveis na saúde de todos os moradores. Usos mistos, acréscimos de cômodos, diminuições de vãos de insolação/ventilação, ocupações de áreas públicas, impermeabilizações, cortes/aterros, são modificações que, num primeiro momento, podem atender algumas necessidades individuais dos moradores, mas que, ao longo do tempo, contribuem para fragilizar a estrutura do meio ambiente e a organização social locais, prejudicando inexoravelmente a qualidade de vida usufruída pela comunidade.

Dos 55 líderes que responderam a pergunta 24, 69,1% (38) declararam nunca terem feito qualquer tipo de consulta prévia à assessoria técnica, no que diz respeito às modificações das moradias. A maioria das alegações culpa a Prefeitura e a descontinuidade dos desembolsos dos convênios, por terem provocado a desistência de muitos

assessores. Alguns também citam a obrigação de remuneração às consultas, informação obviamente desmentida pelos assessores.

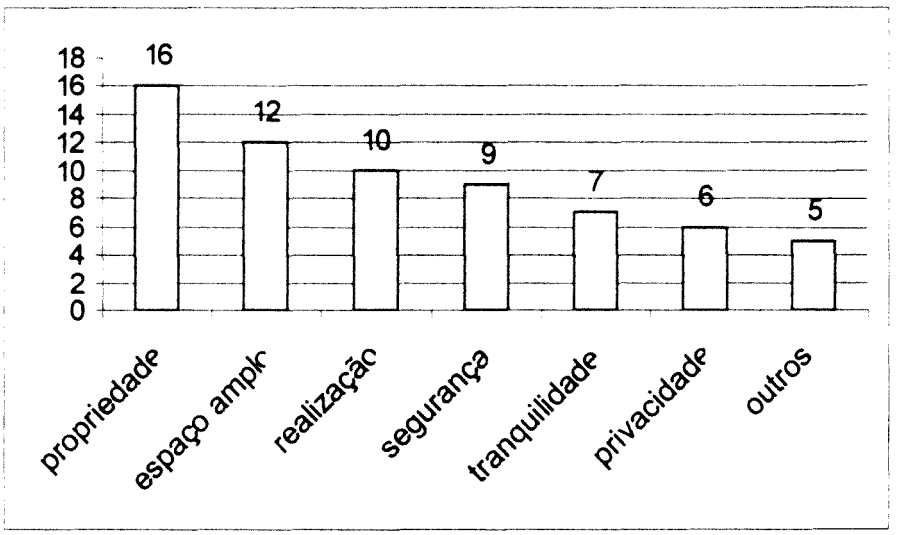
Gráfico 3 – Solicitação de Orientação à Assessoria Técnica



Verdadeiras ou não, estas situações ilustram a falta de sintonia entre os mutirantes e os técnicos. Da parte destes, não obstante o caráter político do seu engajamento, todos êles militantes de partidos de esquerda, constata-se uma atitude de distanciamento e mesmo desinteresse após a entrega dos conjuntos, justamente quando são iniciadas as modificações, acentuadas pela hierarquia inerente ao seu papel e pela dificuldade de entendimento nos assuntos técnicos (FELIPE,1996). Da parte dos mutirantes, inclusive dos líderes, não obstante todo o esforço para a construção de uma cidadania consciente e responsável, acaba predominando um comportamento individualista, simultaneamente ousado e cauteloso, promovendo modificações nas moradias de acordo com suas necessidades familiares, mas evitando qualquer forma de supervisão que possa dificultar tal iniciativa.

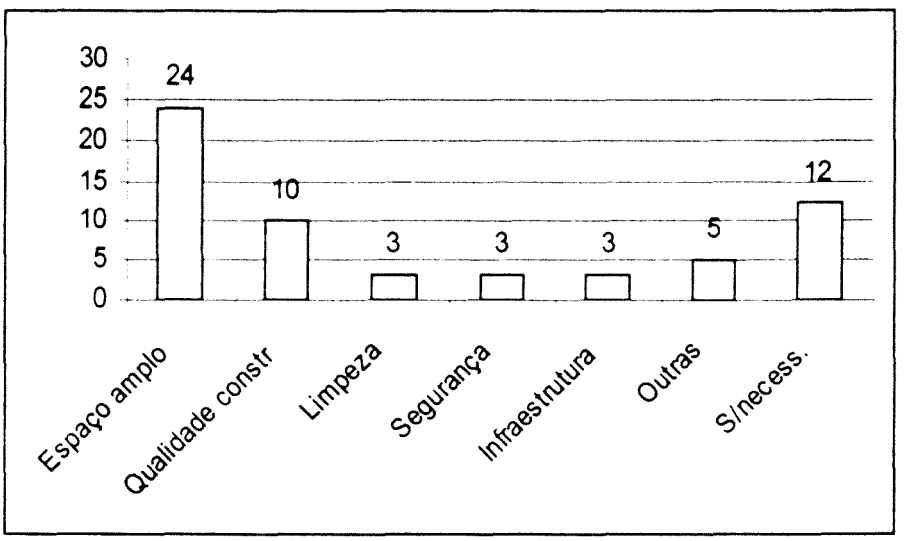
As perguntas 25 e 26 procuram identificar a principal "necessidade atendida" pela moradia e a principal "necessidade não atendida". As respostas, que em alguns casos são múltiplas (pela incapacidade do entrevistado em priorizar um único ítem), reiteram falas de perguntas anteriores, sendo ilustradas pelos Gráficos 4 e 5.

Gráfico 4 – Principal Necessidade Atendida pela Moradia



A principal necessidade atendida pela moradia, na opinião dos entrevistados, foi expressa na seguinte ordem: propriedade do imóvel e fim dos encargos de aluguel (24,6%); espaço disponível (18,5%); sentimento de realização/conquista (15,4%); segurança pessoal e da família (13,8%); tranquilidade (10,8%); privacidade (9,2%) e outras menos citadas, como localização, laços de amizade e limpeza (7,7%). Algumas destas necessidades já constam das respostas à pergunta 18, que trata dos aspectos positivos e negativos da moradia atual. Outras, como realização/conquista e tranquilidade estão sendo mencionadas pela primeira vez.

Gráfico 5 – Principal Necessidade Não Atendida pela Moradia



Com relação à principal necessidade não atendida pela moradia, foram referidas as seguintes: o espaço da moradia, considerado insuficiente seja no tocante à área total, seja quanto ao número de cômodos (40,0%); qualidade da construção, tanto do ponto de vista estrutural, como dos acabamentos (16,7%); limpeza (5,0%); segurança familiar (5,0%); infraestrutura (5,0%); e outras menos citadas, como regularização do imóvel e localização do conjunto (8,3%). Essa questão recebeu também um número de respostas (20,0%), de pessoas satisfeitas com as condições da moradia.

A exemplo da pergunta anterior, algumas das necessidades não atendidas constam das respostas à pergunta 18, que trata dos aspectos positivos e negativos da moradia atual. Outras, como qualidade da construção, segurança familiar, infraestrutura e regularização do imóvel, são mencionadas pela primeira vez.

3. O Meio Ambiente

Os dados seguintes foram obtidos a partir das respostas às perguntas 27 a 38 do Fomulário para Líderes (Anexo 2), e referem-se às condições de uso e manutenção das moradias e dos conjuntos, procurando captar situações e comportamentos que influenciaram direta ou indiretamente a saúde e o bem estar dos moradores.

As perguntas 27 a 29 tratam de situações rotineiras mas importantes para a conservação da higiene doméstica: a freqüência de limpeza da caixa d'água, o convívio com animais domésticos e a destinação do lixo. A Tabela 27 apresenta as respostas por conjunto habitacional.

Tabela 27 -- Freqüência de Limpeza da Caixa D'ágüa, por Conjunto Habitacional.

Conjunto	Freqüência de Limpeza da Caixa D'água			
	≤6m	6/12m	>12m	Nunca
Setor 8	6	4	1	--
Juta	2	7	1	1
Casarão	--	--	--	12
M. Deus	--	7	--	--
Sudeste	2	5	2	1
V. Bela	2	4	2	--
Total (%)	12 (20,3)	27 (45,8)	6 (10,2)	14 (23,7)

Limpezas periódicas da caixa d'água, em intervalos de até 6 meses, são recomendadas porque a rede de distribuição de ágüa, por onde o líquido passa antes de chegar às torneiras, apresenta desgastes e falhas – paredes erodidas, vazamentos, pressões instáveis. Isto facilita a contaminação da ágüa por resíduos minerais e orgânicos, que são levados pelo fluxo e vão depositar-se no fundo dos reservatórios, onde formam sedimentos de limo, verdadeiros caldos de cultura de microorganismos patogênicos (WHO, 1992). É, pois, um problema dos mais graves do ponto de vista da saúde pública.

Uma maioria de 76,3% dos entrevistados (45 líderes) respondeu afirmativamente quanto à limpeza periódica da caixa d'água. Somente 23,7% (14) declararam nunca tê-la limpado, dois dos quais por residirem em moradias sobrepostas, em que os ocupantes da unidade inferior não têm acesso livre à própria caixa d'água, e, os outros 12, por morarem no Casarão, edifício ainda sem reservatório, e cujas unidades são abastecidas diretamente da rede pública. Entre os que responderam afirmativamente, somente 20,3% (12) limpavam suas caixas d'água com freqüência de até 6 meses, 45,8% (27) o faziam até uma vez por ano, e 10,2% (6) com intervalos ainda maiores. É preocupante que 79,7% dos entrevistados (47 líderes) deixem de observar a freqüência semestral

recomendada, e arrisquem-se a consumir água contaminada, numa época de notória expansão de doenças infecciosas disseminadas pelo meio hídrico.

A Tabela 28 refere-se à posse de animais domésticos.

Tabela 28 -- Posse de Animais Domésticos, por Conjunto Habitacional.

Conjunto	Posse de Animais	
	Sim	Não
Setor 8	7	4
Juta	7	4
Casarão	--	12
M. Deus	--	7
Sudeste	5	5
V. Bela	4	4
Total (%)	23 (39,0)	36 (61,0)

O convívio com animais e aves domésticos (cães, gatos, pássaros e outros), em ambientes fechados ou de dimensões reduzidas, representa outro risco potencial para a saúde dos moradores, pela exposição a patógenos que se utilizam desses vetores e causam doenças infecciosas, alérgicas e/ou parasitárias, nos seres humanos. A transmissão ocorre através do contato direto ou indireto com fezes, urina, pêlos, penas e outros resíduos desses "bichos de estimação" (WHO, 1992). Como mostra a Tabela 28, 61,0% ou 36 líderes, responderam negativamente, enquanto que os demais 39,0% (23) declararam possuir e conviver com pelo menos um animal dentro da moradia. Esta estatística tem pouco significado, pois muitos desses animais não ficam presos em casa, e muitos outros, os "vira-latas", vagueiam livremente pelas ruas (como atestado nas respostas da pergunta 35). Cumpre lembrar ainda que, se forem excluídos os entrevistados do Casarão e Madre de Deus, prédios de apartamentos onde ninguém possui animais domésticos, e forem

considerados apenas os conjuntos de casas, a proporção de possuidores sobe para 57,5%.

O lixo doméstico, sem uma disposição adequada, transforma-se em um problema gravíssimo de saúde pública. Na periferia de São Paulo, onde a coleta não é diária e nem cobre todas as ruas, é comum observar o acúmulo de resíduos em terrenos baldios, fundos de vale ou mesmo nas ruas, onde, aos poucos, vão se formando monturos, e depois, lixões. Esse material, em decomposição aeróbica, forma ambientes propícios à multiplicação de vetores, sejam insetos, aves ou animais, todos transmissores potenciais de doenças à população, como já se referiu. Parte desse material acaba também sendo arrastado pelas chuvas, obstruindo bueiros e galerias, provocando enchentes, prejuízos materiais e disseminação de doenças.

Tabela 29 -- Formas de Destinação do Lixo, por Conjunto Habitacional.

Conjunto	Destinação de Lixo		
	Coleta	Reciclagem	Queima
Setor 8	11	8	2
Juta	11	6	3
Casarão	12	6	--
M. Deus	7	1	--
Sudeste	10	4	--
V. Bela	8	2	--
Total	59	27	5
(%)	(100,0)	(45,8)	(8,5)

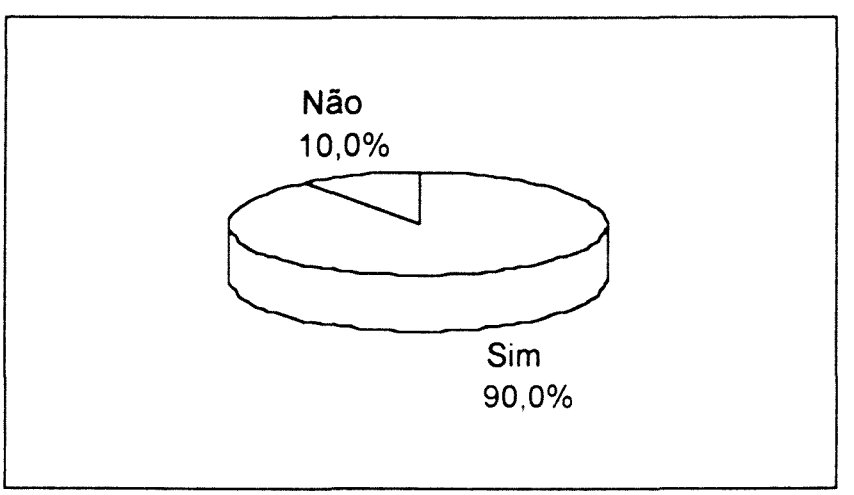
Todos os entrevistados, sem exceção, declararam entregar costumeiramente seu lixo doméstico, devidamente embalado, à coleta pública. Destes, 45,8% (27 líderes) também separavam as sucatas recicláveis, colaborando com a arrecadação de recursos extras para a comunidade e ao mesmo tempo diminuindo o volume de lixo à espera da coleta pública. Apenas 8,5% (5 líderes) declararam haver ocasionalmente

queimado grandes volumes, móveis principalmente, em terrenos baldios próximos.

Estes dados descrevem uma situação relativamente adequada para a destinação do lixo, com exceção das queimas, que prejudicam a qualidade do ar. Mas os padrões de coleta e tratamento na cidade de São Paulo deixam muito a desejar, como se pode facilmente constatar num simples passeio em qualquer região da cidade. Essa situação é responsável, em muitos bairros, por uma espécie de "cultura do lixo", onde muita gente convive com despejos clandestinos, sem dar-se conta dos riscos envolvidos.

A pergunta 30, que trata da ocorrência de insetos ou roedores no ambiente doméstico ou em suas proximidades, forneceu dados que permitiram corroborar as condições sanitárias deficientes dos conjuntos investigados. Nesse sentido, foi confirmada por 90,0% dos entrevistados (53 líderes) a ocorrência isolada ou conjunta de vetores de doenças, como baratas (28), ratos (25), pernilongos (19), moscas (7), pombos, pulgas, carrapatos (5), dentro de suas moradias ou em espaços contígüos. Esses dados indicam a existência de ambientes propícios à multiplicação desses vetores, nas moradias, nos terrenos vazios e nas áreas comuns dos conjuntos. Esta situação está ilustrada pelo Gráfico 6.

Gráfico 6 -- Ocorrência de Insetos e/ou Roedores no Ambiente Doméstico e Local.



As perguntas 31 e 32, que deram origem à Tabela 30, procuram relacionar as ocorrências de insetos/roedores às providências tomadas para impedir sua penetração nas habitações, como a instalação de telas mosquiteiras, nas janelas e portas, e o fechamento de rachaduras nas paredes e frestas nas janelas. Estas medidas indicam, mais do que um impedimento efetivo, o cuidado dos moradores com o ambiente da moradia.

Tabela 30 -- Uso de Telas e Fechamento de Frestas, por Conjunto

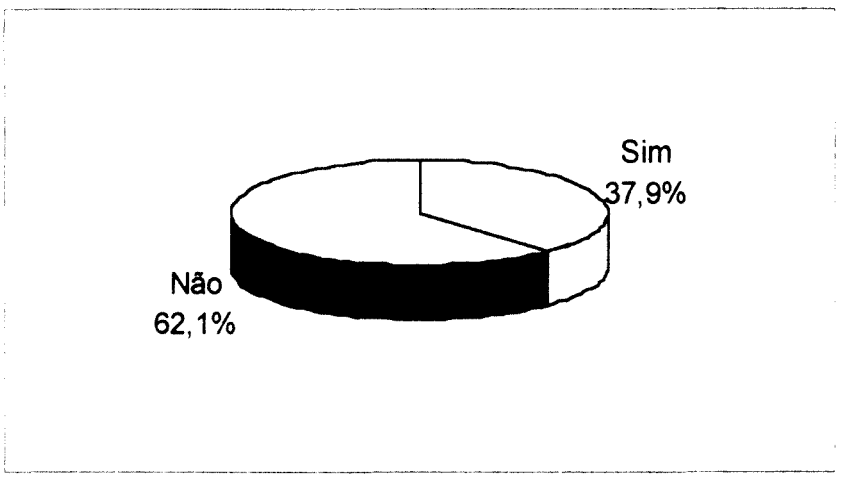
Conjunto	Tela Mosquiteira		Rachaduras/Frestas	
	sim	não	sim	não
Setor 8	--	10	2	9
Juta	--	11	4	7
Casarão	--	12	--	12
M. Deus	--	7	2	5
Sudeste	--	10	4	6
V. Bela	1	7	3	3
Total (%)	1 (1,7)	57 (98,3)	15 (26,3)	42 (73,7)

O recurso da tela mosquiteira em janelas e portas, bloqueando o acesso de insetos e prevenindo a ação destes vetores, é bastante utilizado em regiões da orla marítima, porém praticamente desconhecido pela população em estudo. Houve apenas uma resposta positiva, sendo que um entrevistado não respondeu.

Quanto à existência de rachaduras nas paredes, frestas nas janelas/portas e outras pequenas falhas não estruturais na moradia, 73,7% dos entrevistados (42 líderes) negaram sua existência e somente 26,3% (15) confirmaram. Cabe ressaltar que as negativas podem mostrar, talvez, o desconhecimento dos moradores sobre a existência de falhas em locais de difícil acesso, como junto do telhado. Em geral, estas falhas são facilmente detectáveis, podendo ser controladas com cuidados mínimos de manutenção predial, evitando assim a ação de vetores.

A pergunta 33 aborda outra situação de risco potencial à saúde dos moradores, que é a existência de manchas de bolor e mofo, um indicativo da insalubridade doméstica. O Gráfico 7 mostra a situação como informada pelos líderes entrevistados.

Gráfico 7 -- Existência de Manchas de Bolor /Mofo



As manchas de bolor e mofo podem ter várias causas: infiltração de água de chuva, vazamento da rede hidráulica ou de esgoto, excesso de umidade no ar, falta de ventilação ou de insolação. Podem ainda resultar de falhas na higiene: comida mal guardada, lixo mal acondicionado, excessos de poeira ou de gordura no ambiente. Todas estas situações são propícias à proliferação de microorganismos patogênicos e de seus vetores nos ambientes internos das moradias (WHO, 1992). Nesse sentido, sua existência foi negada por 62,1% dos entrevistados (36 líderes), mas ainda confirmada por 37,9% (22). Um deles nada informou.

A pergunta 34 trata da convivência com fumantes. O consumo de produtos derivados do tabaco (cigarros, charutos, cachimbos e outros), e os seus efeitos sobre a saúde humana, é um dos assuntos mais amplamente documentados no que diz respeito à saúde pública e às escolhas comportamentais. O hábito de fumar está associado de forma bem definida ao câncer de pulmão e a males como aterosclerose, doenças cardiovasculares, doenças obstrutivas das vias respiratórias e do pulmão. Sabe-se que os efeitos do ato de fumar associam-se à ação

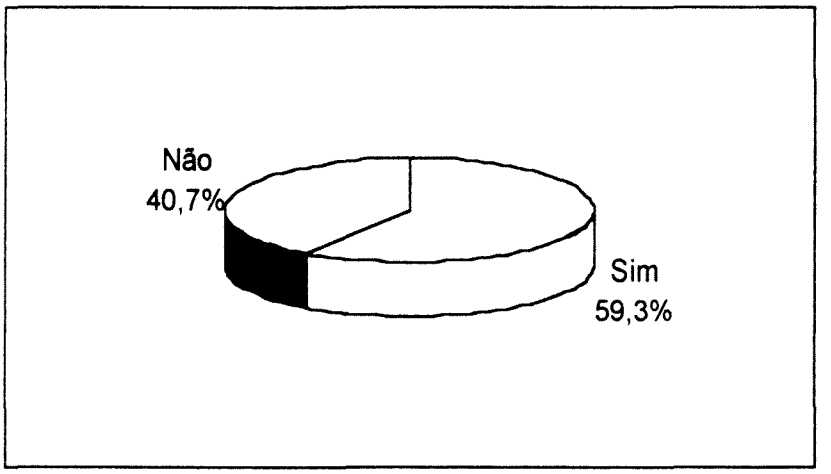
biopatológica e tóxica dos componentes do fumo do tabaco (os mais perigosos são nicotina, alcatrão e monóxido de carbono), e a magnitude do risco aumenta em função do tempo de duração e da intensidade do consumo (CABRERA, 1999). Além dessa ação aditiva e mortal, a longo prazo, sobre os fumantes ativos, os resíduos do fumo também difundem-se no ambiente, tornando todos os que partilham dos mesmos espaços -- a família e os colegas de trabalho --- suscetíveis aos mesmos agravos. Esses resíduos, liberados pela combustão incompleta do tabaco, chegam a impregnar de forma indelével a estrutura das construções. Por isso, é sempre recomendado que se evite o convívio por períodos prolongados com fumantes, precavendo-se dos riscos inerentes à condição de fumante passivo.

Tabela 31 -- Convivência com Fumantes, por Conjunto

Conjunto	Convivência c/ Fumantes			
	1 fumante	2 fum.	≥3 fum.	não
Setor 8	5	1	--	5
Juta	6	2	1	3
Casarão	6	2	--	4
M. Deus	1	1	1	4
Sudeste	2	3	1	4
V. Bela	3	--	--	4
Total	23	9	3	24
(%)	(39,0)	(15,2)	(5,1)	(40,7)

Cientes desse risco, amplamente divulgado pela mídia, 40,7% dos entrevistados (24 líderes) negaram a existência de fumantes em suas moradias. 39,0% (23) declararam haver um único fumante, 15,2% (9) declararam haver dois, 5,1% (3) declararam haver três ou mais, sendo que um nada informou. Esses dados permitiram concluir que 59,3% (35 líderes) compartilhavam suas moradias com uma ou mais pessoas dependentes do fumo, como se observa no Gráfico 8.

Gráfico 8 -- Convivência com Fumantes no Ambiente Doméstico.



Procurou-se também captar as percepções dos mutirantes sobre o espaço físico onde vivem, suas características e problemas, no âmbito da vizinhança e na região mais ampla onde a mesma está inserida, a Leste 1.

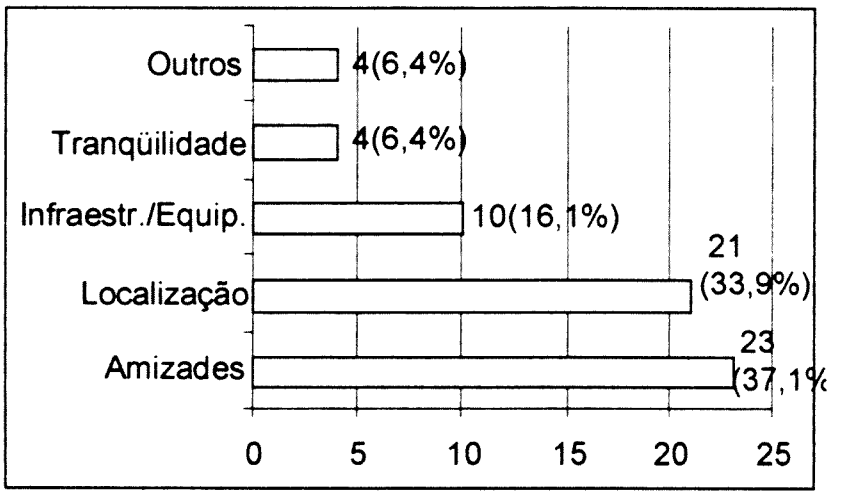
Respostas múltiplas às perguntas 34a e 34b relacionaram aspectos positivos e negativos percebidos pelos líderes na vizinhança. Os Gráficos 9 e 10 ilustram estes dados. Após sua apresentação será feita uma análise comparativa.

Dos 59 entrevistados, apenas 39 deram a sua opinão sobre o que mais gostavam na vizinhança. A lista a seguir agrupa suas respostas em cinco categorias mais abrangentes (os números entre parênteses expressam quantas vezes foram citados, em respostas múltiplas):

- laços de amizade e união (23);
- localização do conjunto (21);
- disponibilidade de infraestrutura urbana, equipamentos e seviços públicos (10);
- tranquilidade (4);
- outros, como organização comunitária, ar puro, limpeza (4).

O Gráfico 9 ilustra esses resultados.

Gráfico 9 -- Aspectos da Vizinhança que Mais Gostam

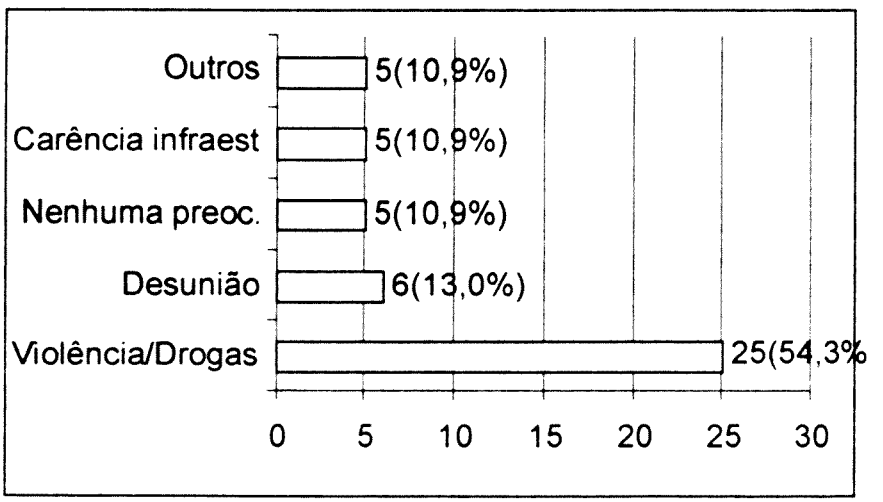


Sobre os aspectos que causavam maior preocupação, 43 líderes lembraram dos seguintes pontos (novamente com respostas múltiplas):

- violência cotidiana (agressões físicas, violência no trânsito, roubos) (13) e tráfico de drogas (12);
- desunião dos moradores (6);
- nenhuma preocupação (5);
- carência de infraestrutura e equipamentos sociais (5);
- outros, como barulho, poluição, animais soltos na rua, desemprego (5).

O Gráfico 10 ilustra essas respostas.

Gráfico 10 -- Aspectos da Vizinhança que Mais Preocupam



A comparação das respostas dadas às perguntas 34a e 34b destaca a importância atribuída à temática social, sobre todas as outras.

Cabem aqui algumas informações complementares. Entre os aspectos da vizinhança que os líderes entrevistados mais gostam (Gráfico 9), destacam-se os referentes a duas grantes categorias: o vínculo dentro do grupo e a localização do conjunto. O vínculo dentro do grupo (união, amizade, solidariedade) foi construído mediante a convivência e o trabalho solidário de seus membros, criando assim uma identidade comum. A localização do conjunto (facilidade de acesso ao centro, ao emprego, ao comércio, ao lazer) tem tanto o sentido óbvio da localização geográfica como o sentido simbólico do resultado da negociação entre o grupo e a Prefeitura para a obtenção do terreno. Os atributos do meio ambiente local, inclusive infraestrutura e serviços públicos, são mencionados em números mais modestos.

Entre os aspectos da vizinhança que mais preocupam (Gráfico 10), ganham relêvo os problemas ligados à violência e às drogas. A violência cotidiana (agressões físicas, violência no trânsito, roubos, humilhações) faz parte da vivência de todos os moradores de uma cidade como São Paulo, não se limitando apenas à periferia. Os mais pobres, porém, têm de suportar os arbítrios dos que detêm algum quinhão de poder, o que engloba todos os serviços públicos, inclusive policiamento, todos eles fundamentais para a sobrevivência dessa população. Já o crescimento do número de dependentes e de traficantes de drogas entorpecentes, lembrados em conexão à violência, tem abalado as estruturas familiares e tornado rotineiros os episódios de enfrentamento entre quadrilhas rivais nas ruas dos conjuntos habitacionais. Quanto a outros possíveis problemas ambientais, poucos foram lembrados, como déficit de infraestrutura e de serviços públicos, poluição, barulho e animais soltos na rua. Desse modo, fica demonstrado que as prioridades desta população, tanto positivas como negativas, são quase sempre da área social. Os condicionantes sociais, por sua vez, afetam muito mais

intensamente a qualidade de vida do que as características e problemas ambientais.

Chama a atenção o grande número de entrevistados que não deram opinião, positiva (20) ou negativa (16), sobre a vizinhança onde moram. Pode tratar-se de excesso de cautela, de indiferença, ou ainda desgaste dos vínculos entre indivíduos e comunidade.

Na pergunta 35, solicita-se que o entrevistado identifique os problemas de sua vizinhança, desta vez a partir de uma ampla listagem, previamente preparada, na qual estão arroladas as questões ambientais mais comuns de São Paulo. As respostas foram as seguintes (os números entre parênteses expressam quantas vezes foram citados):

- destruição/falta de vegetação (49);
- poeira no ar (48);
- lixo/entulho acumulado (43);
- animais domésticos soltos na rua (43);
- fumaça/fuligem (39);
- pragas de insetos/roedores (38);
- ocupação de áreas públicas por sem-teto (35);
- alagamento (32);
- barulho (28);
- esgoto a céu aberto (26);
- aterros/cortes perigosos (15);
- outros, dos quais sobressaem problemas de mau cheiro (originário de rio, lixão ou indústria) (10).

A Tabela 32 detalha estes dados por conjunto.

Tabela 32 -- Problemas Ambientais Mais Indicados, por Conjunto.

Conjunto	Falta de vegetação	Poeira no ar	Lixo/ entulho	Animais soltos na rua	Fumaça/ fuligem no ar	Insetos/ roedores	Ocupações de áreas públicas	Alagamentos	Barulho	Esgoto a céu aberto	Aterros/cortes de risco	Outros
Setor 8	10	9	8	9	7	8	8	5	7	3	8	1
Juta	10	9	10	8	10	8	10	4	2	5	5	2
Casarão	11	11	11	2	11	7	5	10	8	6	--	1
M. Deus	6	5	3	6	3	3	--	3	1	1	--	--
Sudeste	6	8	7	10	3	9	9	6	8	9	1	4
V. Bela	6	6	4	8	5	3	3	4	2	2	1	2
Total (%)	49 (12,1)	48 (11,8)	43 (10,6)	43 (10,6)	39 (9,6)	38 (9,4)	35 (8,6)	32 (7,9)	28 (6,9)	26 (6,4)	15 (3,7)	10 (2,5)

O sistema de indicação de problemas, a partir de uma lista previamente organizada, proporciona a vantagem de poder ampliar ou reduzir a abrangência da discussão, e direcionar a análise para assuntos específicos, sem o viés da preferência pessoal dos entrevistados, o que, na presente pesquisa, constantemente coloca os mesmos problemas, ligados ao setor social.

Dos problemas ambientais listados, os mais indicados foram, em primeiro lugar, a falta de vegetação e a poeira em suspensão no ar, imediatamente seguidos por acúmulo de lixo e entulho, animais domésticos soltos na rua, fumaça e fuligem no ar e infestação de insetos e roedores. Com uma prioridade um pouco menor, vêm atrás ocupações de áreas de uso comum por sem-teto, alagamentos, barulho e esgoto a céu aberto. A ordem dos problemas indicados está diretamente relacionada com o incômodo e a gravidade das doenças por eles causadas

O nível de poeira em suspensão no ar guarda estreita relação com a cobertura vegetal existente na região. Aliás, é reconhecida a importância

da vegetação, em geral, e, particularmente, da vegetação arbórea, no equilíbrio ambiental do espaço urbano. Contribui para a redução da poluição do ar, especialmente da poeira e material retido na superfície das folhas. Copas e raízes retêm a maior parte da água das chuvas, evitando erosão dos solos, assoreamento dos rios e agravamento das enchentes. Reduzem também os efeitos da "ilha de calor", baixando a temperatura, aumentando a circulação do ar e facilitando a dispersão de poluentes. Do ponto de vista epidemiológico, os impactos da falta de uma cobertura vegetal não podem ser medidos diretamente. Contudo, associados a outros fatores, como condições de saneamento, de habitação e de nutrição, constituem em fator indireto de transmissão de doenças.

Como exemplo, pode-se citar as enchentes, parcialmente causadas pela ação das chuvas sobre os morros desmatados, e o deslizamento dos solos erodidos para o fundo dos rios; o assoreamento dos cursos dágua provoca o colapso do sistema de drenagem e a ocorrência de enchentes em toda a cidade, acentuando os riscos de contaminação da população por doenças infecciosas como leptospirose, cólera e outras.

Em 1992, existiam na cidade de São Paulo 468 pontos de enchente, sendo que em 70% destes ocorria a invasão de moradias pelas águas, afetando uma população de aproximadamente 100.000 habitantes (PMSP/SEMPLA, 1992). O número de casos de leptospirose notificados em 1993 foi de 143 (Jornal O Estado de São Paulo, 05/01/97).

Em relação à qualidade do ar, observamos que os padrões máximos aceitáveis pela legislação brasileira para partículas inaláveis -- que constituem a parte mais agressiva do total do material particulado -- são constantemente atingidos e ultrapassados em todas as estações de medição da cidade. O mesmo ocorre com o índice de fumaça, monóxido de carbono (CO), ozônio (O3) e dióxido de nitrogênio (NO2) (CETESB, 1991). Mesmo com o decréscimo registrado nos últimos anos na emissão de poluentes, ainda acontecem episódios de alta concentração quando as

condições metereológicas se fazem propícias. Portanto, a sazonalidade climática, aliada à diminuição das áreas verdes dentro da mancha urbana, respondem conjuntamente pela gravidade do problema da poluição, e das doenças dela decorrentes, como respiratórias e alérgicas.

Os líderes entrevistados, ao colocarem os problemas da falta de vegetação e excesso de poeira no ar no topo da lista -- evidenciando sua gravidade e sua ocorrência associada -- demonstraram uma sensibilidade apurada em relação à realidade do meio ambiente local e seus mecanismos de degradação.

Essa mesma sensibilidade serviu também para a identificação de um segundo conjunto de problemas muito citados nas respostas à pergunta 35 -- acúmulo de lixo e entulho, animais domésticos soltos na rua, fumaça e fuligem no ar e infestação de insetos e roedores – que também apresentam, entre si, uma estreita relação causal, decorrente primariamente da questão dos resíduos sólidos e de seu tratamento.

Em geral, o problema dos resíduos sólidos reside no fato de constituírem uma fonte contínua de poluição, contaminando os mananciais superficiais e subterrâneos, provocando mau cheiro, propiciando a proliferação de vetores – insetos, aves e animais -- que contribuem para a transmissão de doenças, além de prejudicar a estética da paisagem. Constitui, também, como já se disse, um dos fatores determinantes das enchentes, pelo acúmulo de resíduos sólidos, não coletados, em pontos de represamento das águas (bocas de lobo, galerias de drenagem ou córregos), para onde são arrastados pelas chuvas. As incinerações de volumes médios e grandes nos lixões clandestinos também contribuem, com o seu quinhão de fumaça e fuligem, para a deterioração geral da qualidade do ar da cidade, juntamente com as fontes maiores de poluição, frota de veículos e indústrias.

No Brasil, segundo dados do IBGE, há cerca de 87 mil toneladas diárias de resíduos sólidos, dos quais apenas 66,4% são coletados. Destes, apenas metade recebe algum tipo de tratamento (em aterros sanitários, usinas de compostagem ou incineradores), enquanto que o restante é simplesmente despejado a céu aberto. Os 33,6%, não coletados, são lançados pela população em córregos e terrenos baldios, causando os problemas já mencionados (GESP/SMA, 1993).

Cumpre lembrar que a composição média do lixo domiciliar bruto coletado na cidade de São Paulo apresenta pelo menos 30% de materiais recicláveis -- plásticos, papel e papelão, latas e recipientes de vidro – (LIMPURB, 1999), cuja separação do lixo comum ainda na fonte, armazenamento e comercialização, pode trazer benefícios para a comunidade (retorno financeiro), para a administração da cidade (quantidades menores de lixo para coleta e disposição) e até para a economia (reaproveitamento de recursos naturais, diminuição do desperdício).

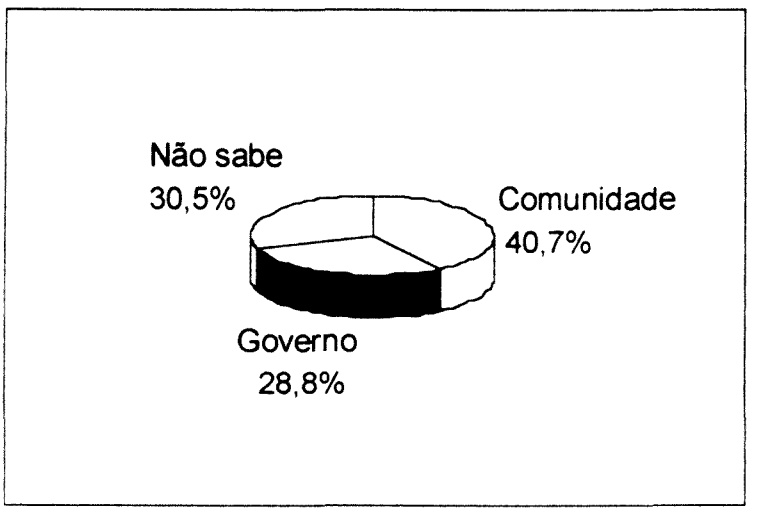
O ítem seguinte, entre os problemas ambientais mais citados, refere-se à ocupação de áreas públicas por integrantes do movimento dos sem-teto, um dos componentes da dinâmica de expansão da cidade em suas franjas periféricas. Numa perspectiva mais abrangente, o agravamento contínuo, nos últimos anos, da situação econômica e do desemprego, acompanhados pela deterioração da condição habitacional, têm servido para legitimar todas as formas de luta popular pela moradia. Nesse sentido, as manifestações de protesto do movimento dos sem-teto assumiram diversas modalidades: acampamentos provisórios em praças e parques públicos, invasões de prédios públicos abandonados na região central e invasões de glebas públicas e particulares em áreas periféricas. No entanto, as ações desse movimento na periferia da cidade -- invasão de áreas públicas de preservação, fora dos núcleos principais dos loteamentos, e construção de moradias provisórias, que em muitos casos dão origem a favelas -- têm provocado a reação de outros grupos, como os da população alvo desse estudo, que se sentem prejudicados pela

estratégia dos sem-teto. A ocupação dessas áreas, além de impedir a implantação de equipamentos comunitários ou sociais a que se destinam, reflete-se no agravamento de uma série em cadeia de problemas ambientais e de saúde pública, que afetam a população de forma geral:

- erradicação de vegetações arbóreas e outras;
- fragilização da estrutura do relevo pela intensificação de cortes e aterros de risco (com mais de um metro de altura);
- erosão e assoreamento de cursos d'água;
- acúmulo de lixo não coletado em terrenos baldios, fundos de vale e barrancos;
- proliferação de animais, aves e insetos, todos vetores de doenças transmissíveis;
- ocorrência de enchentes em pontos de estrangulamento da passagem das águas;
- aumento dos indicadores epidemiológicos relativos a moléstias transmissíveis.

Indagados sobre quem seria o responsável pela resolução dos problemas acima listados, 40,7% (24 líderes) apontaram a própria comunidade, 28,8% (17) responsabilizaram o governo em suas diversas instâncias, e 30,5% (18) não tinham opinião formada sobre o assunto. O Gráfico 11 ilustra a participação de cada uma dessas opiniões.

Gráfico 11 -- Responsável pela Resolução dos Problemas.



A preferência pela resolução dos problemas no âmbito da comunidade representa a continuação das mesmas estratégias utilizadas, com êxito, desde a formação destes grupos de mutirão: valorização dos recursos materiais e humanos próprios, capacitação de lideranças, participação e mobilização de todos.

Quanto à mobilização, 74,6% dos entrevistados (44 líderes) declararam acreditar ainda existir em sua comunidade e deram exemplos concretos; 6,8% (4), muito embora houvessem confirmado a existência de mobilização, não deram nenhum exemplo; 18,6% (11) negaram sua existência.

Foram citados como exemplo e agrupados por afinidade como temas de interêsse para a mobilização local:

- saneamento -- mutirões de limpeza de ruas, praças e terrenos baldios (21), coleta seletiva de resíduos (9);
- equipamentos -- construção de instalações de uso comum e equipamentos sociais (14), recuperação de equipamentos comunitários (7);
- mobilização -- movimentos de arborização/vegetação (9), moradia (2), saúde (2);
- cursos -- integração social (12);
- outros -- regularização do conjunto, combate à violência e drogas, à poluição, ampliação do Projeto Qualis, melhoria dos transportes (11).

Cabe ressaltar a existência de 11 líderes que negam a possibilidade de mobilizar os mutirantes para qualquer reivindicação de interêsse da comunidade.

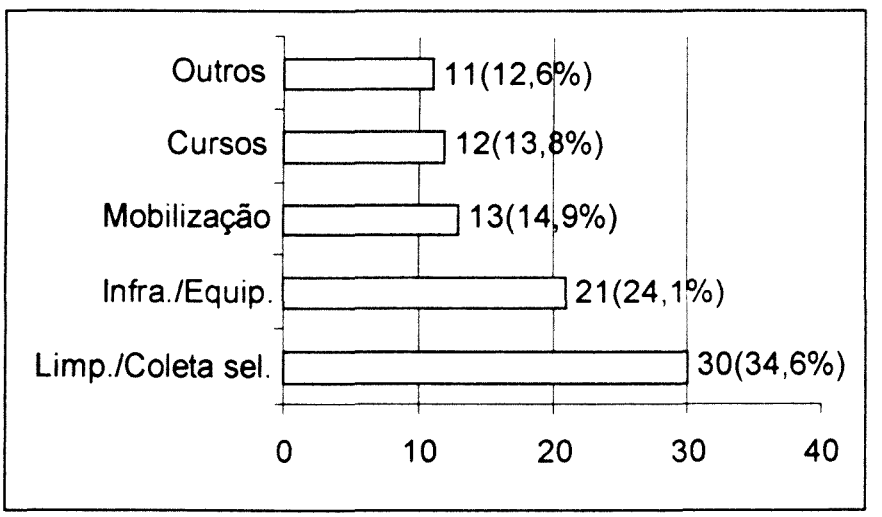
Esses exemplos são apresentados a seguir na Tabela 33, detalhados por conjunto, e ilustrados no Gráfico 12 (em um número menor de categorias).

Tabela 33 -- Exemplos de Mobilização Comunitária Mais Indicados, por Conjunto

Conjunto	Limpeza de ruas	Infraestrutura/ equip. sociais	Cursos/ Integração soc.	Arborização/ vegetaç / horta	Coleta seletiva	Recuperação equip. comunit.	Mobilização Saúde/Moradia	Regularização conjunto	Violência/ Drogas	Outros
Setor 8	8	5	1	2	5	--	--	1	1	1
Juta	5	8	1	3	4	1	--	--	--	1
Casarão	--	--	9	--	--	4	4	--	--	3
M. Deus	2	1	1	1	--	2	--	--	1	1
Sudeste	3	--	--	3	--	--	--	--	--	--
V. Bela	3	--	--	--	--	--	--	1	--	1
Total (%)	21 (24,1)	14 (16,1)	12 (13,8)	9 (10,3)	9 (10,3)	7 (8,0)	4 (4,6)	2 (2,3)	2 (2,3)	7 (8,0)

A totalização por categoria dos exemplos de mobilização comunitária estão ilustrados no Gráfico 12, a seguir.

Gráfico 12 -- Exemplos de Mobilização Comunitária



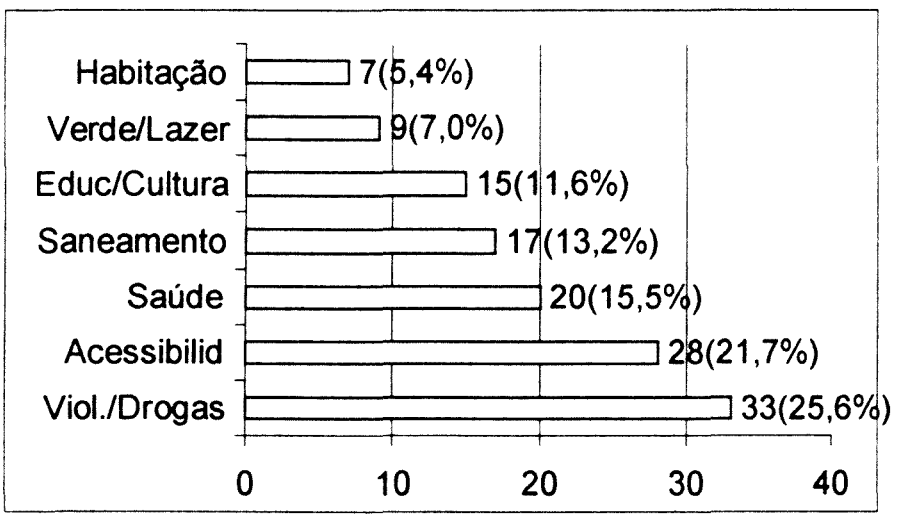
Sobre os três principais problemas da Região Leste 1, os entrevistados relacionaram os seguintes:

- violência cotidiana (28); consumo e tráfico de drogas (5);

- transportes coletivos (19); trânsito (9);
- assistência à saúde (20);
- saneamento (6); poluição (6); lixo/entulho (5);
- educação e cultura (15);
- áreas verdes/lazer (9);
- habitação (7).

A totalização por categoria dos exemplos de mobilização comunitária estão ilustrados no Gráfico 13, a seguir.

Gráfico 13 -- Problemas Principais da Região Leste 1



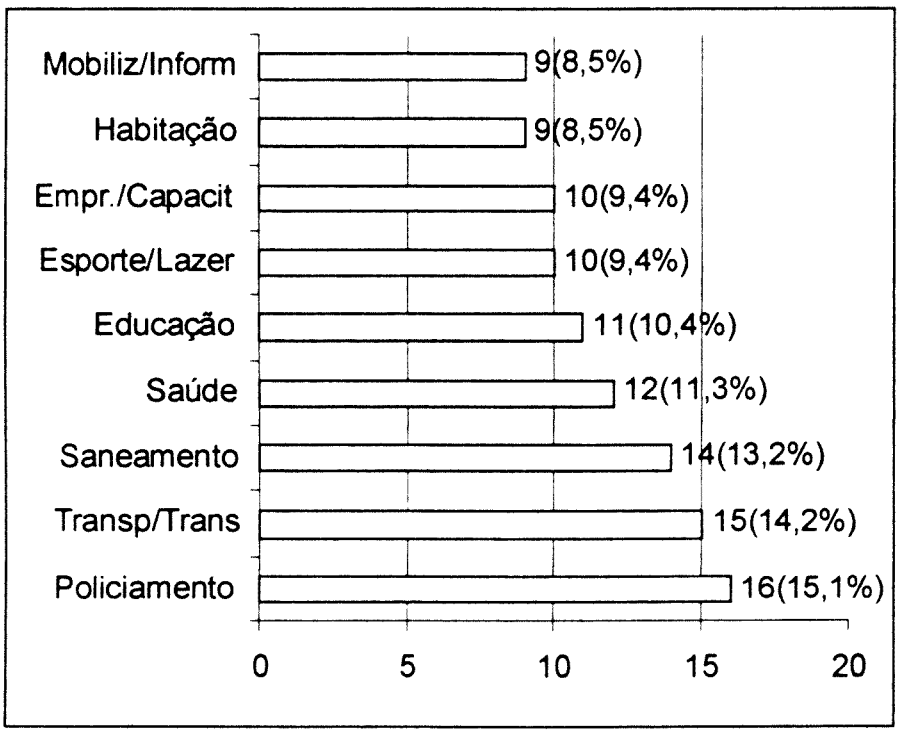
As sugestões para a melhoria das condições ambientais da Região Leste 1 foram assim expressas:

- segurança pública -- novos postos policiais e intensificação do policiamento (16);
- transporte/trânsito -- melhoria do transporte coletivo (10); melhoria do trânsito e do sistema viário (5);
- saneamento/Infraestrutura -- infraestrutura urbana e de saneamento (8); controle de fontes poluidoras (3); aperfeiçoamento da coleta e tratamento de lixo (3);
- saúde – novas unidades de saúde, mais equipadas e oferecendo melhor atendimento à população (12);

- educação – novas EMEIs, escolas de ensino fundamental e creches (11);
- esportes/lazer -- novos equipamentos esportivos e de lazer (10);
- emprego -- maior oferta de empregos (5); capacitação dos servidores públicos (5).
- habitação -- novos projetos de habitação popular (9);
- mobilização -- mobilização da população (6); mais informação em geral (3);

O Gráfico 14 apresenta as mesmas sugestões, totalizadas em categorias.

Gráfico 14 -- Sugestões para Melhoria do Meio Ambiente da Região Leste



1

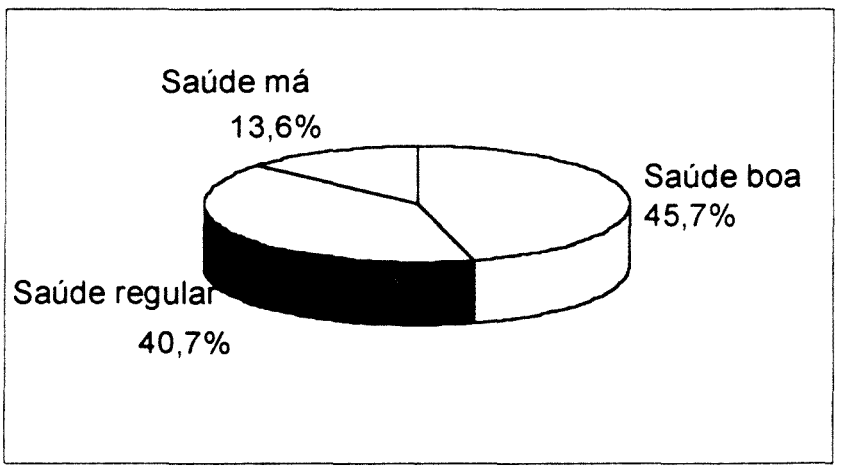
4. A Saúde

Os dados referentes à saúde da população alvo deste estudo foram levantados pelas perguntas de número 39 a 46 do Formulário para Líderes (Anexo 2), abordando o assunto em termos de diversas

perspectivas, desde o pessoal e coletivo até o institucional e de comunicação.

Na pergunta 39, solicitou-se aos entrevistados que fizessem uma auto-avaliação da saúde nos dois meses anteriores à pesquisa (morbidade referida). Os resultados obtidos foram os seguintes: 45,7% (27 líderes) consideraram sua saúde como boa, 40,7% (24) como regular e os demais 13,6% (8) como má. O Gráfico 15 ilustra estes resultados.

Gráfico 15 – Auto-avaliação da Saúde dos Líderes



Vale ressaltar que a maioria dos líderes não considera a própria saúde "boa" : 13,6% consideram-na má e 40,7% apenas regular, resultando em 54,3% dos entrevistados, que sentem suas condições orgânicas e/ou físicas prejudicadas ou, pelo menos, insatisfatórias.

Quando solicitados a justificar suas auto-avaliações, os entrevistados procuraram associá-las aos agravos que mais comprometeram seu desempenho de trabalho, no referido período. Esses agravos constam da listagem apresentada a seguir, onde também estão indicados, entre parênteses, o número de vezes que foram citados:

- saúde boa -- nenhum problema (13), gripe (7), hipertensão/coração (3), dor no corpo;

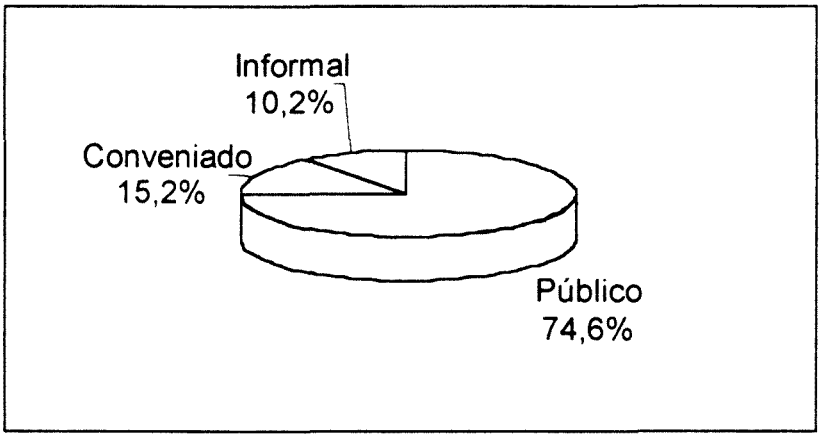
- saúde regular -- dor no corpo (8), estresse (6), gripe (5), cefaléia (5), hipertensão/coração (4), alergia (4);
- saúde má -- dependência do álcool e/ou fumo (3), dor no corpo (3), gripe (2), hipertensão/coração (2).

As percepções dos agravos e o impacto deles sobre a saúde, mostraram-se contraditórios, devido ao caráter subjetivo dessas avaliações. Os problemas que, para alguns, pouco ou nada representam de prejuízo à saúde ou à disposição física, para outros, parecem graves, como pode ser constatado, na listagem acima, com os exemplos de gripe, hipertensão/coração e dor no corpo. Note-se que esses exemplos aparecem relacionados, nas três condições de saúde.

Nessa questão, a maioria das respostas interpretou o termo saúde apenas como resultado da ausência de doenças orgânicas – crônicas ou infecciosas -- deixando de considerar os impactos do estilo de vida e da qualidade do meio ambiente sobre as pessoas.

A pergunta 40 visou a dimensionar a demanda dos serviços de saúde pelos líderes e suas famílias. Cada entrevistado informou as instituições que procura em caso de necessidade. As respostas permitiram identificar três modalidades principais de atendimento -- público, conveniado e informal – cujo acesso ficou assim distribuído: 74,6% (44 líderes) são usuários da rede pública e de atendimento gratuito, 15,2% (9) são conveniados atendidos em instituições particulares e os demais 10,2% (6) recorrem a tratamentos informais. O Gráfico 16 ilustra estes resultados.

Gráfico 16 -- Demanda Principal de Serviços de Saúde por Tipo.



A distribuição da demanda entre os três tipos de atendimento, apresentada no gráfico acima, foi estimada considerando-se a opção principal informada pelo entrevistado, ou a primeira entre as várias alternativas apresentadas. As respostas informaram todas as possibilidades de atendimento, resultando em uma grande variedade de instituições e recursos. A listagem apresentada a seguir relaciona todos eles, indicando, entre parênteses, o total de vezes citadas:

- instituições da rede pública e de atendimento gratuito -- compreende hospitais (24), postos do Programa de Saúde da Família-PSF (15), postos de saúde (12) e pronto-socorros (2);
- instituições particulares conveniadas – que atendem convênios de saúde vinculados a contratos de trabalho (8), incluindo-se aqui o Hospital da Aeronáutica (1), instituição governamental reservada apenas aos integrantes desta Força Armada;
- informal – tratamento com base em remédios caseiros (8) ou com aconselhamento em farmácias (3).

O resultado mostrou que a maior parcela de demanda foi direcionada às instituições de saúde da rede pública de atendimento gratuito. No entanto, as notórias deficiências dessas instituições -- recursos insuficientes, instalações precárias, pessoal despreparado – leva a crer que a opção pelo setor público constituiu-se em uma contingência decorrente do empobrecimento e da deterioração das condições de vida dessa população. Cabe registrar ainda que, sempre que possível, os entrevistados mantiveram-se usuários simultâneos dos

três serviços (público, conveniado e informal). O quadro completo da demanda, com todas as opções de procura informadas nas respostas à pergunta 40, está detalhado por conjunto na Tabela 34.

Tabela 34 -- Demanda Geral de Serviços de Saúde por Tipo e por Conjunto

Conjunto	Público				Conveniado		Informal	
	Hosp.	PSF	P.Saúde	Pr.Soc.	Diversos	Aeron	Reméd	Farmac
Setor 8	5	--	4	--	2	--	1	--
Juta	1	11	--	1	3	--	1	--
Casarão	6	1	3	1	4	--	--	--
M. Deus	4	1	1	--	2	--	2	--
Sudeste	5	--	2	--	1	1	3	1
V. Bela	3	2	2	--	3	--	1	2
Total (%)	24 (30,0)	15 (18,7)	12 (15,0)	2 (2,5)	15 (18,7)	1 (1,3)	8 (10,0)	3 (3,8)

De acordo com as respostas dadas à pergunta 41, que trata do atendimento pelo Programa de Saúde da Família-PSF (Projeto Qualis), somente 25,4% dos entrevistados ou 15 líderes conheciam o programa e dele se beneficiavam, através das visitas domiciliares dos agentes de saúde comunitários, que servem como triagem prévia para os encaminhamentos aos postos de saúde do programa. Esses números refletem o atraso da implantação do PSF no município de São Paulo, em relação aos demais municípios paulistas, devido às desavenças políticas e administrativas entre os três níveis de governo.

Os beneficiados moram em quatro conjuntos – Juta, Casarão, Madre de Deus e Vila Bela -- porém a receptividade ao programa foi muito diferente em cada um deles: na Juta, o novo serviço teve a adesão da maioria da população, ao passo que, nos demais, uma parcela dos moradores recebeu com desconfiança o trabalho dos agentes comunitários. Este fato refletiu-se nas respostas dadas à pergunta 41 (expostos na Tabela 34): quase todos os entrevistados da Juta

confirmaram seu vínculo ao programa, ao contrário dos demais conjuntos, onde poucos líderes (4 em 27) receberam este atendimento; a procura por serviços hospitalares, na Juta, foi muito menor do que nos demais conjuntos.

A pergunta 42 trata da percepção dos líderes pelas doenças de maior incidência nas respectivas comunidades. As respostas são múltiplas e delineam o seguinte quadro (detalhado por conjunto na Tabela 35):

- adultos -- são acometidos com maior frequência de gripe (52 respostas), alergia (24), hipertensão/coração (12), cefaléias (11), e outras como pneumonia, diabetes, doenças do sistema nervoso, hepatite, infecções do sistema respiratório, doenças renais, da coluna, anemia, tosse/falta de ar, aftas, tracoma (somam 21);
- crianças -- sofrem mais com asma/bronquite (39 respostas), seguida de diarréia (10) e verminose (10).

Tabela 35 -- Percepção de Doenças por Conjunto e segundo a Faixa Etária.

Conjunto	Crianças		Adultos				
	Asma /bronquite	Diarréia/verminose	Gripe	Alergia	Hipertensão/coraç.	Cefaléia	Outros
Setor 8	8	5	9	6	1	1	4
Juta	9	5	9	2	5	3	3
Casarão	8	2	12	5	2	2	3
M. Deus	4	3	6	4	--	3	3
Sudeste	4	4	10	3	--	1	5
V. Bela	6	1	6	4	4	1	3
Total (%)	39 (66,1)	20 (33,9)	52 (43,3)	24 (20,0)	12 (10,0)	11 (9,2)	21 (17,5)

Na tabela acima, todos os agravos registrados em crianças e a maioria dos incidentes em adultos são originários de processos infecciosos, alérgicos ou parasitários, associados a deficiências na

higiene pessoal dos moradores ou na má conservação dos ambientes de moradia, ou do bairro. Várias dessas doenças já constavam das respostas à pergunta 39 (auto-avaliação da saúde). Outras, contudo, estão sendo mencionadas pela primeira vez, como, por exemplo, as doenças infantís.

Os dados a seguir referem-se ao reconhecimento de que o consumo regular e a dependência de substâncias como bebidas alcoólicas, fumo e tóxicos entorpecentes, assim como comportamentos anti-sociais e violentos, daí resultantes, constituem risco à saúde individual e coletiva. As respostas à pergunta 43, revisadas na Tabela 36, traduziram esta percepção com muita clareza: em primeiro lugar o fumo (51 respostas), seguido pelo álcool (44), as drogas (41) e os comportamentos violentos (31). Apenas 4 dos entrevistados não deram resposta.

Tabela 36 -- Percepção de Problemáticas Sociais por Conjunto.

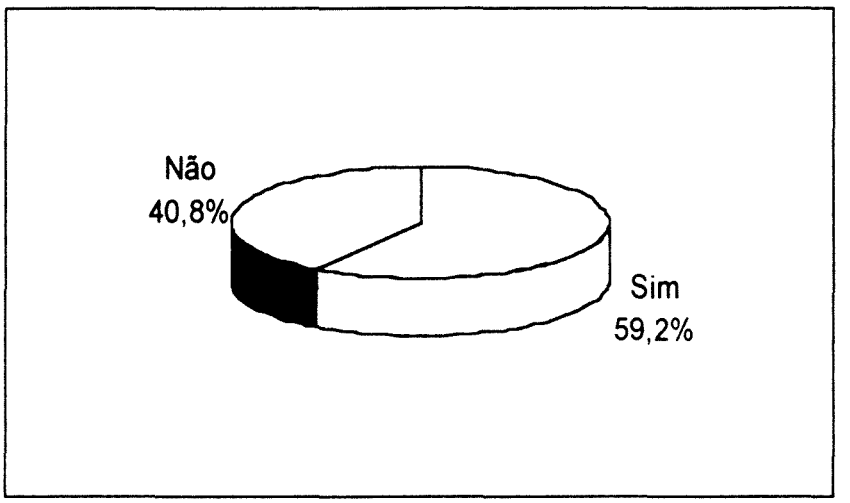
Conjunto	Fumo	Alcool	Drogas	Violência
Setor 8	10	7	11	11
Juta	11	11	10	4
Casarão	12	11	10	7
M. Deus	7	4	6	2
Sudeste	5	6	1	3
V. Bela	6	5	3	4
Total (%)	51 (30,5)	44 (26,3)	41 (24,6)	31 (18,6)

As perguntas 44 e 44a procuram identificar os temários e as práticas de mobilização comunitária que podem servir de instrumento de promoção da saúde e do meio ambiente. As respostas obtidas foram surpreendentes e estão ilustradas pelos gráficos 17 e 18.

A mobilização comunitária, tão marcante na trajetória destes grupos, teve sua sobrevivência colocada em dúvida por parte dos líderes. Dos 59 entrevistados, somente 29 acreditavam existir ainda potencial

para mobilização da comunidade, inclusive para promoção da saúde e do meio ambiente, 20 negaram a possibilidade de retomada destas práticas, na atualidade, e 10 nada responderam.

Gráfico 17 -- Mobilização da Comunidade para Promoção da Saúde e do Meio Ambiente.



Vale ressaltar que nas respostas à pergunta 44, esperava-se conseguir relatos das experiências dos mutirantes associando mobilização, saúde e meio ambiente. No entanto, o que se conseguiu foram verdadeiros depoimentos sobre o estado atual de desmobilização e desânimo por que passa o movimento. Somente questões consideradas estratégicas, como as recentes negociações com a COHAB para a regularização da propriedade das moradias e a fixação de um teto para as prestações mensais, conseguem provocar o envolvimento de toda a comunidade. Mesmo assuntos de interêsse marcadamente comunitário, como limpeza de ruas, edificação ou recuperação de equipamentos comuns, novas resoluções do Fórum dos Mutirões, dificilmente são discutidas fora das reuniões de coordenação. Outros temas, antes obrigatoriamente tratados pelas instâncias de decisão coletiva dos mutirantes – inclusive meio ambiente e saúde -- agora passaram para a esfera de decisão individual ou familiar. Essas transformações nos relacionamentos e atitudes intra-grupo, afastam os mutirantes dos ideais comunitários e de cidadania que vinham presidindo seus passos desde a

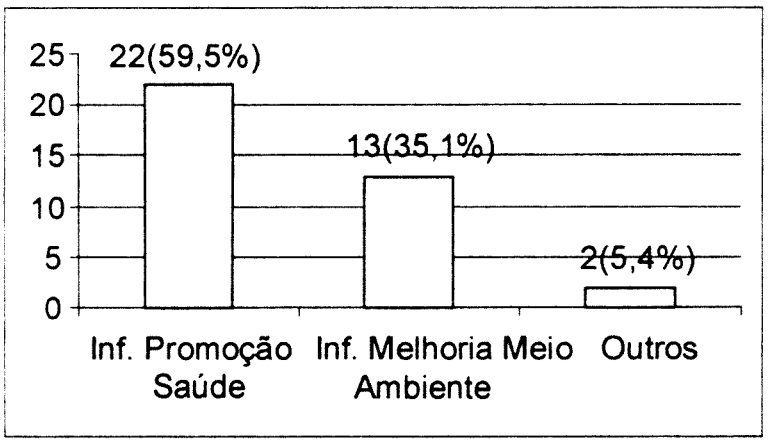
formação dos grupos de mutirão até a construção e entrega dos conjuntos, e os aproxima de seus vizinhos não mutirantes. A mesma tendência, no que diz respeito ao ambiente físico do conjunto, tem revertido em perdas importantes de parâmetros de projeto que garantiam às moradias e ao conjunto uma qualidade de vida superior ao dos bairros do entôrno, como já visto anteriormente.

Foram lembrados como exemplos bem sucedidos de mobilização da comunidade, os seguintes temas de campanha, agrupados em categorias por afinidade (a maioria dos entrevistados deu mais de um exemplo):

- informações para melhoria do meio ambiente -- limpeza da moradia/caixa d'água/rua (11 respostas), conservação de alimentos, tratamento de lixo/esgoto;
- informações para promoção da saúde – hábitos de higiene pessoal (9), exercícios físicos (7), saúde da mulher, prevenção de doenças; sexo na adolescência; alcoolismo; saúde infantil; grupo de futebol;
- outros -- segurança; formação profissionalizante.

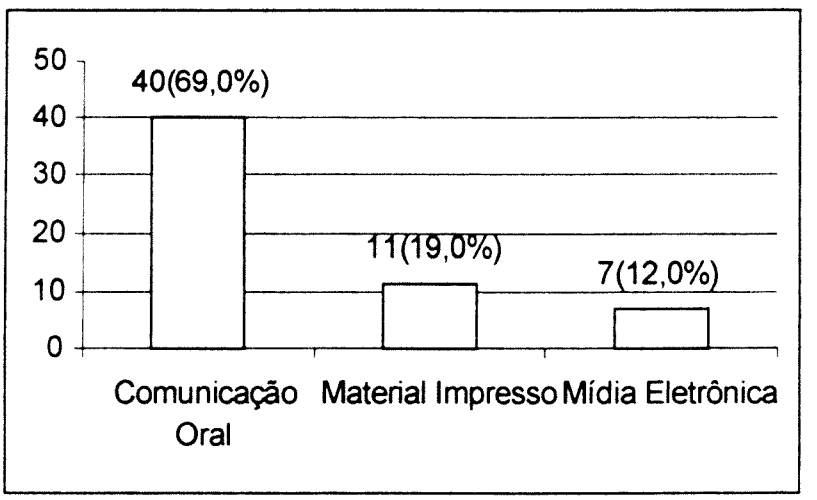
Os temas relacionados acima foram objeto de mobilização por parte dos mutirantes, que resultaram em campanhas, debates, palestras ou cursos, com a participação de representantes de instituições públicas ou privadas com envolvimento no assunto (posto de saúde, administração regional, SABESP, ONGs), visando solucionar problemas ou esclarecer dúvidas. Os eventos aconteciam no próprio conjunto ou nas sedes mais próximas dos órgãos envolvidos. O Gráfico 18 ilustra os dados acima.

Gráfico 18 -- Temas para Mobilização da Comunidade, por Categoria.



O meio considerado mais eficaz de divulgação de informações sobre saúde e meio ambiente, na opinião de 70% dos entrevistados (40 líderes), foi a comunicação oral, incluíndo debate em grupo, divulgação porta a porta, cursos e conversas informais; outros, 18% (11), preferiam a distribuição de material impresso, como cartilhas, circulares e jornais; outros 12% (7) preferiam ainda levar campanhas para a mídia eletrônica, como o rádio e a televisão. Alguns deles optaram por respostas múltiplas. Outros, num total de 13 líderes, não responderam esta pergunta (Gráfico 19).

Gráfico 19 -- Meios de Divulgação Preferidos, por Categoria.



A preferência pela comunicação oral, ao mesmo tempo que refletiu o estilo de atuação característico do movimento de moradia (privilegiando

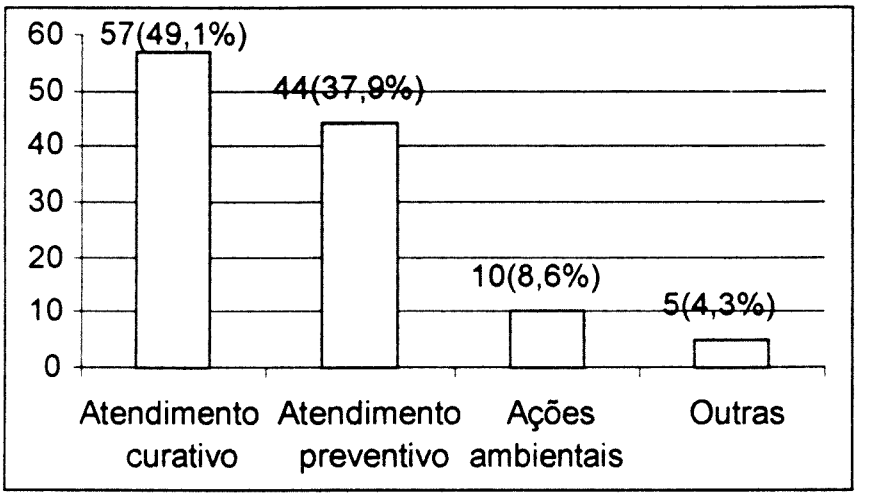
o diálogo, o debate e a negociação direta entre indivíduos e entre grupos), serviu para demonstrar a origem humilde e carente de seus integrantes, para quem os atos de leitura e de escrita apresentavam graus variáveis de dificuldade e, por isso, tornavam-se alternativas secundárias de informação.

As sugestões, apresentadas para melhorar as condições de saúde da população da Região Leste 1 (pergunta 45), abrangeram os seguintes temas, agrupados por afinidade em quatro categorias. Cada entrevistado teve a liberdade de expor mais do que uma única sugestão:

- atendimento curativo -- melhoria do atendimento de saúde (28), ampliação da rede de saúde da região (21), fornecimento gratuito de remédios, seringas e planos de saúde (8);
- atendimento preventivo – ampliação do quadro de agentes comunitários de saúde (Programa de Saúde da Família-PSF (17), elevação do nível geral de informação da população sobre o processo saúde/doença (16), fortalecimento do movimento de saúde e da mobilização popular em geral (6), novas políticas públicas na área da saúde (5);
- ações ambientais -- combate à poluição, proibição da queima de lixo nos aterros, promoção da arborização urbana;
- outros -- melhoria da alimentação, recolhimento de animais (carrocinha), projetos de encaminhamento de crianças de rua às escolas, ampliação da rede de equipamentos de esportes/lazer, melhoria dos transportes.

O Gráfico 20 apresenta as sugestões dos entrevistados para a melhoria das condições de saúde na Leste 1, totalizadas em categorias. Vale ressaltar os números inexpressivos dos que optaram por ações ambientais, e o caráter essencialmente curativo do atendimento sugerido acima.

Gráfico 20 -- Sugestões para Melhoria das Condições de Saúde na Região Leste 1, por Categoria.



A Tabela 37 apresenta essas sugestões, detalhadas por conjunto habitacional.

Tabela 37 -- Sugestões para Melhoria das Condições de Saúde, por Conjunto.

Conjunto	Melhoria atendimento	Ampliação rede saúde	Formação agentes comunit.	informação saúde	Ações Ambientais	Fornecimento medicamentos	Mobilização popular	Novas políticas públicas	Outras
Setor 8	5	6	8	1	2	3	--	1	2
Juta	9	5	4	2	7	--	--	--	--
Casarão	4	4	1	2	1	2	3	2	1
M. Deus	4	1	--	4	--	--	1	1	1
Sudeste	4	3	3	2	--	3	--	1	1
V. Bela	2	2	1	5	--	--	2	--	--
Total (%)	28 (24,1)	21 (18,1)	17 (14,7)	16 (13,8)	10 (8,6)	8 (6,9)	6 (5,2)	5 (4,3)	5 (4,3)

É muito tênue a associação feita pelos entrevistados entre os campos da saúde e do meio ambiente. Poucos deles lembraram das questões ambientais e seus impactos sobre a saúde individual e coletiva: poluição, queima de lixo em aterros, falta de áreas verdes/arborização foram as únicas. Não se trata de desconhecimento ou desinformação, pois muitos problemas ambientais, associados à moradia, ao conjunto e à região – e determinantes da saúde da população -- já haviam sido citados pelos líderes em respostas anteriores. Mesmo as propostas de melhoria do atendimento à saúde, que fogem do campo tradicional – melhoria da alimentação, recolhimento de animais, novas áreas para esportes e lazer, recuperação de crianças de rua, entre outras – são numericamente pouco expressivas. As sugestões mais destacadas foram referentes à melhoria do atendimento e à ampliação da rede, que reforçam o caráter tradicionalmente curativo do serviços públicos de saúde. Por outro lado, também ganharam relevância, pelos números de indicações recebidas, a ampliação do quadro de agentes comunitários de saúde e a elevação geral do nível de informação da população sobre o processo saúde/doença, ambas voltadas ao atendimento preventivo.

Quanto à melhoria da qualidade de vida, tratada na pergunta 46, foram sugeridos os seguintes temas, agrupados em grandes categorias por afinidade temática:

- mercado de trabalho – mais empregos (40), melhoria dos salários (16), programas de capacitação profissional (3), criação de um pólo industrial na Zona Leste (2);
- serviços públicos -- segurança pública (10), serviços de saúde (9), transportes públicos (8), áreas de lazer (7), áreas verdes (2), sacolão (2);
- políticas públicas -- novas políticas públicas (5), construção de moradias (3), ajuda financeira da Prefeitura;
- outros -- projetos educativos e de alfabetização (6), mobilização comunitária (2), melhorias no conjunto (2).

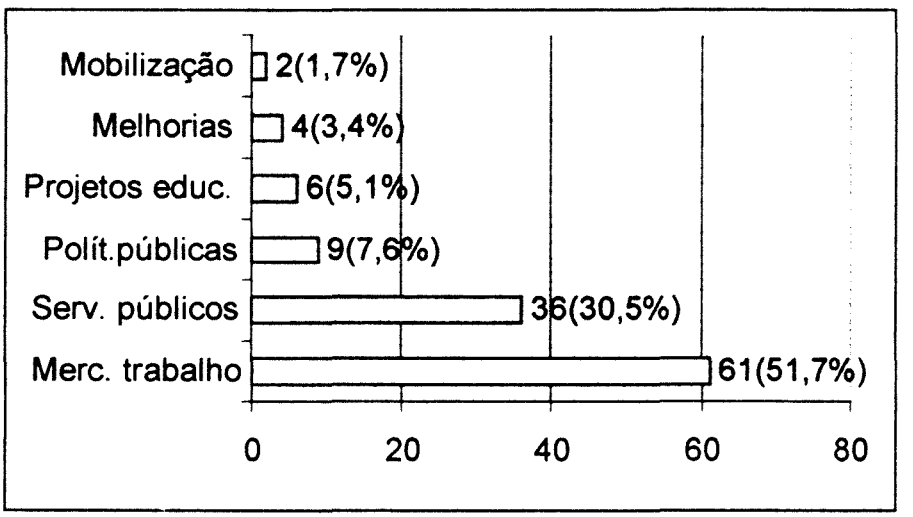
A Tabela 38 apresenta as mesmas sugestões detalhadas por conjunto.

Tabela 38 -- Sugestões para Melhoria da Qualidade de Vida, por Conjunto.

Conjunto	Emprego	Melhoria salarial	Segurança pública	Serviços de saúde	Áreas verdes/ lazer	Transportes públicos	Novas políticas públicas	Projetos educativos	Capacitação profissional	Construção de moradias	Mobilização comunitária	Melhorias no conjunto	Sacolão
Setor 8	6	--	3	2	3	4	3	1	--	1	1	1	--
Juta	10	3	2	--	4	--	--	2	2	--	--	--	--
Casarão	9	6	1	3	--	--	1	2	--	--	--	--	--
M. Deus	6	3	--	2	1	--	--	1	--	2	1	--	--
Sudeste	5	1	4	2	--	4	--	--	1	--	--	1	2
V. Bela	6	3	--	--	1	--	2	--	--	--	--	--	--
Total	42	16	10	9	9	8	6	6	3	3	2	2	2
(%)	(35,6)	(13,6)	(8,5)	(7,6)	(7,6)	(6,8)	(5,1)	(5,1)	(2,5)	(2,5)	(1,7)	(1,7)	(1,7)

O Gráfico 21 apresenta as sugestões dos entrevistados para a melhoria da qualidade de vida, agrupadas por categoria (perguntas 46).

Gráfico 21 – Sugestões para Melhoria da Qualidade de vida, por categoria.



As respostas sobre melhoria da qualidade de vida privilegiaram o atendimento de necessidades sociais mais amplas, como ampliação do mercado de trabalho, melhoria dos salários, diminuição da violência cotidiana, melhoria dos serviços públicos em geral – saúde, transportes, lazer, educação e outros – sem se deter em propostas relacionadas ao meio ambiente doméstico/local/regional. Os números foram claros a esse respeito: as sugestões referentes ao mercado de trabalho e seu desenvolvimento estão bem destacadas à frente das demais, devido à sua importância estratégica para a sobrevivência das famílias e de toda a comunidade; em segundo lugar, mas com relevância bem menor, vêm a resolução da violência cotidiana, através de uma nova política de segurança pública, seguida pelos demais serviços públicos – saúde, lazer e áreas verdes e transportes – nos quais as questões ambientais podem ser tratadas. A resolução das questões relativas ao espaço local aparecem no final da lista, devido ao número mínimo de indicações recebidas. O espaço doméstico nem chegou a ser cogitado nas considerações sobre qualidade de vida. Os impactos decorrentes de comportamentos e atitudes, pessoais e de grupo, dos moradores sobre o meio ambiente nas escalas local e regional, também são negligenciados.

A exemplo das respostas da pergunta anterior, sobre melhoria das condições de saúde, o meio ambiente foi lembrado de forma tênue e

quase que exclusivamente como cenário de outros problemas, muito mais próximos e urgentes. Em síntese, na percepção dos líderes entrevistados, o meio ambiente não influencia diretamente a qualidade de vida. Os determinantes desta podem ser encontrados no contexto das políticas econômicas governamentais, do nível de atendimento dos serviços públicos e de algumas outras iniciativas isoladas.

X. CONCLUSÕES

Em relação aos objetivos específicos do presente estudo, podem ser apresentadas as seguintes conclusões:

1. Perfís Demográficos e de Liderança

1. Dos 59 líderes dos seis conjuntos habitacionais estudados, construídos pelo sistema de mutirão autogestionário na Região Leste 1 de São Paulo, 42,4% são homens e 57,6% são mulheres (Tab.4). Quanto ao estado civil, 79,7% deles são casados, aí incluídos todos os homens e 64,7% das mulheres; os restantes 20,3% são solteiros, separados ou viúvos, todos estes do sexo feminino (Tab.5).

2. Da população-alvo, 13,6% são paulistanos e 86,4% são migrantes, sendo 13,6% de outros municípios do Estado de SP, 15,2% de outros estados da região Sudeste, 52,5% do Nordeste e 5,1% do Sul (Tab.6). Predominam as mulheres entre os nascidos no SE e S (20 em 28, ou 71,4%) e os homens entre os do NE (17 em 31, ou 54,8%) (Tab.8). Com relação à origem, 42,4% são da zona urbana e 57,6% são da zona rural; as mulheres formam a maioria também entre os da zona rural (21 em 34, ou 61,8%) (Tab.7 e 8). A grande maioria (80,0%) chegou em São Paulo há pelo menos 20 anos (Tab.9), tendo criado raízes na cidade.

3. No que se refere à idade, verificou-se constituir população já madura: 69,5% dos entrevistados têm 40 anos ou mais, dos quais 47,5% são mulheres e 50,8% são da zona rural, enquanto que os restantes 30,5% têm menos de 40 anos, sendo 20,3% deles homens e 23,7% oriundos da zona urbana; o primeiro grupo, com 40 anos ou mais, forma a maioria das coordenações de quatro dos seis conjuntos investigados (Tab.10, 11 e 12).

4. Quanto ao nível de escolaridade dos líderes: 70,7% cursaram parcial ou integralmente o 1° grau, 27,6% o 2° grau e 1,7% o 3° grau; um deles não freqüentou a escola; três não sabem ler ou escrever (Tab.13). São índices superiores aos dos estratos sociais a que pertencem. Entre os seus familiares (total de 206 pessoas), 66,5% cursaram parcial ou integralmente o 1° grau, 20,4% o 2° grau e 1,5% o 3° grau; 11,6% não freqüentaram a escola (Tab.14).

5. A maioria dos líderes (81,4%) têm formação profissional, através de curso ou treinamento; 71,1% estão trabalhando – poucos na sua área de formação -- sendo 28,8% autônomos, 25,4% empregados registrados e 16,9% têm outros tipos de vínculo (funcionários públicos, microempresários, bicos); 8,5% são aposentados e 20,3% estão desempregados (Tab.15). Entre os familiares, 47,1% não trabalham fora (donas de casa, filhos dependentes, idosos); dos demais 69,7%, 36,9% estão trabalhando, 1,9% são aposentados e 14,1% estão desempregados (Tab.16). Em 11,9% das famílias, todos estão desempregados; em 28,8% delas, apenas um indivíduo trabalha; nos demais 59,3% dos casos, dois ou mais indivíduos contribuem para a renda familiar (Tab.17).

6. Sobre as funções assumidas no grupo, os líderes entrevistados descreveram seu papel durante a fase de obras como de coordenação (37,3%), de participação em obra (47,5%) ou de apoio (15,2%); entre os que exerciam estas duas últimas funções, 64,9% eram mulheres. Após a entrega das moradias, o papel descrito passou a ser de direção (59,3%) ou de colaboração (40,7%); 70,8% dos colaboradores são mulheres (Tab.18 e 19). Como justificativa de sua liderança, 43,9% apresentam as qualidades pessoais, 15,8% a experiência de vida e 40,3% por ambas as condições (Tab.20). Portanto, 84,2% dos líderes apontam suas qualidades pessoais inatas (temperamento, personalidade) como justificativa, exclusiva ou não, de liderança.

2. Situação de Moradia

1. Os entrevistados residiam anteriormente em casas unifamiliares (52,5%), cômodos de cortiço (30,5%) ou barracos de favela (13,6%), todos alugados (Tab.22). Devido às dificuldades criadas pelas autoridades municipais para a liberação dos recursos do convênio, somente 27,1% deles puderam ocupar suas moradias no prazo inicialmente previsto (até 1994), 37,3% sofreram atrasos de até 2 anos (até 1996) e 35,6% tiveram atrasos ainda maiores (Tab.21). Hoje, 86,4% consideram que sua condição habitacional melhorou, para 6,8% está igual e para 6,8% está pior (Tab.22). Os aspectos positivos mais mencionados são o espaço disponível (30,5%), a propriedade do imóvel e o fim do aluguel (28,0%), a privacidade (19,5%) e a limpeza (11,9%), todos estes aspectos contrastantes com a condição habitacional anterior (Gráf.1). Curiosamente, o aspecto negativo mais lembrado foi também o espaço (60,0%), que representa uma perda para a mesma parcela que morava em casas maiores, porém alugadas, ou que ainda não conseguiu fazer os acréscimos que necessita (pág. 45).

2. Parte das moradias, 15,2%, abrigam usos mistos, combinando o uso residencial com outras atividades que ajudam à subsistência da família (Tab.23); apenas 11,9% apresentam superlotação, com uma média de ocupação superior a um morador por cômodo, mas este índice tende a aumentar pela dinâmica de crescimento do tamanho das famílias (casamentos, nascimentos, etc.). Os dois indicadores – usos mistos e superlotação -- são importantes para a avaliação da habitabilidade dos imóveis, estando provavelmente subdimensionados, face ao observado *in loco*.

3. A maioria dos líderes (93,2%) fez modificações na moradia; destes, 42,4% só completaram acabamentos constantes do projeto porém ainda faltantes na entrega das casas, 15,2% fizeram pequenas reformas sem aumento de área e 35,6% aumentaram a área construída

total (Tab.23). Portanto, em 50,8% das unidades foram feitas reformas atendendo necessidades individuais não contempladas pelo projeto decidido coletivamente. Algumas dessas modificações prejudicaram condições ambientais da moradia e, conseqüentemente, do conjunto: 36,5% das casas e apartamentos, após reforma, tiveram prejudicada a iluminação/ventilação de pelo menos um cômodo; 74,4% das casas cimentaram parcial ou completamente áreas externas; 33,3% fizeram cortes/aterros de alturas diversas (Tab.26). No entanto, somente 30,9% dos líderes fizeram consultas prévias à assessoria técnica (Gráf.3), chamando a atenção para as dificuldades do diálogo entre estes dois grupos, na fase posterior às obras.

4. A principal necessidade atendida pela moradia é a propriedade do imóvel e o fim do aluguel (24,6%), o espaço disponível (18,5%), o sentimento de realização/conquista (15,4%), a segurança da família (13,8%), a tranquilidade (10,8%) e a privacidade (9,2%) (Gráf.4). A principal necessidade não atendida pela moradia é o espaço (40,0%) e a qualidade da construção (16,7%). Para 20% dos líderes não existem necessidades não atendidas, isto é, todas as necessidades relativas à moradia estão atendidas (Gráf.5). Tanto as necessidades atendidas pela moradia como as não atendidas constituem temas de impacto sobre a saúde e o bem estar dos moradores. Não houve, porém, nenhuma associação direta, positiva ou negativa, entre o ambiente da moradia e a saúde dos moradores.

3. Condições do Meio Ambiente

1. A maioria, 76,3%, confirma que faz a limpeza da caixa d'água regularmente; no entanto, apenas 20,3% a fazem a cada 6 meses (prazo recomendado), enquanto que 45,8% a fazem até uma vez por ano e 10,2% em prazos ainda maiores, além de 23,7% que nunca limpam; o cômputo geral é que 79,7% não conservam adequadamente suas caixas d'água, arriscando-se a consumir água contaminada

(Tab.27). Com relação à posse de animais ou aves domésticos, 39,0% respondem positivamente, sobre ter pelo menos um desses vetores de patógenos, causadores de várias doenças em seres humanos, convivendo com a família (Tab.28). Quanto ao lixo doméstico, todos (100,0%) informam seguir as posturas legais sobre embalagem e entrega do lixo à coleta pública, e 45,8% também separam sucatas recicláveis para colaborar em programas comunitários; no entanto, 8,5% declaram queimar eventualmente grandes volumes em terrenos baldios, contribuindo para a piora dos índices de poluição atmosférica (Tab.29).

2. Entre os entrevistados, 90,0% confirmam ocorrências isoladas ou conjuntas de baratas, ratos, pernilongos, moscas e outros, no ambiente doméstico ou em suas imediações, indicando condições sanitárias deficientes, propícias à proliferação desses vetores (Gráf.6). Rachaduras e/ou frestas, em 26,3% das moradias, e a falta de tela mosquiteira nas portas e janelas, em 98,3% delas, facilitam a penetração dos mesmos vetores (Tab.30).

3. Manchas de bolor e/ou mofo, que denunciam a insalubridade dos espaços internos da moradia, por deficiências construtivas e/ou de higiene dos moradores, estão confirmadas em 37,9% das moradias (Gráf.7). Outro indicador, o de convivência com fumantes, confirmada em 59,3% das moradias, mostra a exposição de moradores não fumantes aos efeitos nocivos dos resíduos do fumo que impregnam o ambiente doméstico, tornando-os sujeitos, a longo prazo, ao mesmo quadro de morbidades que afeta os fumantes ativos (Tab.31 e Gráf.8).

4. Os aspectos da vizinhança que mais os atraem são os laços de amizade (37,1%) e a localização do conjunto (33,9%), seguidos, de longe, pela disponibilidade de infraestrutura e serviços públicos (16,1%) (Gráf.9). Os aspectos da vizinhança com que mais se preocupam são, principalmente, a violência cotidiana e o problema das drogas (54,3%), seguidos, em números bem menos expressivos, da

desmobilização da comunidade (13,0%) (Gráf.10). Novamente, os desequilíbrios do meio ambiente, no âmbito doméstico e local, e seus desdobramentos na saúde individual e coletiva, são pouco lembrados pelos entrevistados. As prioridades, tanto positivas como negativas, são quase todas da área social, e a exceção -- disponibilidade de infraestrutura e serviços públicos -- é o único vínculo com o ambiente local. Isso remete à idéia de que, para a população alvo desse estudo, as questões sociais mais gerais e a própria sociabilidade do grupo afetam muito mais intensamente sua qualidade de vida do que as características e problemas do meio ambiente que construíram e habitam.

5. Em uma relação contendo 14 problemas ambientais típicos da cidade de São Paulo, são mais indicados os seguintes: falta e/ou destruição da vegetação (12,1%), poeira em suspensão no ar (11,8%), lixo e/ou entulho acumulados (10,6%), animais soltos na rua (10,6%), fumaça/fuligem (9,6%), pragas de insetos e/ou roedores (9,4%), ocupação de áreas públicas por sem-teto (8,6%), alagamentos (7,9%), barulho (6,9%), esgoto a céu aberto (6,4%) (Tab.32). A ordem dos problemas indicados está diretamente relacionada ao nível de incômodo e à gravidade das doenças deles resultantes. Não são problemas exclusivos da Região Leste 1, afetando com intensidade variável toda a cidade. Mas são sentidos especialmente pela população mais pobre, tanto em áreas centrais degradadas como em áreas periféricas de urbanização não consolidada.

6. As respostas dadas até aqui demonstram que a maioria dos líderes está bem informada sobre a conservação da moradia e do conjunto e seus reflexos sobre a saúde individual e coletiva, muito embora este conhecimento não reverta em atitudes e comportamentos menos agressivos que aqueles tomados por seus vizinhos não mutirantes. Contraditoriamente, 40,7% dos líderes apontam a própria comunidade como responsável pela resolução dos problemas da relação acima, enquanto que 28,8% atribuem esta incumbência ao governo (Gráf.11).

Em relação a questões ambientais ou quaisquer outras, 18,6% dos entrevistados não acreditam existir potencial para a mobilização da comunidade. Para a maioria -- 81,4% -- ainda é possível mobilizar a comunidade para se obter a resolução desses problemas (pág. 68). Como exemplos de mobilização, são mais citados os seguintes temas: mutirões de limpeza geral e coleta seletiva (30,6%), e construção ou recuperação de equipamentos comunitários (21,5%), seguidos, com ênfase bem menor, de cursos de integração social (12,2%) e arborização de ruas e fundos de vale (9,2%) (Tab.33 e Gráf.12).

7. Os maiores problemas da Região Leste 1 são: violência e tráfico de drogas (25,6%), acessibilidade (21,7%), atendimento à saúde (15,5%), saneamento e poluição (13,2%), educação (11,6%), áreas verdes/lazer (7,0%) e habitação (5,4%) (Gráf.13). O destaque do problema da violência na Região Leste 1 é coerente com o mesmo destaque já dado no âmbito da vizinhança. Esta preocupação afeta hoje toda a população paulistana e mesmo a brasileira, mas os indicadores de violência (por exemplo, mortalidade por causas externas) crescem nos distritos municipais mais periféricos, como alguns da Região Leste 1 (Tab.2). Por outro lado, as questões ambientais e de saúde tornam-se mais visíveis no âmbito regional. Os setores listados são todos essenciais à sobrevivência e à qualidade de vida da população mais pobre, mas apresentam níveis de atendimento reconhecidamente precários.

8. As sugestões mais lembradas para a melhoria do meio ambiente da Região Leste 1 são: postos policiais e policiamento (15,1%); acessibilidade (14,2%), infraestrutura urbana e de saneamento (13,2%), rede de saúde, com melhor atendimento (11,3%); creches, EMEIs e escolas de ensino fundamental (10,4%); equipamentos esportivos e de lazer (9,4%); empregos e capacitação profissional (9,4%), habitação popular (8,5%), mobilização popular (8,5%) (Gráf.14). A maioria das sugestões dizem respeito a políticas públicas, de responsabilidade governamental; poucas, dentre elas, específicas

para o setor ambiental. A precariedade da oferta de serviços públicos essenciais relega a segundo plano todas as demais iniciativas. Contradizendo respostas anteriores, não foi apresentada nenhuma proposta a ser desenvolvida autonomamente pela população, por seus próprios recursos e meios (relativas ao ambiente, educação, cultura, lazer, saúde, etc.).

4. Condições de Saúde

1. Na opinião dos entrevistados, considerando os dois meses anteriores, 54,3% tiveram uma saúde insatisfatória, dos quais 40,7% regular e 13,6% má, enquanto que 45,7% gozaram de boa saúde (Gráf.15). Como justificativa das respectivas condições de saúde, os três grupos alegaram terem tido, com incidências variáveis, os problemas de gripe, hipertensão/coração e dor no corpo. De específico, os que se consideram com saúde boa informaram não terem tido outros problemas que comprometessem o desempenho de trabalho (22,0%); os que têm saúde regular, alegaram estresse (10,2%), cefaléias (8,5%) ou alergias (6,8%); os que têm saúde má, culparam principalmente a dependência do álcool e/ou fumo (5,1%) (pág. 72).

2. A maioria dos entrevistados -- 74,6% -- procura em primeiro lugar atendimento em unidades da rede pública de saúde, 15,2% são conveniados de instituições particulares e 10,2% procuram assistência informal (Gráf.16). Entre as instituições públicas mais procuradas, estão os hospitais (30,0%), postos do Programa de Saúde da Família-PSF (18,7%), postos de saúde (15,0%) e pronto-socorros (2,5%); nos conveniados estão incluídas instituições particulares diversas (18,7%) e o Hospital da Aeronáutica (1,3%); os recursos informais são remédios caseiros (10,0%) e medicação direta em farmácias (3,8%) (Tab.34). Entre os líderes entrevistados, 25,4% são atendidos pelo PSF em quatro conjuntos – Juta, Casarão, Madre de Deus e Vila Bela – sendo mais ampla a cobertura na Juta, onde todos os entrevistados

fazem parte do programa e declaram-se satisfeitos com o atendimento recebido (pág. 75).

3. Na opinião dos líderes, as doenças de maior incidência na comunidade são: em adultos, gripe (43,3%), alergia (20,0%), hipertensão/coração (10,0%) e cefaléias (9,2%); em crianças, asma/bronquite (66,1%), diarréia/verminose (33,9%) (Tab.35). A percepção destes agravos, na maioria transmitidos por vetores que dependem de condições ambientais propícias para a sua proliferação, dá a medida da importância dos comportamentos relacionados ao meio ambiente, doméstico e local, como determinantes da saúde e da qualidade de vida da população (pág. 76).

4. São amplamente reconhecidos como problemáticas sociais o consumo regular e a dependência do fumo (30,5%), álcool (26,3%) e drogas (24,6%), assim como comportamentos violentos disso decorrentes (18,6%) (Tab.36). Essa ênfase é devida ao crescimento tendencial do consumo e dependência dessas substâncias, principalmente entre os jovens, e a importância atribuída aos programas comunitários para o seu combate (pág. 76).

5. Entre os entrevistados, 40,8% não acreditam na possibilidade de mobilização da comunidade para promoção da saúde e meio ambiente (Gráf.17). Este dado amplia consideravelmente a proporção dos líderes que desacreditam da mobilização popular (18,6% já haviam declarado anteriormente não existir mais mobilização em sua comunidade), e indica a necessidade de revisão das estratégias do movimento. Os temas mais citados como exemplos desse tipo de mobilização são os relacionados à promoção da saúde (59,5%) – com destaque para higiene pessoal e exercícios físicos – seguidos pela melhoria do meio ambiente (35,1%) – principalmente limpeza da moradia e do conjunto (Gráf.18 e pág. 78). Quanto à forma de divulgação desses temas, 69,0% priorizam a comunicação oral (debates, cursos, palestras, conversas informais), 19,0% preferem o

material impresso (cartilhas, jornais, cartazes, faixas) e 12,0% a mídia eletrônica (rádio e televisão) (Gráf.19).

6. As sugestões para a melhoria das condições de saúde da Leste 1 são as seguintes: melhoria do atendimento da saúde (24,1%), ampliação da rede de saúde (18,1%), ampliação do quadro de agentes comunitários (14,7%), mais informação sobre saúde (13,8%), ações ambientais diversas (8,6%), fornecimento gratuito de remédios/seringas/planos de saúde (6,9%), fortalecimento do movimento de saúde e da mobilização popular em geral (5,2%), novas políticas públicas de saúde (4,3%) e outras (4,3%) (Tab.37). A maioria destas sugestões enquadram-se na categoria de atendimento curativo (49,1%), seguidas do atendimento preventivo de saúde e das ações ambientais diretas (37,9% e 8,6%, respectivamente) (Gráf.20).

7. As sugestões para a melhoria da qualidade de vida são, na maioria, relativas ao mercado de trabalho, como ampliação do número de empregos, melhoria dos salários e programas de capacitação profissional (51,7%); segue-se a melhoria dos serviços públicos, como segurança pública, saúde, transportes, lazer (30,5%); novas políticas públicas, inclusive construção de moradias (7,6%); projetos educativos e de alfabetização (5,1%); e outros, como incentivo à mobilização comunitária e melhorias locais (5,1%) (Tab.38 e Gráf.21). A distribuição temática das sugestões para melhoria da qualidade de vida, indica a preferência por iniciativas de competência do Poder Público, e relega para segundo plano as iniciativas dependentes da mobilização popular, inclusive nas propostas com impacto sobre o meio ambiente, como serviços públicos, infraestrutura e habitação.

XI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados aqui apresentados mostram que, a partir de sua ocupação, os conjuntos de mutirão autogestionário da Região Leste 1 sofreram progressiva deterioração, que transformou suas condições ambientais e de moradia, inicialmente privilegiadas -- pelos padrões adequados de qualidade, segurança, higiene, proteção e outros requisitos essenciais (WERNA, 2001) com que foram planejados e edificados – em algo próximo da situação observada nos bairros vizinhos.

Este hiato entre a vida planejada e a vida realizada pelos mutirantes, que vem se alargando desde a fase de finalização das obras até o momento atual, no que diz respeito ao ambiente físico e social do novo "habitat", ficou bem caracterizado nas conclusões da pesquisa, considerando-se não só as respostas dos formulários, como também os comentários espontâneos dos líderes e a observação direta da situação pelo pesquisador. Todas estas evidências indicaram, de um modo geral, que o uso cotidiano e as necessidades emergentes dos indivíduos e de suas famílias acabaram se impondo sobre as normas que regulavam a vida da comunidade, e que boa parte das modificações, pequenas e grandes, introduzidas nas moradias e/ou nas áreas de uso comum, assim como as inadeqüações na conservação dos conjuntos, acarretaram perdas substanciais em relação ao meio ambiente equilibrado e saudável inicialmente projetado e construído.

Estes prejuízos são até certo ponto surpreendentes, considerando-se que os grupos tiveram oportunidades amplas de formação e sensibilização, nas diversas etapas trilhadas desde o início do processo: a formação do grupo, as negociações com a Prefeitura, o planejamento e execução das obras, os seminários e debates sobre uso das moradias, vida em comunidade, e diversos outros temas, inclusive meio ambiente e saúde. Neste processo formativo/educativo, estavam sendo forjadas as condições para a transformação desses grupos, a médio/longo prazo, em

comunidades que PUTNAM (2000) define como cívicas, isto é, comunidades detentoras de um estoque de capital social, constituído por sistemas horizontais de participação, respeito a normas e confiança mútua, que tendem a ser cumulativos e a reforçar-se mutuamente, redundando em equilíbrios sociais com altos níveis de cooperação voluntária, reciprocidade, eficiência e bem estar coletivo.

No decorrer desse processo, porém, as dificuldades surgidas em diversas frentes provocaram refluxos nas estratégias de ação coletiva adotadas pelos mutirantes, e abriram espaço para mecanismos de colaboração restritos ao âmbito individual/familiar. A ocorrência destes mecanismos é até certo ponto compreensível e inevitável, pela influência do contexto social maior, históricamente determinado, que legitima o individualismo e a hierarquia em detrimento do associativismo e a participação democrática. Mas o alto grau de disseminação desses mecanismos de ação individual, aliado à gradual desmoralização das convenções comunitárias, acarretaram a erosão do estoque de capital social anteriormente acumulado pelos grupos. Nesta situação, tendem a aflorar sentimentos individuais negativos, como omissão, deserção, desconfiança, isolamento e outros, que se intensificam reciprocamente, redundando em equilíbrios sociais com baixos níveis de eficiência, característicos de comunidades não-cívicas (PUTNAM, 2000).

Entre os fatores explicativos deste retrocesso, que afetaram de forma variável os seis grupos da Região Leste 1, destacam-se os seguintes:

- o boicote, pelos novos administradores municipais, dos compromissos financeiros firmados anteriormente com os grupos, o que provocou atrasos nas obras e prejudicou a dinâmica dos trabalhos comunitários (estas reviravoltas da política municipal ilustram o que JACOBI (1989) denomina de caráter ambígüo do Estado capitalista, no exercício de funções contraditórias entre os imperativos da reprodução do capital e as necessidades de reprodução da força de trabalho);

- a heterogeneidade social dos membros dos grupos -- aglutinados a partir da condição comum de falta da moradia e de insuficiência de renda para ingresso nos programas habitacionais tradicionais – dificultou a construção de uma identidade comum e, com o término das obras, fragilizou a dinâmica comunitária, não obstante terem se mantido os laços de amizade individuais (FELIPE, 1995);
- a falta de integração e as desavenças entre assessores técnicos, líderes e demais mutirantes, influíram negativamente sobre questões essenciais da etapa posterior às obras, relacionadas ao uso das moradias e à convivência dos mutirantes como vizinhos (para JACOBI (1989) a sobrevalorização do caráter espontâneo do movimento e a minimização do papel dos agentes externos, são importantes para a formação da identidade do grupo, mas paradoxalmente acabam limitando o alcance do processo como um todo).

Os conjuntos habitacionais investigados no presente estudo representam mais do que os esforços empreendidos pelos respectivos grupos para a sua construção. Eles simbolizam também o resgate de seus direitos básicos de cidadania. Foi com esta perspectiva que os mutirantes, além das atividades no canteiro de obras -- para as quais receberam treinamento em vários ofícios e funções -- participaram intensamente de programas diversos de formação cultural e política, visando a suprir lacunas de conhecimentos e experiências de vida que prejudicavam permanentemente suas perspectivas de vida e de trabalho. O mutirão autogestionário foi concebido e aplicado como um instrumento estratégico para o "empoderamento" desses grupos, capacitando-os a agir e melhorar suas condições de vida, pela compreensão e controle adquiridos sobre suas próprias forças pessoais, sociais, econômicas e políticas (CABRERA, 1998).

Espera-se que os resultados do presente estudo possam sensibilizar líderes, assessores técnicos e gestores do setor público da área habitacional, atores que conduzem esse processo, de modo a provocar seu envolvimento em uma discussão acerca dos objetivos, da

metodologia, dos conteúdos e dos resultados alcançados pelo movimento dos mutirões, assim como sua colaboração nas providências concretas que se fizerem necessárias para resolver ou pelo menos amenizar os problemas ora constatados.

Obviamente, as conclusões deste estudo referem-se apenas às opiniões, atitudes, práticas e conhecimentos dos moradores dos seis conjuntos pesquisados na Região Leste 1, intermediados por seus líderes. Não podem ser extrapoladas para as demais regiões da cidade. Por isso, seria do maior interesse que a investigação fosse ampliada, cobrindo todo o município, de modo a se obter um quadro mais completo das condições de meio ambiente e saúde vividas hoje pelos integrantes do movimento dos mutirões. Aliás, está em estudos na Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano-SEHAB, da Prefeitura Municipal de São Paulo, a adoção do mutirão autogestionário como uma das diretrizes principais de política habitacional, nessa gestão recém iniciada, o que vem reforçar este propósito.

Segue-se a apresentação de algumas sugestões, visando a capacitar líderes, assessores técnicos e gestores do setor público, os atores principais desse processo, a resolverem os problemas aqui evidenciados. A abordagem geral será educativa, interdisciplinar, participativa e voltada às especificidades locais, com o objetivo de se promover a reflexão espontânea, a revisão de valores e comportamentos considerados prejudiciais e o reforço de atitude e práticas positivas.

1. Recomendações aos líderes mutirantes:

- Incentivar a participação de todos os moradores nas atividades de manutenção, recuperação ou melhoria das áreas comuns dos conjuntos; fortalecer os laços comunitários, nas instâncias do quarteirão, da rua e do setor, pela convivência e o trabalho cooperativo dos moradores.

- Fortalecer o papel das associações de moradores na administração cotidiana dos conjuntos e no planejamento de novos empreendimentos; promover a discussão e aprovação de normas regulamentando aspectos importantes da vida local, estabelecendo direitos, deveres, estímulos e sanções para os moradores e a comunidade; enfatizar as funções de liderança nas organizações comunitárias.

- Incentivar a organização espontânea de instâncias regionais e/ou setoriais, de representação dos mutirantes, para favorecer a aproximação entre comunidades vizinhas com ou sem os mesmos problemas, e fortalecer-se mutuamente através de posicionamentos comuns.

- Democratizar o conhecimento sobre normas urbanísticas e sanitárias, que regem o uso, ocupação e parcelamento do solo urbano, esclarecendo a importância da observância de cada uma delas para a manutenção de um meio ambiente equilibrado e saudável; assumir plenamente o papel de multiplicadores de informações.

2. Recomendações aos assessores técnicos:

- Desenvolver projetos de educação ambiental, dirigidos principalmente aos líderes, mas abertos a todos os interessados, moradores de cada conjunto, para aumentar o nível geral de informação e o grau de sensibilização, em relação a problemas domésticos e/ou locais que acarretem prejuízos ao equilíbrio do meio ambiente e à saúde da população.

- Promover o debate e a reflexão, entre os próprios assessores e, também, em conjunto com os líderes mutirantes, dos procedimentos de gestão dos conjuntos considerados ineficazes para os fins a que se destinam, seguidos de sua revisão.

- Criar mecanismos para facilitar a participação de todos os mutirantes, fazendo reuniões em locais e horários apropriados, marcados com antecedência.

- Organizar cartilhas com informações sobre direitos, deveres, explorando possibilidades e explicando proibições.

- Organizar um calendário anual de debates e propostas, focalizando mensalmente um assunto determinado, com a contribuição de especialistas de fora do movimento.

3. Recomendações às autoridades públicas competentes:

- Regulamentar a legislação ambiental, de modo a estabelecer controles e parcerias eficazes para a gestão e a preservação de um meio ambiente equilibrado e saudável, em termos de seus problemas e especificidades locais.

- Priorizar o movimento dos mutirões nos programas habitacionais da Prefeitura e do Estado, por sua eficácia no atendimento da demanda habitacional de interêsse social, por seu papel estratégico como instrumento de combate à exclusão social, e por seu potencial como fator de ordenamento da expansão urbana.

- Promover debate amplo entre mutirantes, assessores e gestores públicos de programas habitacionais, para estabelecer princípios de referência para novos convênios e garantir a continuidade dos mesmos nas mudanças de govêrno.

- Formar recursos humanos para educação ambiental, gestão ambiental e promoção da saúde, que atuem de forma integrada no território; Incentivar a capacitação de agentes comunitários de saúde do PSF, e

ampliar sua formação e atuação em questões ambientais de impacto sobre a saúde individual e coletiva.

XII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONDUKI, NG. "Habitação Popular: Contribuição para o Estudo da Evolução Urbana de São Paulo". In: VALLADARES, L. "Repensando a Habitação no Brasil". Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

BONDUKI, NG. "Origens da Habitação Social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria". São Paulo, Estação Liberdade, 1998.

CABRERA, GA. "Revisão bibliográfica do conceito de Empoderamento". São Paulo, FSP-USP, 1998.

CABRERA, GA. "Transteoria e análise estratégica no controle local do tabagismo". São Paulo, FSP-USP (tese), 1999.

CANDEIAS, NMF. Conceitos de Educação e de Promoção em Saúde: Mudanças Individuais e Organizacionais. Revista de Saúde Pública, 1997.

CARDOSO, MRA. "Indoor Environmental Risk Factors for Lower Respiratory Diseases in Young Children in São Paulo, Brazil". London, University of London – LSHTM (tese), 1997.

CARRION, EKM. "Apontamentos de Direito Constitucional". Porto Alegre, Livraria do Advogado, 1997.

CETESB. "São Paulo 92: Perfil Ambiental e Gestão da Cidade". São Paulo, 1992.

COIMBRA, JA et al. O Futuro Pode Ser Amanhã. In: GOV. DO ESTADO DE SP. CDHU. "Do Alicerce ao Teto". São Paulo, 1998.

CUNHA, IA. "Sustentabilidade e Poder Local: A Experiência de Política Ambiental em São Sebastião, Costa Norte de São Paulo (1989-1992)". São Paulo, FSP-USP (tese), 1996.

DEMO, P. "Participação e Avaliação – Projetos de Intervenção e Ação". In: Sorrentino, M. et al. "Ambientalismo e Participação na Contemporaneidade". São Paulo, EDUC/FAPESP, 2001.

FASE. "Mutirões Autogestionários: Levantamento das Obras - 1989 a 1995". São Paulo, Forja, 1996.

FELIPE, JP. "Mutirão e autogestão no Jardim São Francisco (1989-1992): movimento de moradia, lugar do arquiteto". São Carlos, EESC-USP (dissertação), 1996.

GESP/SMA. "Resíduos Sólidos e Meio Ambiente No Estado de São Paulo". São Paulo, 1993.

GIL, AC. "Como elaborar projetos de pesquisa". São Paulo, Atlas, 1996.

GORDILHO-SOUZA, A. (org.) "Habitat Contemporâneo: Novas Questões no Brasil dos Anos 90". Salvador, UFBA/Faculdade de Arquitetura, 1997.

GREEN, LW et al. Planejamento em Educação em Saúde. Uma Abordagem Diagnóstica. FSP-USP (xerox), 1991.

HAMDI, N. "Housing without Houses – Participation, Flexibility, Enablement". New York, Van Nostrand Reinhold, 1991.

IANNI, AMZ. "Meio Ambiente e Saúde na periferia da metrópole. Capela do Socorro, São Paulo". São Paulo, PROCAM-USP (dissertação), 1999.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. "Síntese de Indicadores Sociais 2000". Disponível na Internet, 27/dez/2001

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA - FIPE. "Estudo das Favelas e Cortiços da Cidade de São Paulo: Relatório Final". São Paulo, 1993

JACOBI, PR. "Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde – São Paulo 1974-84". São Paulo, Cortez, 1989.

MORAES, ACR. "Meio Ambiente e Ciências Humanas". São Paulo, HUCITEC, 1994.

PELICIONI, AF. "Educação Ambiental na Escola". São Paulo, FSP-USP (dissertação), 1998.

PELICIONI, MCF. "Qualidade de vida das mulheres trabalhadoras das creches conveniadas do Bairro Bela Vista do Município de São Paulo". São Paulo, FSP-USP (tese), 1995.

PEREIRA, ISSD. "Imigração dos PALOP para Portugal". São Paulo, FSP-USP (projeto de pesquisa), 1999.

PMSP/SEMPLA. "Dossiê São Paulo". São Paulo, PMSP, 1996.

PMSP/SEMPLA. "Política Ambiental e Gestão da Cidade". São Paulo, 1992.

PMSP/SEMPLA. "São Paulo em Números". São Paulo, 2000.

PMSP/SEMPLA. "Perfil Sócioeconômico do Município de São Paulo". São Paulo, 2000.

PMSP/SSO/LIMPURB. "O lixo no município de São Paulo". São Paulo, 1999.

PMSP/SVMA. "Agenda 21 Local: Compromisso do Município de São Paulo". São Paulo, PMSP, 1996.

REIGOTA, M. "O que é Educação Ambiental". São Paulo, Brasiliense, 1994.

REIGOTA, M. "Meio Ambiente e Representação Social". São Paulo, Cortez, 1995.

SACHS, C. "São Paulo: Políticas Públicas e Habitação Popular". São Paulo, EDUSP, 1999.

TASCHNER, SP. "Moradia da Pobreza: Habitação sem Saúde". São Paulo, FSP-USP (tese), 1982.

TASCHNER, SP. "Um olhar sobre o urbano: políticas públicas em São Paulo". In: Sorrentino, M. et al. "Ambientalismo e Participação na Contemporaneidade". São Paulo, EDUC/FAPESP, 2001.

VERAS, MPB. "Os Impasses da Crise Habitacional em São Paulo ou Os Nômades Urbanos no Limiar do Século XXI". In: Revista São Paulo em Perspectiva, abr./jun. 1987.

VILLAÇA, F. "O que todo cidadão precisa saber sobre Habitação". São Paulo, Global, 1986.

VIOLA, EJ. e LEIS, HR. "A Evolução das Políticas Ambientais no Brasil, 1971-1991: Do Bissetorialismo Preservacionista para o Multissetorialismo Orientado para o Desenvolvimento Sustentável. In: HOGAN, DS. 'Dilemas

Socioambientais do Desenvolvimento Sustentável". Campinas, Unicamp, 1992.

WERNA, E. et al. "Pluralismo na Habitação". São Paulo, Annablume, 2001.

WHO "Our planet, our health: Report of the WHO Commission on Health and Environment". Geneva, WHO, 1992.

WHO "Creating supportive environments for health". Geneva, WHO, 1996.

ANEXO 1

TERMO DE CONSENTIMENTO

(de acordo com a Resolução n. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde)

Eu, ... aceito participar da pesquisa **"HABITAÇÃO, MEIO AMBIENTE E SAÚDE: DIAGNÓSTICO DE NECESSIDADES DOS MUTIRANTES DA REGIÃO LESTE 1 DE SÃO PAULO"**, realizada pelo aluno Carlos Malzyner, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, respondendo às questões de um formulário/questionário.

O objetivo desta pesquisa é levantar as condições de moradia, de meio ambiente e de saúde dos grupos de mutirão autogestionário da Região Leste 1 de São Paulo, através do depoimento de seus líderes e assessores técnicos, e oferecer subsídios para a sua melhoria.

Fui informado de que:

- será mantido o sigilo sobre todas as informações prestadas;
- será mantido o anonimato de todos os participantes;
- a participação nesta pesquisa não implicará em risco de qualquer natureza;
- será garantido ao participante o direito de desistência em qualquer fase da pesquisa;
- o pesquisador deverá devolver os dados tabulados e discutir as conclusões da pesquisa com todos os participantes.

_____

assinatura

Contato: Carlos Malzyner Fone: 30862021

ANEXO 2

FORMULÁRIO PARA LÍDERES

DADOS PESSOAIS

Nome:.....
Endereço:.....
Bairro: .....CEP:.....Telefone: .....
Assoc. de moradores a que pertence: .....
Cargo na Associação: .....

1) Idade:.....anos

2) Local de nascimento: Cidade:.....Estado:.....

3) Zona de origem: ( )Zona Rural ( )Zona Urbana

3a) Tempo de residência em SP: ..... anos

4) Sexo: ( )masculino ( )feminino

5) Seu estado civil é:
( )casado(a)/ juntado(a)
( )solteiro(a)
( )viuvo(a)
( )separado(a)/ divorciado(a)/ desquitado(a)

CONDIÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

6) Você sabe ler e escrever? ( )sim, sei. ( )não, não sei.

7) Frequentou a escola até que ano? .....

8) Tem profissão? ( )sim, tenho. Qual? .....
( )não, não tenho.

9) Está trabalhando no momento?
( )sim, estou. Em quê? .....
( )não, não estou.

10) Qual é sua situação de trabalho?
( )empregado com registro em carteira
( )autônomo
( )faz "bicos"
( )outra. Qual? .....

11) Quem são as pessoas que moram com você:

Nome	Parentesco	Idade	Condição de estudo	Condição de trabalho

Total de pessoas da família:.....
Total de pessoas incluindo os que não pertencem à família:.....

12) Quais foram suas tarefas mais frequentes no grupo de mutirão? .....
.....
.....

12a) Quais são suas tarefas mais frequentes na Associação de Moradores? .....
.....
.....

13) Porque você se tornou líder do seu grupo? .....
.....
.....

A MORADIA

14) Há quanto tempo você mora aqui? .....anos

15) Sua moradia serve para alguma outra atividade?
( )sim, serve. Qual? .....
( )não, é só residência.

16) Quantos cômodos ela tem? .....quartos .....salas
.....cozinha .....banheiros
.....outros.Quais? .....
.....total de cômodos

17) Onde você morava antes? ( )casa ( )apto. ( )cômodo
( )barraco de favela
( )outro. Qual?.....

18) Compare sua moradia atual com a anterior:
( )é melhor ( )é pior ( )é igual
Por quê?.....
.....
.....

19) Esta moradia já teve alguma melhoria ou modificação? ( )sim ( )não.
Se a resposta for negativa, passe para a pergunta 25.

20) Indique o tipo da reforma que foi feita (pode ter mais de uma resposta):
( )mudou acabamentos (internos ou externos)
( )subdividiu os cômodos que já existiam, sem aumentar a área total
( )construiu novos cômodos, aumentando a área total
( )outro. Qual?.....

21) Você precisou cimentar áreas externas?
( )sim. Quais? .....
( )não.

22) Você deixou cômodos sem janela, mal iluminados ou mal ventilados?
( )sim. Quais? .....
( )não.

23) Você precisou fazer algum movimento de terra (corte ou aterro)?
( )sim. Onde? .....
( )não.

24) Para fazer estas melhorias, você pediu orientação à Assessoria Técnica?
( )sim, pedi. ( )não, não pedi.
Por quê?.....
.....

25) Qual é a principal necessidade que você sente atendida pela sua moradia?
O que você mais gosta na sua moradia? .....
.....

26) Qual é a principal necessidade que você sente que não é atendida pela moradia?
O que você gostaria mas não consegue fazer na sua moradia? .....
.....

O MEIO AMBIENTE

27) Você costuma limpar sua caixa d'água?
( )sim. De quanto em quanto tempo? .....
( )não, nunca.

28) Você tem animais domésticos? ( )sim. Quais?.....
( )não, não tenho

29) O que você costuma fazer com seu lixo? (pode ter mais de 1 resposta)
( )entrega tudo à coleta regular
( )separa a sucata para reciclagem
( )queima ( )joga em terreno baldio
( )outro. Qual? .....

30) Na sua moradia, você já teve ou tem tido infestação de insetos/roedores?
( )sim. Quais? .....
( )não, nunca tive.
(baratas, pulgas, moscas, mosquitos, pernilongos, ratos)

31) Suas janelas são protegidas por telas mosquiteiras? ( )sim. ( )não.

32) Sua moradia apresenta rachaduras nas paredes ou frestas nas janelas que permitem a penetração de insetos/roedores? ( )sim. ( )não.

33) Na sua moradia existem cômodos com manchas de bolor ou mofo?
( )sim. Quais?.....
( )não, não existem.

34) Alguém fuma dentro de casa? ( )sim. No. de fumantes?..... ( )não.

34a) O que você mais gosta na sua vizinhança? .....

34b) O que mais lhe preocupa na sua vizinhança? .....

35) Na sua vizinhança, existem problemas com (pode ter mais de 1 resposta):
( )Lixo/entulho jogado em ruas/praças/terrenos baldios
( )Alagamento quando chove muito
( )Esgoto que corre a céu aberto
( )Proliferação de animais domésticos
( )Infestação de insetos/roedores
( )Barulho incômodo
( )Poeira no ar
( )Fumaça/fuligem
( )Destruição de árvores/vegetação
( )Aterros e cortes de terra muito altos, com risco de desabamento
( )Ocupação de áreas destinadas a praça, esporte ou serviço público
( )Outro. Qual? .....

35a) A quem você acha que cabe resolver estes problemas?
( )governo ( )comunidade ( )indivíduos
( )outros. Quem? .....

36) Na sua vizinhança, existe mobilização comunitária?
( )sim. Para quê? .....
( )não, não existe.
Construção de melhorias, Limpeza de ruas/praças/terrenos, Arborização de ruas, Plantio de hortas comunitárias, Coleta seletiva, Atividades culturais/profissionalizantes

37) Na sua opinião, quais são os 3 principais problemas da Região Leste 1?
.....
.....
.....

38) Que sugestões você pode dar para melhorar as condições ambientais da Região Leste 1?.....
.....
.....

A SAÚDE

39) O que você achou da sua saúde, nos últimos dois meses?
( )boa ( )regular ( )má
Por quê?.....
.....

40) Que serviços de saúde você procura quando se sente doente?
( )serviços públicos (hospital/centro de saúde/pronto socorro)
( )serviços particulares (conveniados)
( )outro. Qual?.....

41) Você já foi atendido(a) por agentes comunitários de saúde (Projeto Qualis)?
( )sim. ( )não.

42) Na sua opinião, quais são as doenças mais comuns da sua vizinhança?Cite 3:
.....
.....
doenças do aparelho digestivo (diarréia, verminose, hepatite),
doenças do aparelho respiratório (asma, gripe, meningite),
doenças de pele (alergias), doenças da visão (tracoma)

43) Na sua vizinhança, existe problemas sociais relacionados a (pode ter mais de uma resposta):
( )alcoolismo ( )tabagismo ( )consumo de drogas
( )violência/insegurança

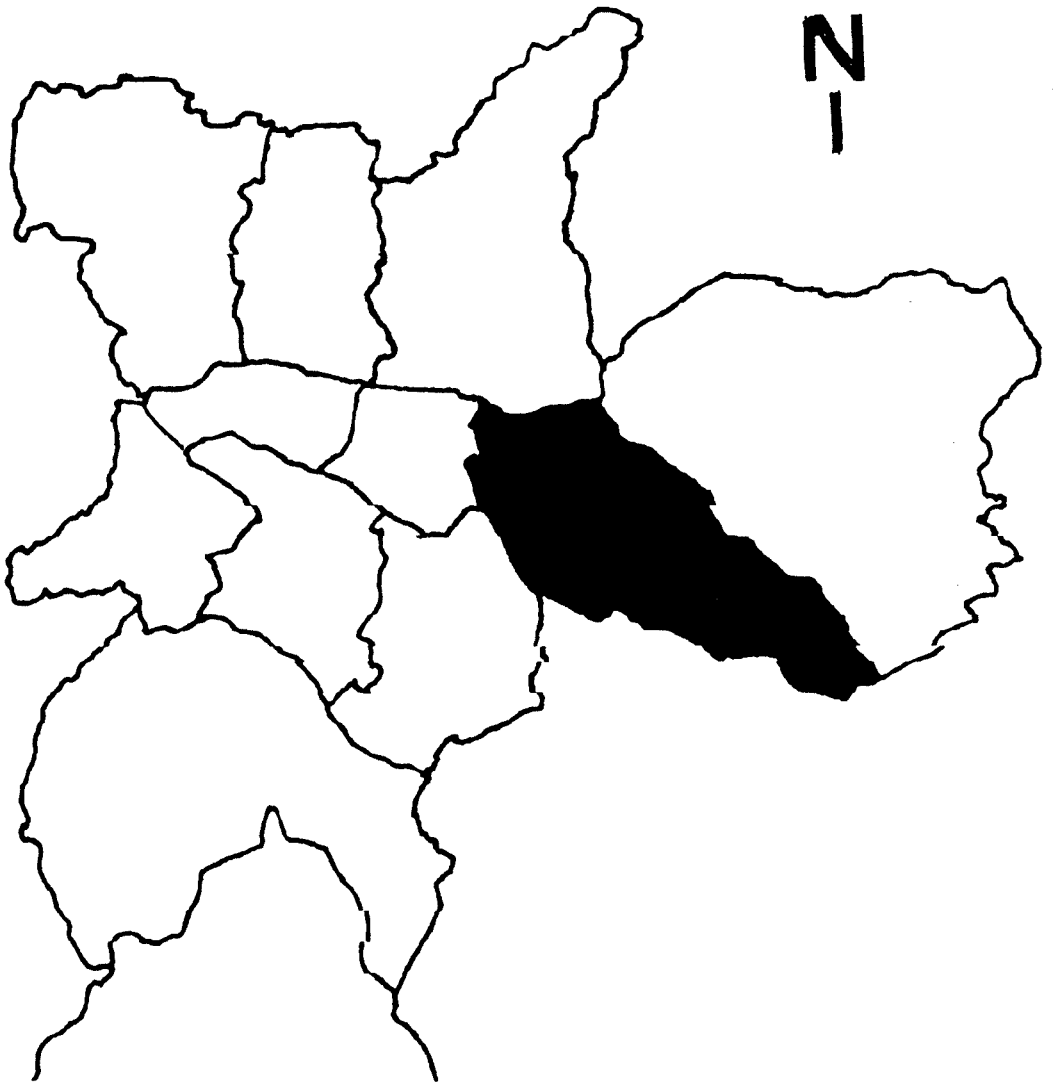
44) No seu bairro, existe mobilização comunitária para promoção da saúde?
( )sim. Qual? .....
( )não, não existe
cuidados de higiene pessoal, limpeza e conservação da moradia, prática de esportes e exercícios físicos, técnicas de conservação de alimentos

44a) Na sua opinião, qual é o meio mais eficaz de divulgação de informações sobre saúde e meio ambiente?
( )material impresso (cartilha, jornal, circular)
( )comunicação oral (conversa informal, curso, debate)
( )rádio ( )televisão
( )outro. Qual? .....

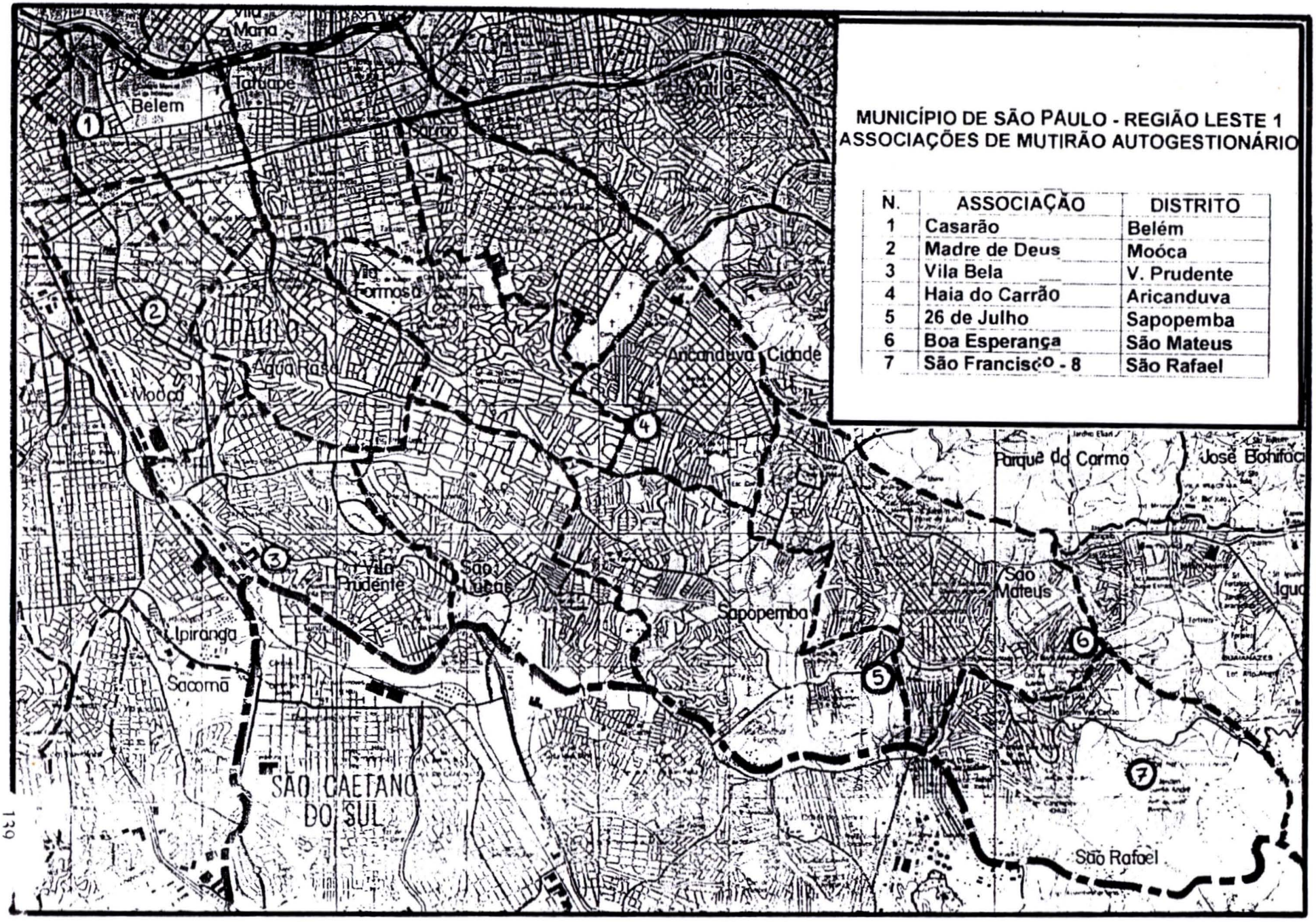
45) Que sugestões você pode dar para melhorar as condições de saúde da população da Região Leste 1? .....
.....
.....
.....

46) Na sua opinião, o que é preciso para que os moradores da Região Leste 1 tenham melhor qualidade de vida? .....
.....
.....
.....

Mapa de São Paulo com divisão distrital e indicação de localização da Região Leste 1



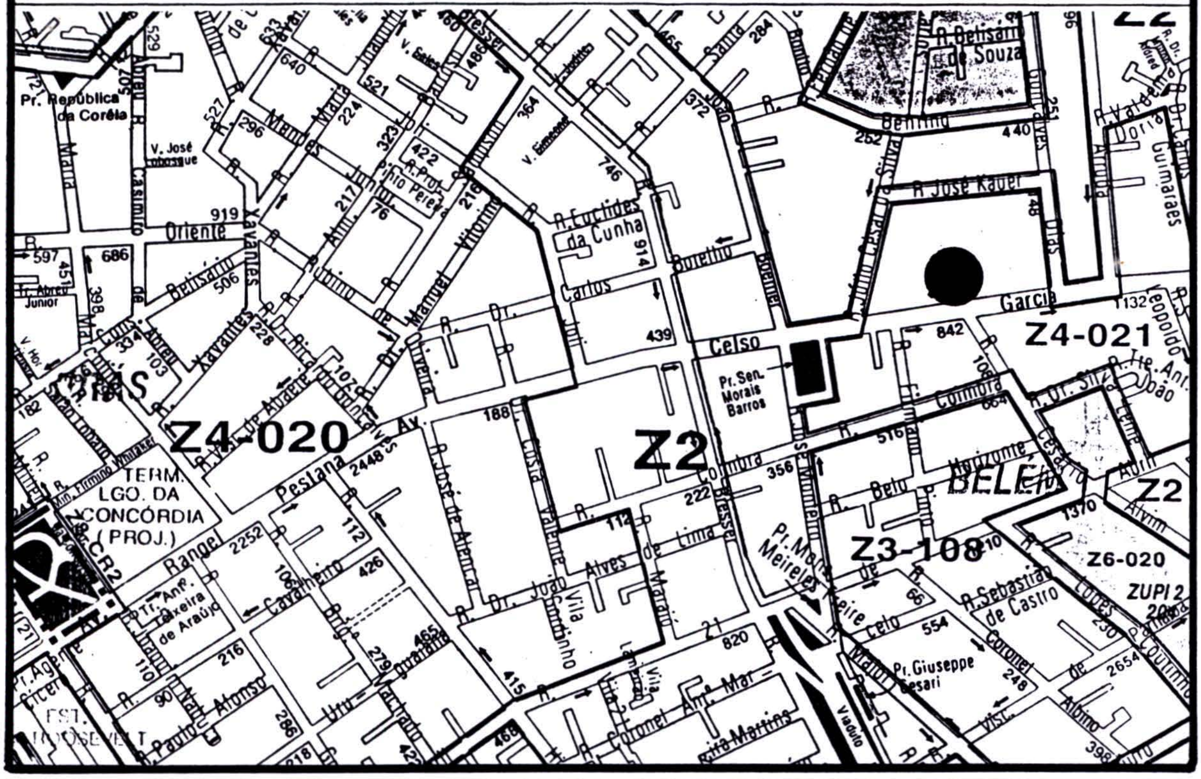
Cangaíba
126.458 hab.
Vila Jacuí
110.360 hab.
Vila Curuçá
138.810 hab.
Vila Guilherme
53.533 hab.
Vila Maria
113.212 hab.
Ponte Rasa
98.490 hab.
Penha
126.960 hab.
Pari
Belém
42.584 hab.
Tatuapé
77.492 hab.
Vila Matilde
99.414 hab.
Artur Alvim
110.484 hab.
Itaquera
184.543 hab.
Lajeado
129.729 hab.
Brás
Carrão
79.424 hab.
Gualanazes
89.004 hab.
Mooca
Cambuci
Água Rasa
Vila Formosa
Aricanduva
Cidade Líder
98.313 hab.
José Bonifácio
103.933 hab.
Parque do Carmo
Cidade Tiradentes
Mariana
Ipiranga
93.998 hab.
Vila Prudente
100.428 hab.
São Lucas
144.636 hab.
Sapopemba
254.922 hab.
São Mateus
Iguatemi
89.835 hab.
São Rafael
101.531 hab.
Cursino
104.088 hab.
Sacomã
216.869 hab.
REGIÃO LESTE 1 – SÃO PAULO



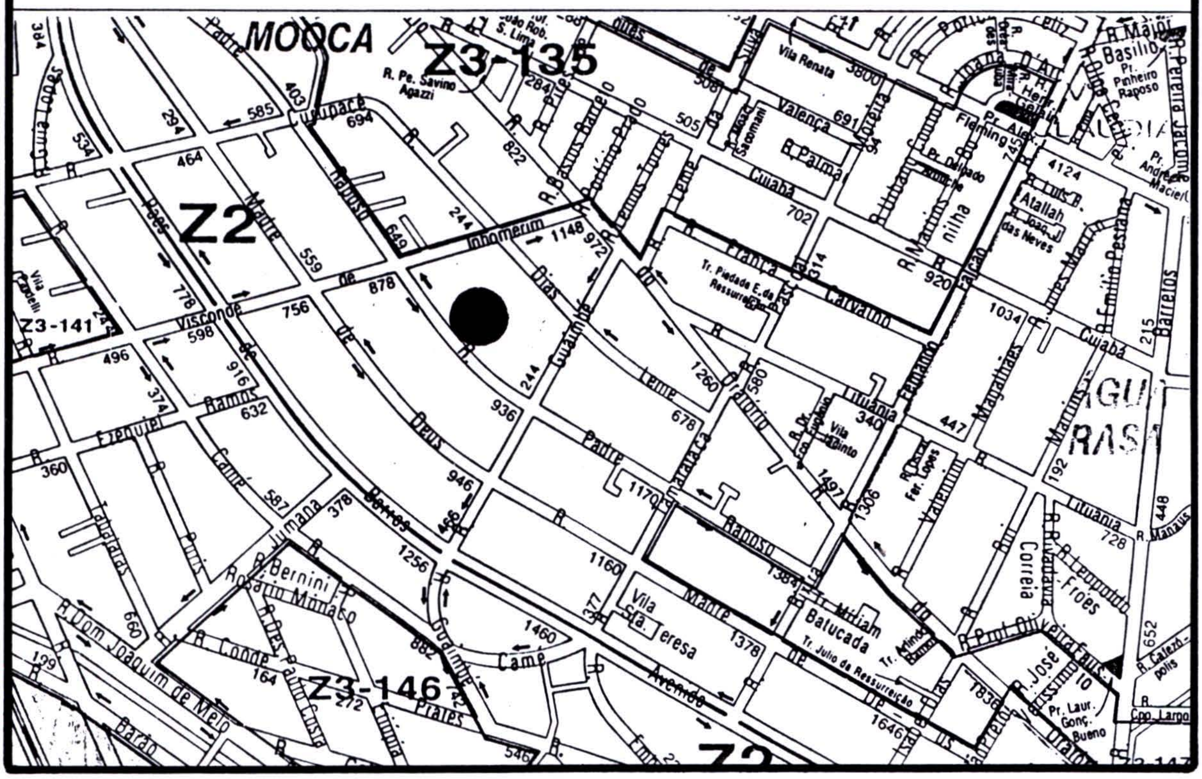
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - REGIÃO LESTE 1
ASSOCIAÇÕES DE MUTIRÃO AUTOGESTIONÁRIO

N.	ASSOCIAÇÃO	DISTRITO
1	Casarão	Belém
2	Madre de Deus	Moóca
3	Vila Bela	V. Prudente
4	Haia do Carrão	Aricanduva
5	26 de Julho	Sapopemba
6	Boa Esperança	São Mateus
7	São Francisco - 8	São Rafael

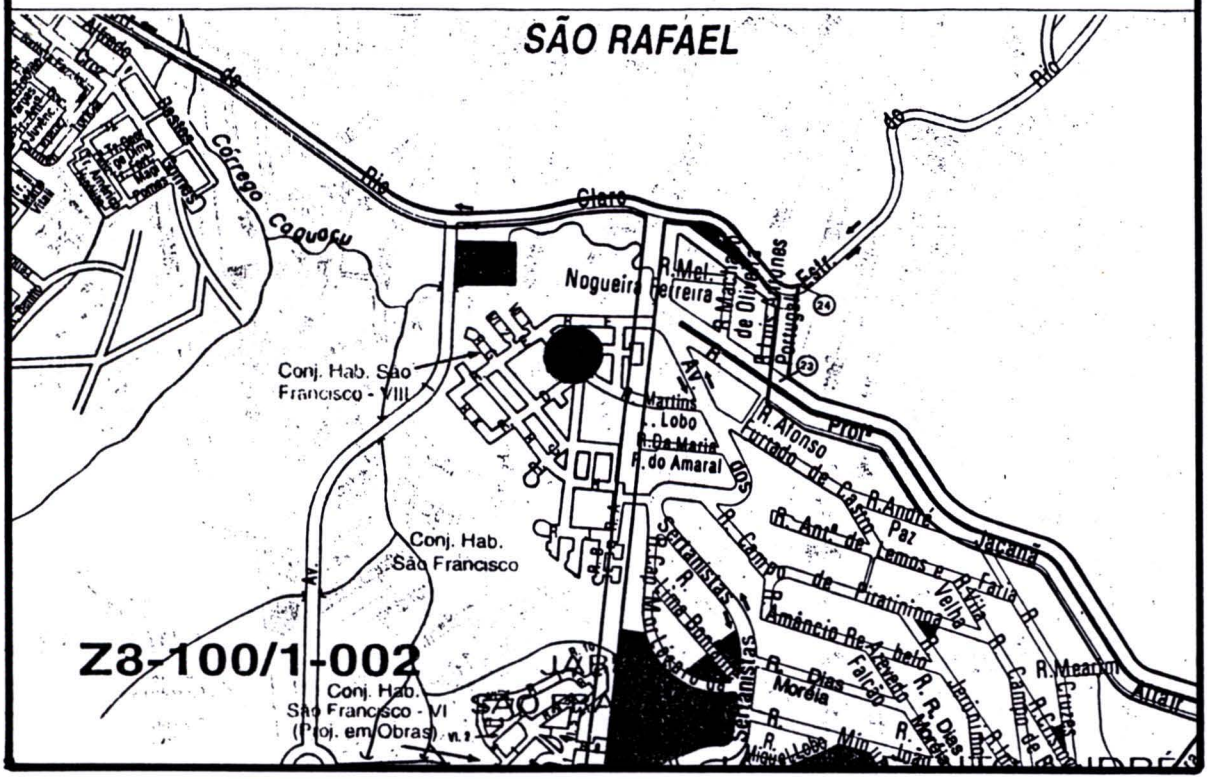
CASARÃO



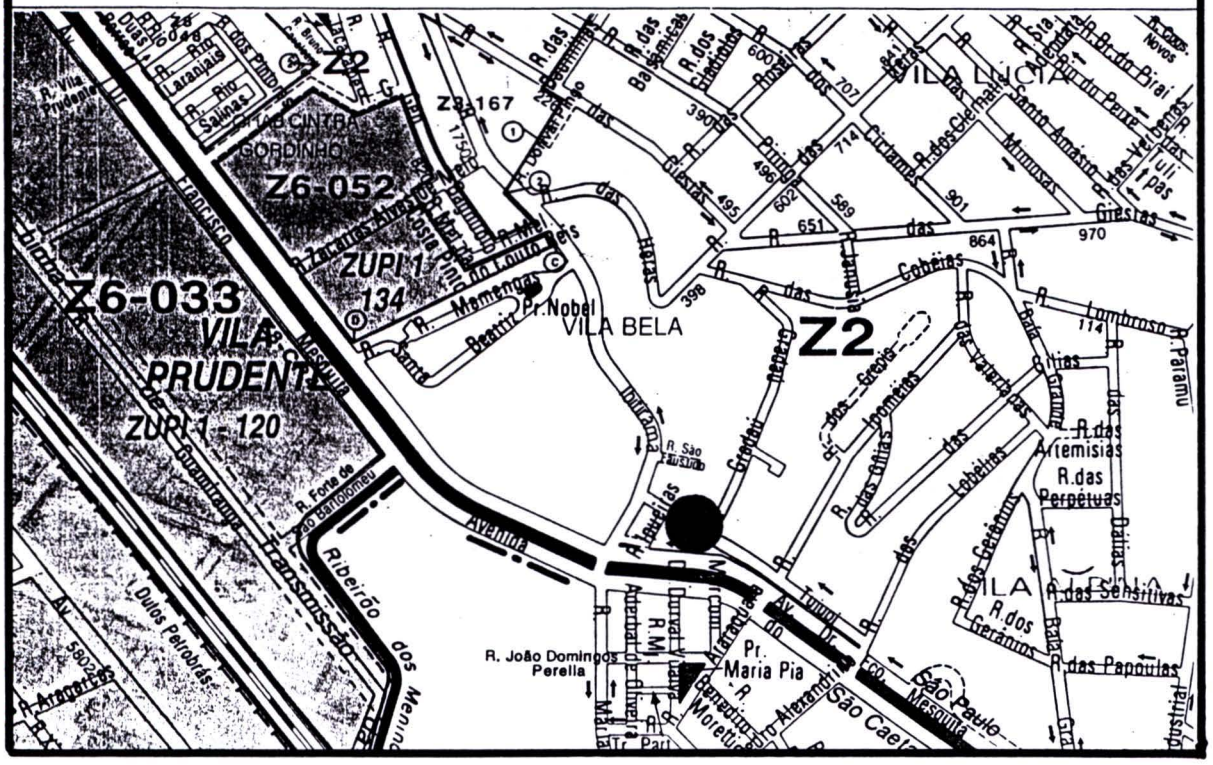
MADRE DE DEUS



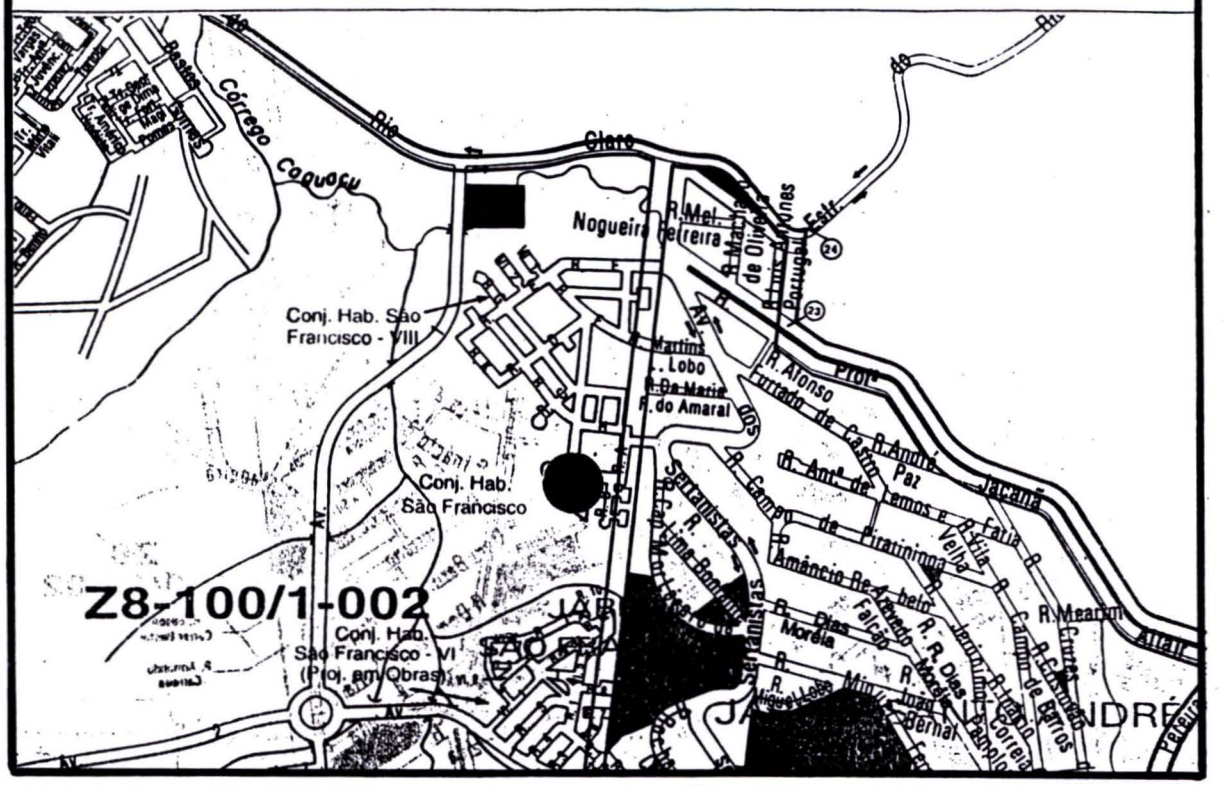
SUDESTE



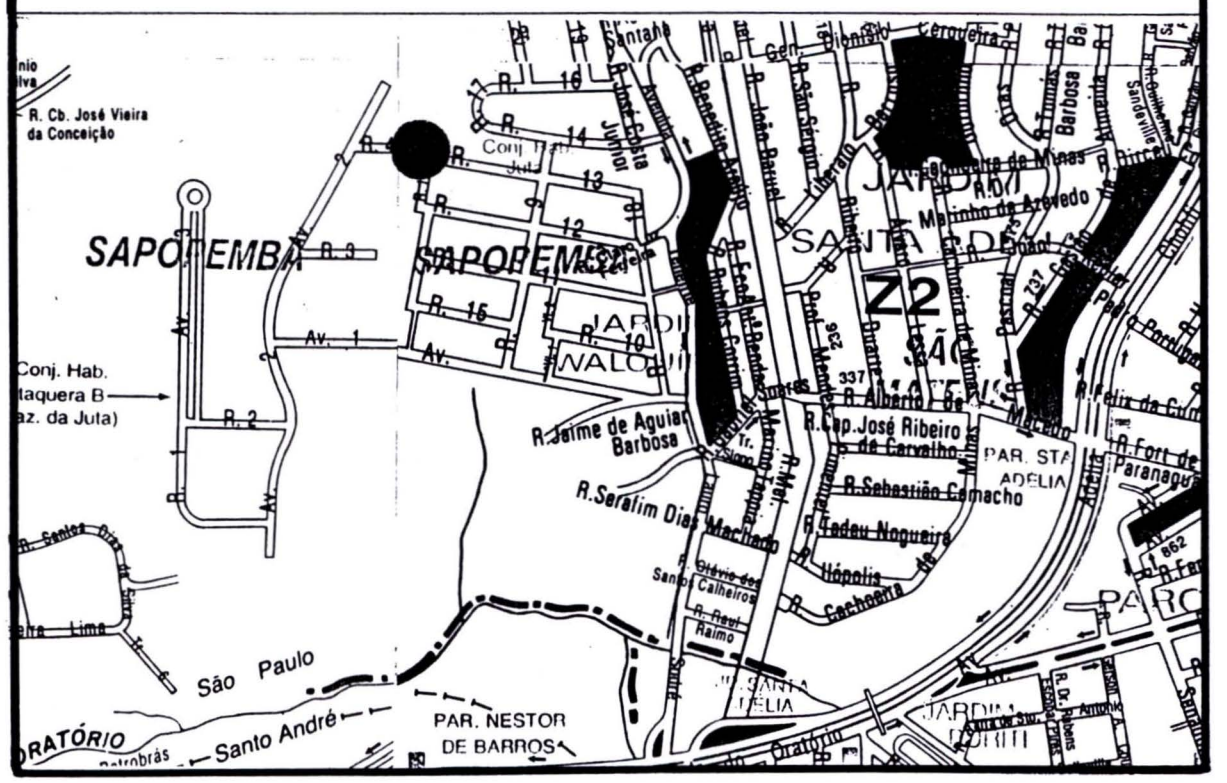
VILA BELA



SETOR 8


Rio Claro
Córrego Caquoçu
Nogueira Pereira
Conj. Hab. São Francisco - VIII
Conj. Hab. São Francisco
Z8-100/1-002
Conj. Hab. São Francisco - VI (Proj. em Obras)
R. do Amaral
R. Alonso
R. Ant. de Lemos e Avila
R. Meariim
Jardim Santo André

JUTA

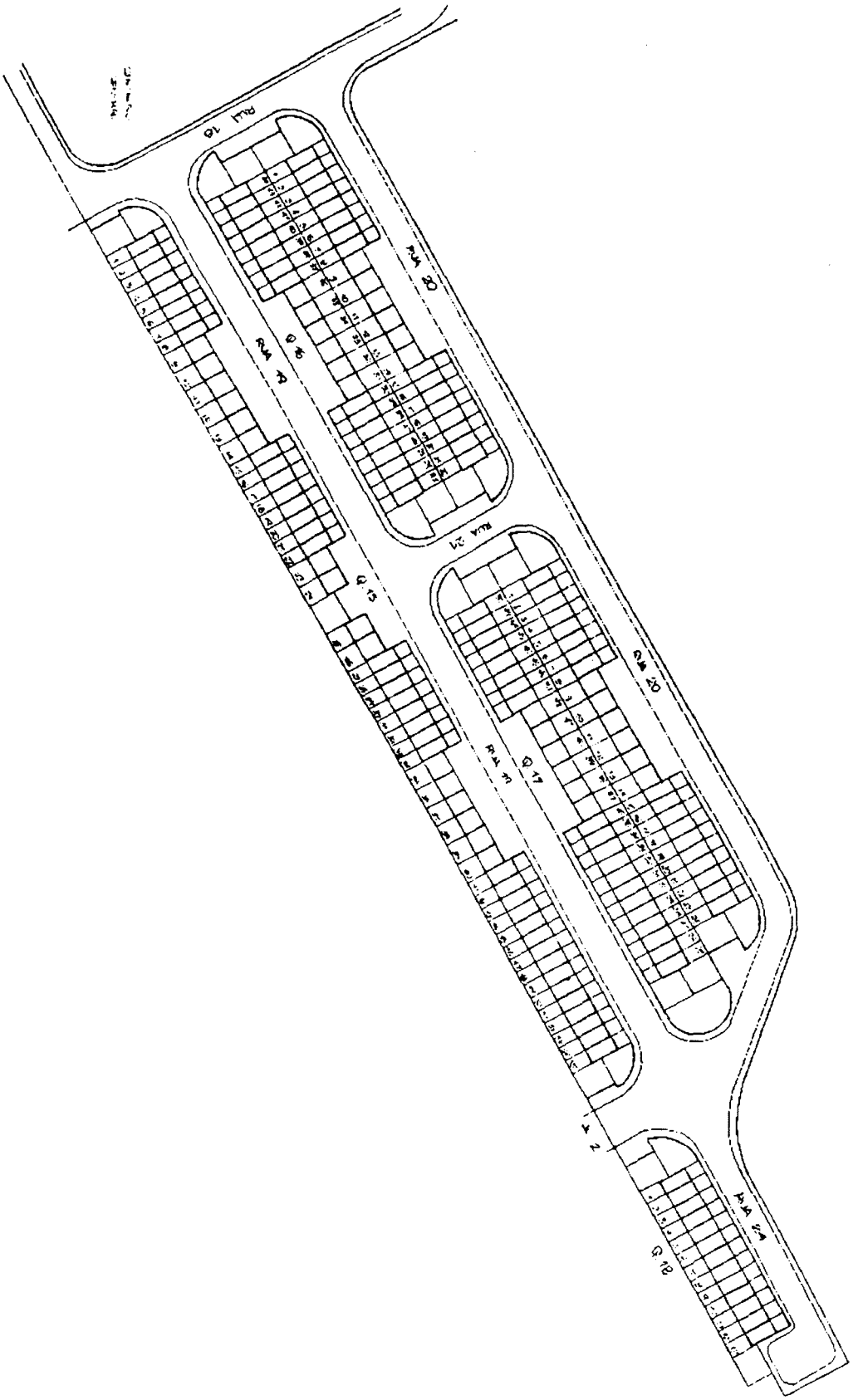

R. Cb. José Vieira da Conceição
SAPOPEMBA
Conj. Hab. Taquera B (Faz. da Juta)
Z2
R. Jaime de Aguiar Barbosa
R. Seralim Dias Machado
R. Cap. José Ribeiro
R. Sebastião Camacho
R. Tadeu Nogueira
Hípolis
Cachoeira de Minas
PAR. STA ADELIA
São Paulo
Santo André
PAR. NESTOR DE BARROS
Oratório

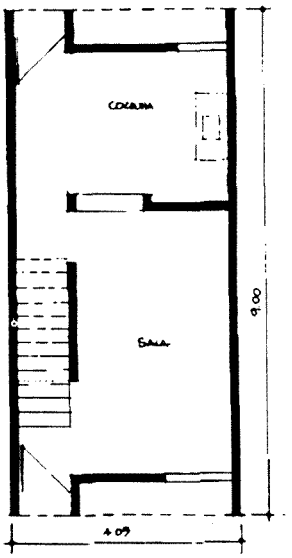
NOME DA ASSOCIAÇÃO	SÃO FRANCISCO XV DE NOVEMBRO
NOME DA GLEBA	**São Francisco**
Nº DO PROCESSO	05-005.357-90*22
ASSESSORIA TÉCNICA	AD
REGIÃO	Leste/SM
LOCALIZAÇÃO	Estrada do Sapopemba, km 26/27 - São Rafael
Nº DE FAMÍLIAS	153
FAIXA SALARIAL POR FAMÍLIA (sal. mín.)	1 a 5
ÁREA MÉDIA DA TIPOLOGIA - m^2	56,71 / 62,40
DATA DE ASSINATURA DO CONVÊNIO	19/09/91
PREVISÃO DE TÉRMINO DAS UHs (em dez/92)	Abril/92
SITUAÇÃO ATUAL DA OBRA - UHs	Concluída
VALOR TOTAL DO FINANCIAMENTO (US$)	1.304.173,99
VALOR TOTAL LIBERADO (US$)	1.175.009,89
DATA DA ÚLTIMA LIBERAÇÃO	1993
PORCENTAGEM LIBERADA DO TOTAL	90,10%
SALDO	129.164,10
SITUAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS (auditoria)	Não prestou contas
ÁREA DA GLEBA - m^2	75.000,00
ÁREA CONSTRUÍDA (TOTAL UHs) - m^2	8.176,32
PROPRIEDADE DA TERRA	Dominial
CUSTO DA TERRA (US$ / m^2)	—
EMPRESA RESP. PELO PROJETO DE URBANISMO	Cooperativa (infra-estrut.+edif.) / Engecorps (trat. esgoto)
Nº DO PROCESSO - PROJETO	05-012.017-89*70 / —
DATA DA ORDEM DE SERVIÇO - PROJETO	22/06/90 / 02/09/92
DETENTORA DO CONTRATO - PROJETO	HABI / PMSP
SITUAÇÃO DO PROJETO	Concluído
Nº DE UHs ABRANGIDAS PELO PROJETO	575
PREVISÃO DE TÉRMINO DO PROJETO	Concluído
CUSTO DO PROJETO	328.518,81
EMPRESA RESP. PELA OBRA DE INFRA-ESTRUTURA	Const. CappelanO
Nº PROCESSO - INFRA-ESTRUTURA	05.003.694-91*11
DATA DA ORDEM DE SERVIÇO - INFRA-ESTRUTURA	01/07/91
SITUAÇÃO DA OBRA DE INFRA-ESTRUTURA	—
PREVISÃO TÉRMINO DA OBRA - INFRA-ESTRUTURA	—
SERVIÇOS EXECUTADOS	—
SERVIÇOS NÃO EXECUTADOS	—
DETENTORA DO CONTRATO INFRA-ESTRUTURA	—
CUSTO DA OBRA - INFRA-ESTRUTURA (US$)	1.046.543,45
CUSTO TOTAL (US$)	—
CUSTO DA UH (US$)	8.524,00
CUSTO DA UH / m^2 CONSTRUÍDO (US$)	142,06
CUSTO DO PROJETO POR UH (US$)	571,34
CUSTO DO PROJETO / m^2 (US$)	4,38
CUSTO DA INFRA-ESTRUTURA POR UH (US$)	1.820,08
CUSTO DA INFRA-ESTRUTURA POR m^2 (US$)	13,95
CUSTO TOTAL POR UH (US$)	—
CUSTO TOTAL / m^2 (US$)	—

NOME DA GLEBA	**São Francisco**
Nº DO PROCESSO	05-015.055.90*-09
ASSESSORIA TÉCNICA	Mira
REGIÃO	TE/SM
LOCALIZAÇÃO	Estrada do Sapopemba, km 26/27 - São Rafael
Nº DE FAMÍLIAS	152
FAIXA SALARIAL POR FAMÍLIA (sal. mín.)	1 a 5
ÁREA MÉDIA DA TIPOLOGIA - m^2	56,71 / 62,40
DATA DE ASSINATURA DO CONVÊNIO	06/12/90
PREVISÃO DE TÉRMINO DAS UHs (em dez/92)	Julho/93
SITUAÇÃO ATUAL DA OBRA - UHs	Concluida com recursos próprios
VALOR TOTAL DO FINANCIAMENTO (US$)	1.443.832,95
VALOR TOTAL LIBERADO (US$)	898.318,07
DATA DA ÚLTIMA LIBERAÇÃO	1993
PORCENTAGEM LIBERADA DO TOTAL	62,22%
SALDO	545.514,88
SITUAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS (auditoria)	Aprovado - TCM em 17/08/95
ÁREA DA GLEBA - m^2	75.000,00
ÁREA CONSTRUÍDA (TOTAL UHs) - m^2	8.315,92
PROPRIEDADE DA TERRA	Dominial
CUSTO DA TERRA (US$ / m^2)	—
EMPRESA RESP. PELO PROJETO DE URBANISMO	Cooperativa (infra-estrut.+edif.) / Engecorps (trat. esgoto)
Nº DO PROCESSO - PROJETO	05-012.017-89*70 / —
DATA DA ORDEM DE SERVIÇO - PROJETO	22/06/90 / 02/09/92
DETENTORA DO CONTRATO - PROJETO	HABI / PMSP
SITUAÇÃO DO PROJETO	Concluído
Nº DE UHs ABRANGIDAS PELO PROJETO	575
PREVISÃO DE TÉRMINO DO PROJETO	Concluído
CUSTO DO PROJETO	328.518,81
EMPRESA RESP. PELA OBRA DE INFRA-ESTRUTURA	Const. Cappelano
Nº PROCESSO - INFRA-ESTRUTURA	05.003.694-91*11
DATA DA ORDEM DE SERVIÇO - INFRA-ESTRUTURA	01/07/91
SITUAÇÃO DA OBRA DE INFRA-ESTRUTURA	—
PREVISÃO TÉRMINO DA OBRA - INFRA-ESTRUTURA	—
SERVIÇOS EXECUTADOS	—
SERVIÇOS NÃO EXECUTADOS	—
DETENTORA DO CONTRATO INFRA-ESTRUTURA	—
CUSTO DA OBRA - INFRA-ESTRUTURA (US$)	1.046.543,45
CUSTO TOTAL (US$)	—
CUSTO DA UH (US$)	9.498,90
CUSTO DA UH / m^2 CONSTRUÍDO (US$)	173,62
CUSTO DO PROJETO POR UH (US$)	571,34
CUSTO DO PROJETO / m^2 (US$)	4,38
CUSTO DA INFRA-ESTRUTURA POR UH (US$)	1.820,08
CUSTO DA INFRA-ESTRUTURA POR m^2 (US$)	13,95
CUSTO TOTAL POR UH (US$)	—
CUSTO TOTAL / m^2 (US$)	—

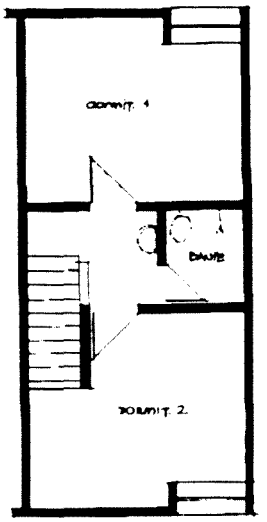
NOME DA ASSOCIAÇÃO	**26 DE JULHO - I**
NOME DA GLEBA	**Juta**
Nº DO PROCESSO	05-005.356-91*60
ASSESSORIA TÉCNICA	Usina
REGIÃO	Leste/SM
LOCALIZAÇÃO	R. José Costa Jr., nº 07 - Jd. Valquiria
Nº DE FAMÍLIAS	162
FAIXA SALARIAL POR FAMÍLIA (sal. mín.)	0 a 5
ÁREA MÉDIA DA TIPOLOGIA - m^2	70,2
DATA DE ASSINATURA DO CONVÊNIO	07/08/91
PREVISÃO DE TÉRMINO DAS UHs (em dez/92)	Agosto/93
SITUAÇÃO ATUAL DA OBRA - UHs	Em andamento
VALOR TOTAL DO FINANCIAMENTO (US$)	1.022.101,74
VALOR TOTAL LIBERADO (US$)	816.352,66
DATA DA ÚLTIMA LIBERAÇÃO	24/Agosto/95
PORCENTAGEM LIBERADA DO TOTAL	79,87%
SALDO	205.749,08
SITUAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS (auditoria)	Aprovado em 01/06/95
ÁREA DA GLEBA - m^2	113.950,49
ÁREA CONSTRUÍDA (TOTAL UHs) - m^2	11.372,40
PROPRIEDADE DA TERRA	CDHU
CUSTO DA TERRA (US$ / m^2)	US$ 80,00 (aproximado)
EMPRESA RESP. PELO PROJETO DE URBANISMO	–
Nº DO PROCESSO - PROJETO	–
DATA DA ORDEM DE SERVIÇO - PROJETO	–
DETENTORA DO CONTRATO - PROJETO	CDHU
SITUAÇÃO DO PROJETO	Concluído
Nº DE UHs ABRANGIDAS PELO PROJETO	561
PREVISÃO DE TÉRMINO DO PROJETO	Concluído
CUSTO DO PROJETO	–
EMPRESA RESP. PELA OBRA DE INFRA-ESTRUTURA	Termas / Vila Nova
Nº PROCESSO - INFRA-ESTRUTURA	–
DATA DA ORDEM DE SERVIÇO - INFRA-ESTRUTURA	–
SITUAÇÃO DA OBRA DE INFRA-ESTRUTURA	Retomando - agosto/95
PREVISÃO TÉRMINO DA OBRA - INFRA-ESTRUTURA	–
SERVIÇOS EXECUTADOS	Rede de água (parcial), terraplenagem
SERVIÇOS NÃO EXECUTADOS	Esgoto, drenagem, pavimentação e rede de água
DETENTORA DO CONTRATO INFRA-ESTRUTURA	CDHU
CUSTO DA OBRA - INFRA-ESTRUTURA (US$)	–
CUSTO TOTAL (US$)	–
CUSTO DA UH (US$)	6.309,27
CUSTO DA UH / m^2 CONSTRUÍDO (US$)	89,88
CUSTO DO PROJETO POR UH (US$)	–
CUSTO DO PROJETO / m^2 (US$)	–
CUSTO DA INFRA-ESTRUTURA POR UH (US$)	–
CUSTO DA INFRA-ESTRUTURA POR m^2 (US$)	–
CUSTO TOTAL POR UH (US$)	–
CUSTO TOTAL / m^2 (US$)	–

Obs. - a associação de moradores vem organizando eventos comunitários a fim de levantar recursos e manter a unidade (festas, bingos, etc). Lembramos que estas obras não recebiam recursos desde 93 e que somente em agosto/95 houve a liberação de uma parcela para a retomada dos trabalhos.

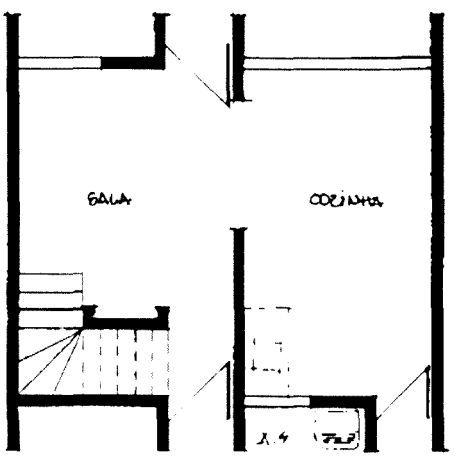

RUA 10
RUA 8
Q 8
RUA 9
RUA 21
Q 13
RUA 20
Q 17
RUA 11
RUA 2
Q 12
RUA 24



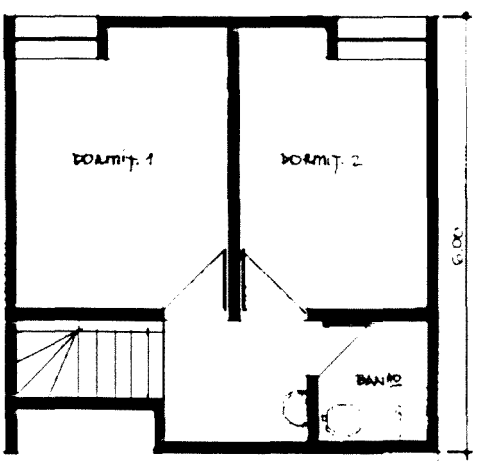
26 DE JULHO I·II·III
planta térreo



planta superior s/ esc



26 DE JULHO I·II·III planta térreo

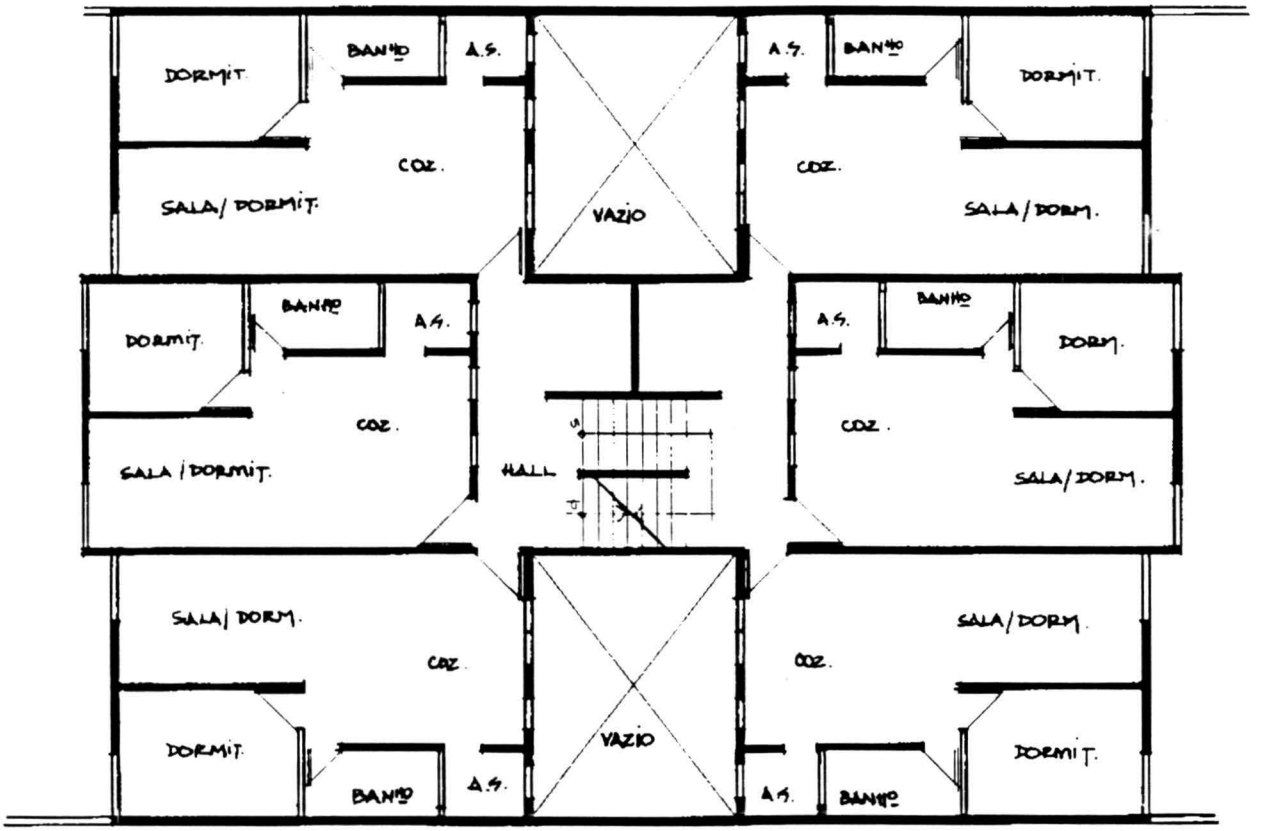


s/ esc superior

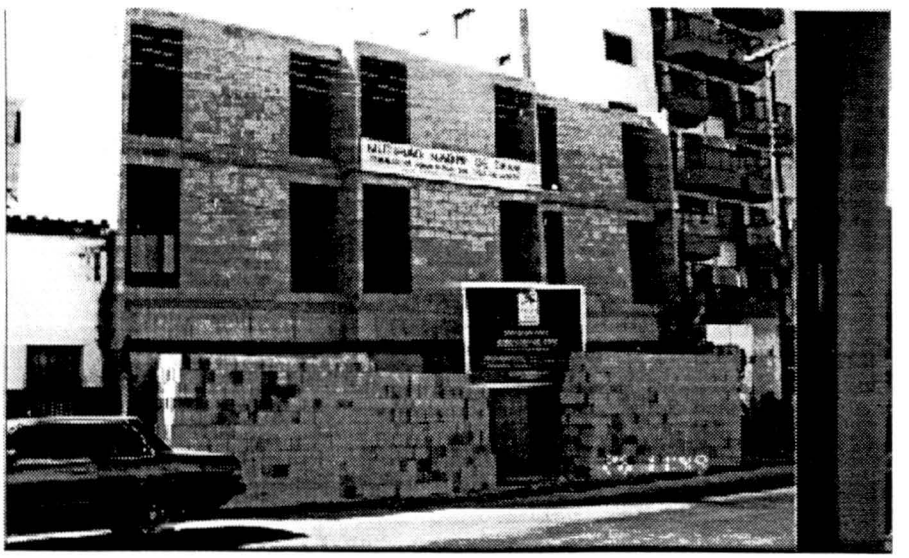
NOME DA ASSOCIAÇÃO **MADRE DE DEUS**

NOME DA GLEBA	**Madre de Deus**
Nº DO PROCESSO	05-006.270-92*62
ASSESSORIA TÉCNICA	AD
REGIÃO	Leste/MO
LOCALIZAÇÃO	R. Madre de Deus, nº 769
Nº DE FAMÍLIAS	45
FAIXA SALARIAL POR FAMÍLIA (sal. mín.)	2,5
ÁREA MÉDIA DA TIPOLOGIA - m^2	59,81
DATA DE ASSINATURA DO CONVÊNIO	17/06/92
PREVISÃO DE TÉRMINO DAS UHs (em dez/92)	Dezembro/93
SITUAÇÃO ATUAL DA OBRA - UHs	Concluída
VALOR TOTAL DO FINANCIAMENTO (US$)	409.162,61
VALOR TOTAL LIBERADO (US$)	407.648,71
DATA DA ÚLTIMA LIBERAÇÃO	18/08/95
PORCENTAGEM LIBERADA DO TOTAL	99,83%
SALDO	1.513,90
SITUAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS (auditoria)	Aprovado TCM- 04/08/94
ÁREA DA GLEBA - m^2	750,36
ÁREA CONSTRUÍDA (TOTAL UHs) - m^2	2.691,64
PROPRIEDADE DA TERRA	DIS-PMSP nº 28.899/90 - IP-03/02/92 / DIS-PMSP nº 28.361/89 - adquirida (escritura pública 27/07/90)
CUSTO DA TERRA (US$ / m^2)	145.938,67
EMPRESA RESP. PELO PROJETO DE URBANISMO	EGC / Elizabeth Goldfarb Costa (edific.+ urban.)
Nº DO PROCESSO - PROJETO	05.002.166-91*18
DATA DA ORDEM DE SERVIÇO - PROJETO	27/05/91
DETENTORA DO CONTRATO - PROJETO	HABI / PMSP
SITUAÇÃO DO PROJETO	Concluído
Nº DE UHs ABRANGIDAS PELO PROJETO	45
PREVISÃO DE TÉRMINO DO PROJETO	Concluído
CUSTO DO PROJETO	55.980,46
EMPRESA RESP. PELA OBRA DE INFRA-ESTRUTURA	Transgeo
Nº PROCESSO - INFRA-ESTRUTURA	—
DATA DA ORDEM DE SERVIÇO - INFRA-ESTRUTURA	—
SITUAÇÃO DA OBRA DE INFRA-ESTRUTURA	Concluída
PREVISÃO TÉRMINO DA OBRA - INFRA-ESTRUTURA	Concluída
SERVIÇOS EXECUTADOS	Terraplenagem
SERVIÇOS NÃO EXECUTADOS	—
DETENTORA DO CONTRATO INFRA-ESTRUTURA	—
CUSTO DA OBRA - INFRA-ESTRUTURA (US$)	—
CUSTO TOTAL (US$)	611.081,74
CUSTO DA UH (US$)	9.092,50
CUSTO DA UH / m^2 CONSTRUÍDO (US$)	152,02
CUSTO DO PROJETO POR UH (US$)	1.244,01
CUSTO DO PROJETO / m^2 (US$)	74,60
CUSTO DA INFRA-ESTRUTURA POR UH (US$)	—
CUSTO DA INFRA-ESTRUTURA POR m^2 (US$)	—
CUSTO TOTAL POR UH (US$)	13.579,59
CUSTO TOTAL / m^2 (US$)	814,38

Obs. - alem de todo o trabalho nas obras de mutirão há uma grande organização comunitária, com a promoção de eventos, creche nos finais de semana, grupos de teatro (junto com casarão, Juta, setor-8 e Boa Esperança). muitos mutirantes participamde cursos profissionalizantes do SENAI, como: alvenaria, hidráulica, carpintaria e mestre de obras, o que tem [illegible]

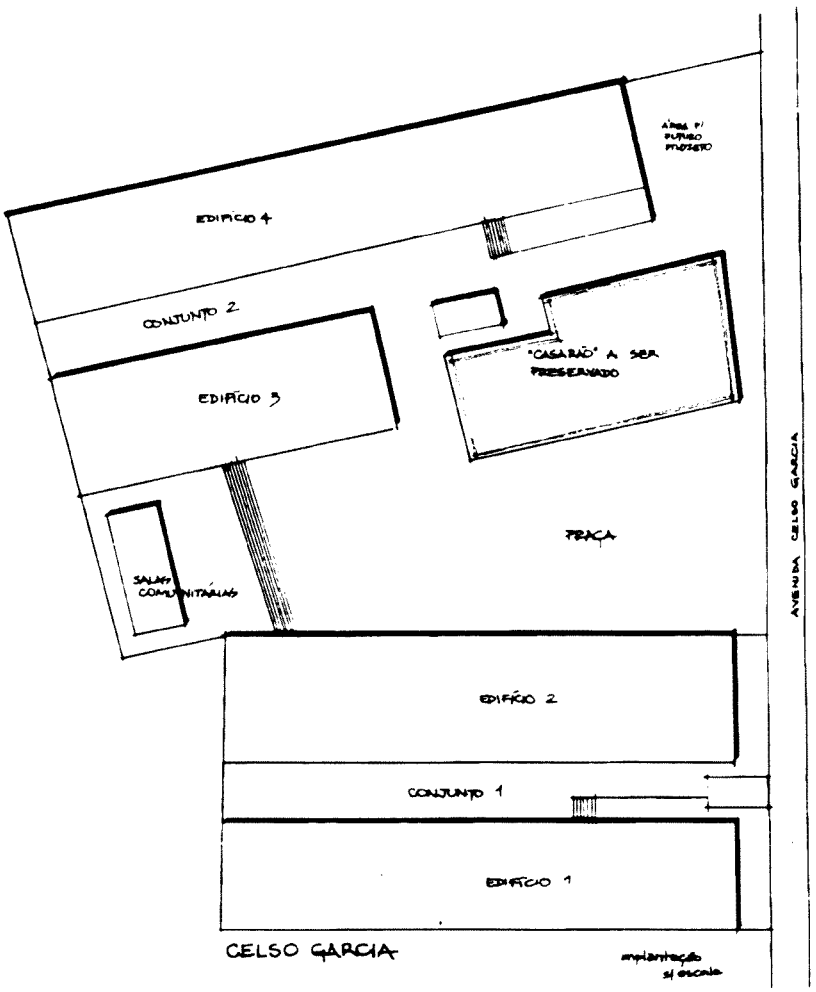


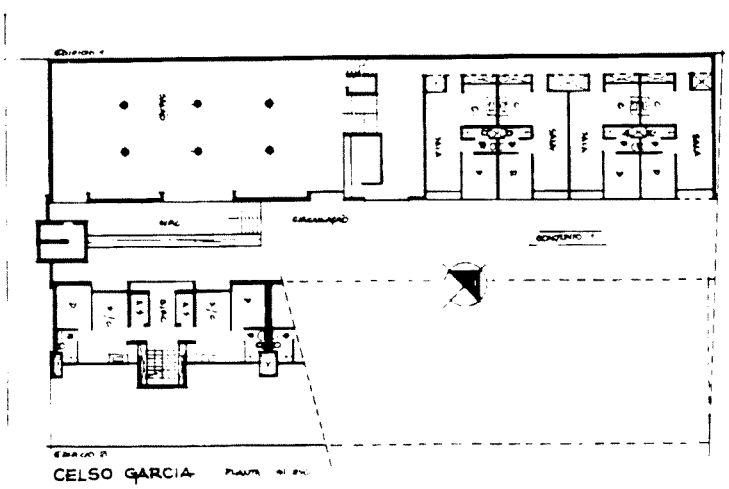
MADRE DE DEUS
PLANTA S/ESC.

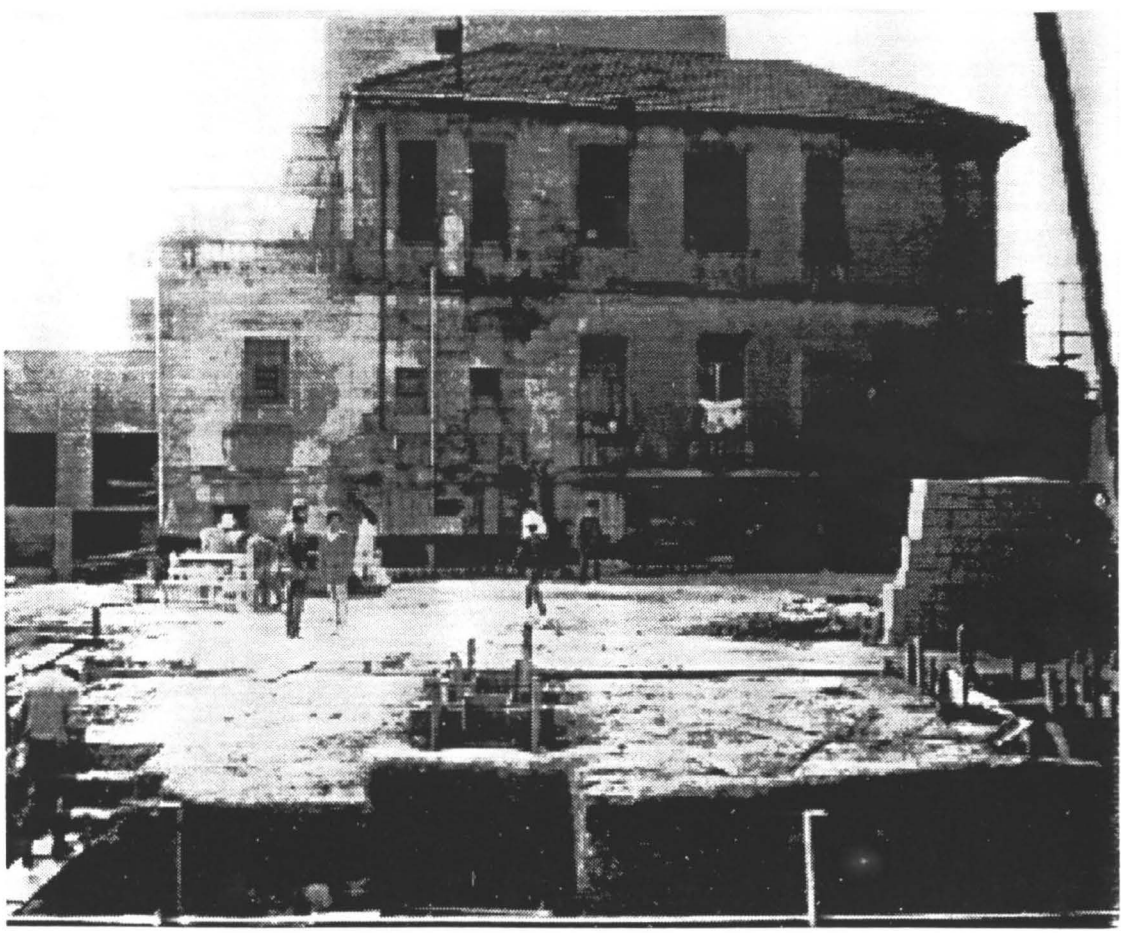


NOME DA ASSOCIAÇÃO	**CASARÃO**
NOME DA GLEBA	**Celso Garcia**
Nº DO PROCESSO	05-012.689-91*72
ASSESSORIA TÉCNICA	AD
REGIÃO	Leste/MO
LOCALIZAÇÃO	Av. Celso Garcia, nº 849
Nº DE FAMÍLIAS	182
FAIXA SALARIAL POR FAMÍLIA (sal. mín.)	2
ÁREA MÉDIA DA TIPOLOGIA - m^2	30,45 / 24,73
DATA DE ASSINATURA DO CONVÊNIO	14/11/90
PREVISÃO DE TÉRMINO DAS UHs (em dez/92)	Fevereiro/94
SITUAÇÃO ATUAL DA OBRA - UHs	Em andamento com recursos próprios
VALOR TOTAL DO FINANCIAMENTO (US$)	1.289.718,51
VALOR TOTAL LIBERADO (US$)	727.143,30
DATA DA ÚLTIMA LIBERAÇÃO	Out/93
PORCENTAGEM LIBERADA DO TOTAL	56,38%
SALDO	562.575,21
SITUAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS (auditoria)	Prestou contas em 19/julho/94
ÁREA DA GLEBA - m^2	4.031,18
ÁREA CONSTRUÍDA (TOTAL UHs) - m^2	5.541,90
PROPRIEDADE DA TERRA	DIS-PMSP nº 29.066/90 - IP-09/05/91-02/09/91-27/09/91-06/11/91 - 30/01/92 adquirida (escritura pública 27/07/90 - 24/04/91)
CUSTO DA TERRA (US$ / m^2)	841.476,22
EMPRESA RESP. PELO PROJETO DE URBANISMO	Engeconsult (instalações) / Alleoni (estrutura)
Nº DO PROCESSO - PROJETO	—
DATA DA ORDEM DE SERVIÇO - PROJETO	05/08/91 / 21/05/91
DETENTORA DO CONTRATO - PROJETO	HABI / PMSP
SITUAÇÃO DO PROJETO	—
Nº DE UHs ABRANGIDAS PELO PROJETO	182
PREVISÃO DE TÉRMINO DO PROJETO	—
CUSTO DO PROJETO	—
EMPRESA RESP. PELA OBRA DE INFRA-ESTRUTURA	Urb. Ltda. - Fundação (lâmina I)
Nº PROCESSO - INFRA-ESTRUTURA	05.006.789-91*32
DATA DA ORDEM DE SERVIÇO - INFRA-ESTRUTURA	09/09/91
SITUAÇÃO DA OBRA DE INFRA-ESTRUTURA	A ser executada pelo mutirão
PREVISÃO TÉRMINO DA OBRA - INFRA-ESTRUTURA	—
SERVIÇOS EXECUTADOS	—
SERVIÇOS NÃO EXECUTADOS	—
DETENTORA DO CONTRATO INFRA-ESTRUTURA	HABI / PMSP
CUSTO DA OBRA - INFRA-ESTRUTURA (US$)	—
CUSTO TOTAL (US$)	—
CUSTO DA UH (US$)	7.086,37
CUSTO DA UH / m^2 CONSTRUÍDO (US$)	232,72
CUSTO DO PROJETO POR UH (US$)	—
CUSTO DO PROJETO / m^2 (US$)	—
CUSTO DA INFRA-ESTRUTURA POR UH (US$)	—
CUSTO DA INFRA-ESTRUTURA POR m^2 (US$)	—
CUSTO TOTAL POR UH (US$)	11.709,86
CUSTO TOTAL / m^2 (US$)	528,70

Obs. - o mutirão retomou as obras a partir de março/95 com recursos próprios, provenientes de doações dos mutirantes e da realização de uma campanha para arrecadação de R$ 100.000,00.


EDIFÍCIO 4
CONJUNTO 2
EDIFÍCIO 3
"CASARÃO" A SER PRESERVADO
PRAÇA
SALAS COMUNITÁRIAS
AVENIDA CELSO GARCIA
EDIFÍCIO 2
CONJUNTO 1
EDIFÍCIO 1
CELSO GARCIA


CELSO GARCIA

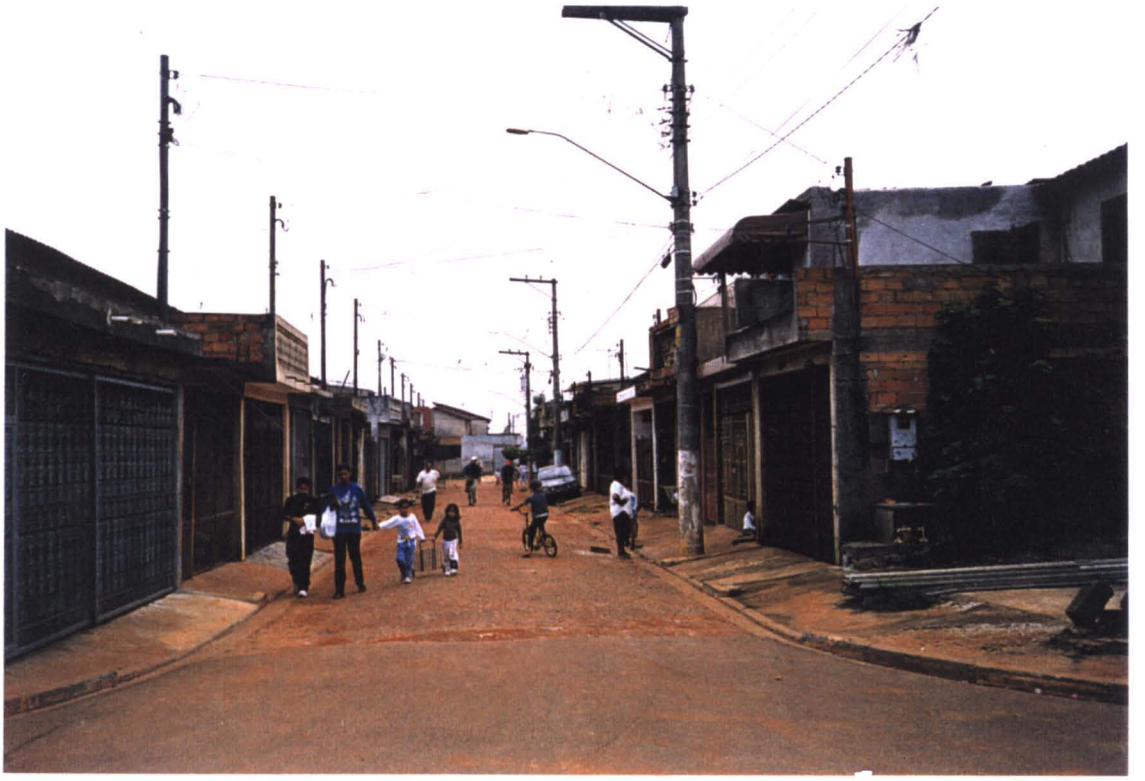


2° SEMINÁRIO DO FÓRUM DOS MUTIRÕES DA CIDADE DE SÃO PAULO – 14/09/97

ALOJAMENTO PROVISÓRIO
DESDE 1997

PRAÇA PRESERVADA C/
ARBORIZAÇÃO

PROJETO SINGAPURA
X
MUTIRÃO



EDIFICAÇÃO DESORDENADA
DOS LOTES

SUDESTE

OCUPAÇÃO DOS RECUOS

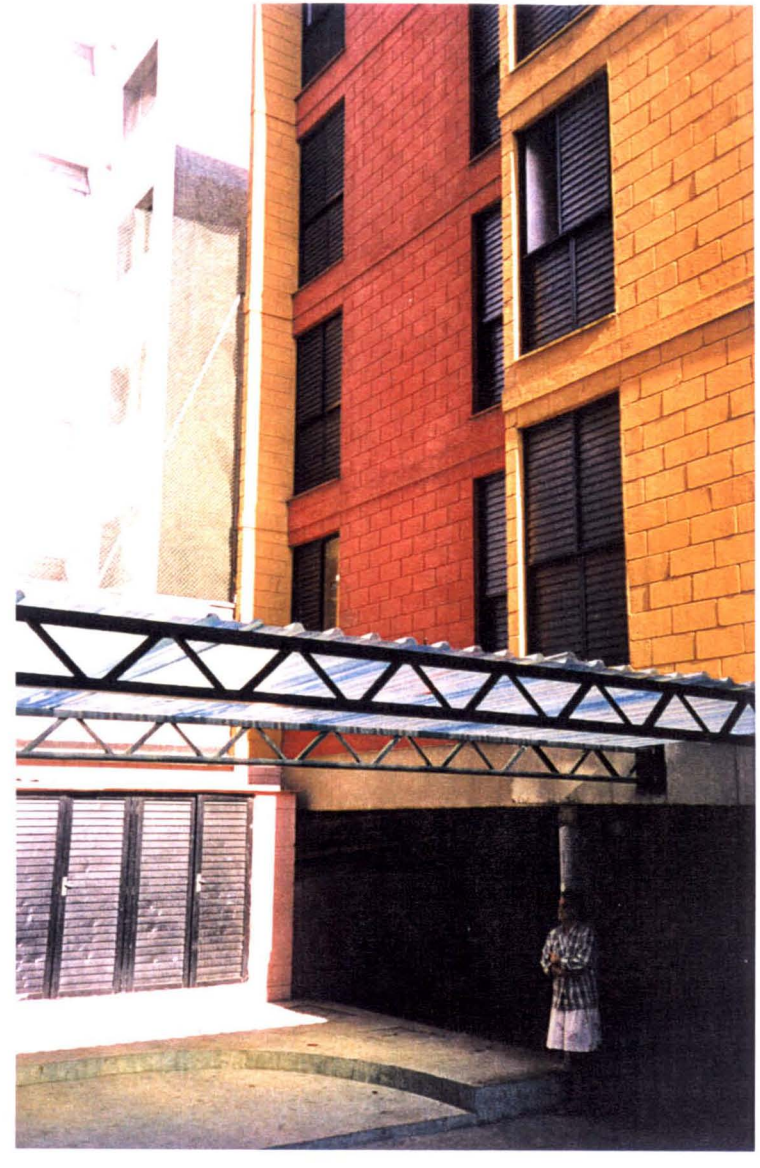
OCUPAÇÃO PARCIAL DE PRAÇA

SETOR 8

FECHAMENTO DE PRAÇA

JUTA

OCUPAÇÃO DOS RECUOS



MADRE DE DEUS

VILA BELA

PREFEITURA EM AÇÃO
Associação de Construção por Mutirão do Casarão
CONSTRUÇÃO DE Nº 162 - U.H. POR MUTIRÃO
Custo da Obra: R$ 1.954.464,27
Prefeitura do Município de São Paulo

CASARÃO

"MODIFICAÇÕES DAS UNIDADES HABITACIONAIS E REGULARIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS CONSTRUÍDOS EM MUTIRÃO"

CONVIDADOS:
- Evangelina Pinho (Assessoria Jurídica)
- José C. G. Alves (Assessoria Jurídica)
- Carlos Mauzyner (Saúde Pública)
- João Augusto da Fonseca (Assessoria Técnica)
- Awny Mustafá (Assessoria Técnica)
- Heloisa Kromberg (Assessoria Jurídica)

PROGRAMAÇÃO:

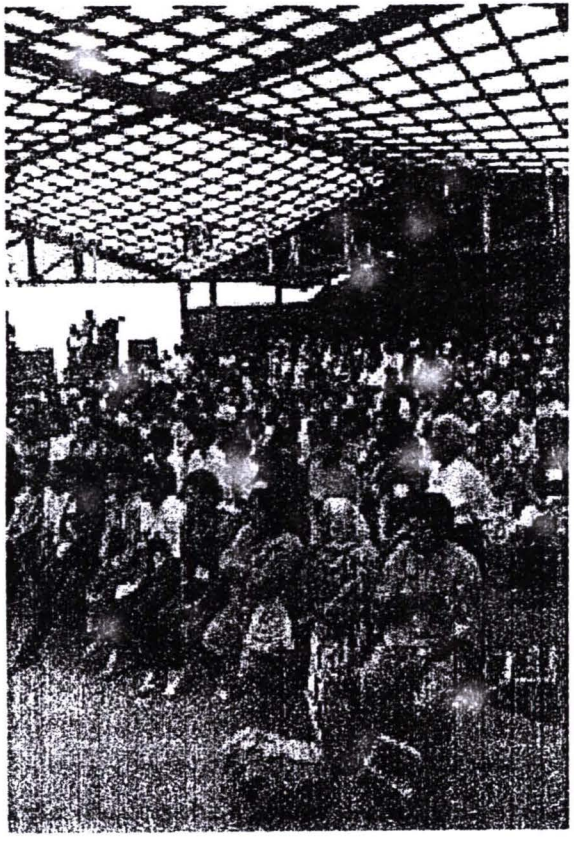
8:00 Abertura
10:00 Assessoria Técnica
11:00 Saúde Pública
12:00 Assessoria Jurídica

13:00 Almoço

14:00 Avaliação em grupos
15:30 Encaminhamentos
17:00 Encerramento

Contribuição: R$ 5,00 por pessoa (incluso o almoço)
Participação: 03 pessoas por associação

Confirmar presença:
695 63935 - Luis ou Francisca
6919 7557 - Maria de Lurdes ou Valdeci
529 3660 - Aparrion ou Washington
6919 0679 - Luci



2º SEMINÁRIO DO FÓRUM DOS MUTIRÕES DA CIDADE DE SÃO PAULO

"MODIFICAÇÃO NAS UNIDADES HABITACIONAIS E REGULARIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS CONSTRUÍDOS POR MUTIRÃO"

DIA 14 DE SETEMBRO DE 1997

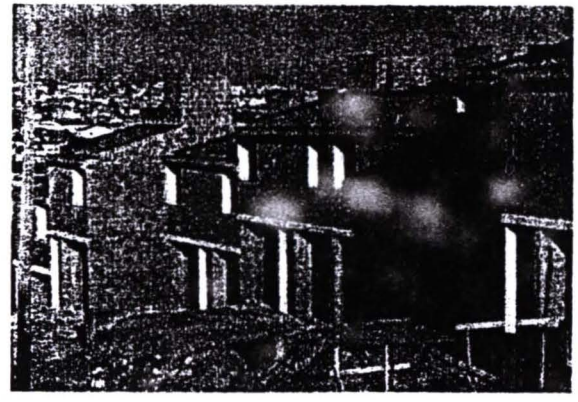
LOCAL: R. Pirapitingui, 75
Estação São Joaquim (metrô)
Sindicato dos Condutores

FóRUM DOS MUTIRÕES DA CIDADE DE SÃO PAULO

O Fórum nasceu da necessidade de organização das famílias que lutam por uma moradia digna.
Em 1993, com a posse do Prefeito conservador Paulo Maluf todas as obras de mutirão foram paralizadas.
No afã de desmoralizar e desacreditar o Programa, o Prefeito e seus coloboradores usaram todos os recursos e meios que o poder e a influência lhes propiciavam: denúncias (até hoje sem provas) de que os mutirões não prestavam contas e desviavam verbas.
Apesar de tudo isso, os mutirantes resistem. Dia 13 de dezembro de 1992, prevendo as dificuldades que o novo governo traria para a continuidade dos mutirões autogestionários, 120 representantes de Associações, apoios e Assessorias Técnicas, criaram o Fórum dos Mutirões da cidade de São Paulo.
Hoje dos 84 Mutirões que estão em andamento:
- 77 pestações de contas foram julgadas e aprovadas pelo T.C.M., nenhuma reprovada.
- 07 ainda estão em análise.
- Dos 77, 45 receberam verbas para continuar, 08 foram concluídos e 32 ainda esperam retomar as obras.
Apesar de inúmeras lutas e negociações, não conseguimos novos projetos de mutirão com autogestão, mas também eles não conseguiram nos destruir.

MODIFICAÇÃO NAS UNIDADES HABITACIONAIS E REGULARIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS CONSTRUÍDOS POR MUTIRÃO

Neste seminário debateremos alguns aspectos resultantes da descontinuidade da política de mutirão em autogestão, tais como, degradação das construções, transferência de famílias sem que as unidades estivessem terminadas e em vários casos, a construção por conta própria sem assistência técnica e com recursos minguados vindos da cotização entre os associados.



Modificação nas casas

Muitas pessoas construíram sem se preocupar com o projeto do loteamento,ocupando espaços reservados para praças e calçadas. Outras, construíram em desacordo com o projeto da casa, ampliando-a; modificando seus cômodos, retirando paredes, causando assim, sérios problemas.
Quais são as modificações que podem ser feitas?
Quais não podem?
Quais as principais consequências que as modificações podem trazer?

Modificações da casa e a saúde do morador

Uma das principais consequências das modificações, sem acompanhamento técnico, acaba revertendo contra a própria família moradora da casa. A construção de novos cômodos impedem a circulação de ar, a entrada do sol, causando graves problemas de saúde, principalmente para as crianças e idosos, que acabam sofrendo de bronquite, asma e outra doenças respiratórias, como a pneumonia.
A transferência das famílias, sem que que as casa estejam ligadas às redes de infraestrutura de água e esgoto, podem levar à outros graves problemas como doenças contagiosas.
Como podemos evitar esses problemas? Dá para construir sem colocar em risco a vida dos moradores?

Regularização da casa e do empreendimento

Outra consequência das modificações que estão sendo feitas nas casas diz respeito ao aspecto jurídico, ou seja, se o empreendimento não for regularizado, os moradores terão dificuldades em conseguir a escritura de sua casa. Isto por que, as famílias ainda não são proprietárias, apesar de muitas já estarem morando nas casas.
Em que medida isto é importante? Por que necessitamos de uma casa regularizada?
Qual o papel da COHAB, da assciação, da assessoria técnica e de cada família no processo de regularização?

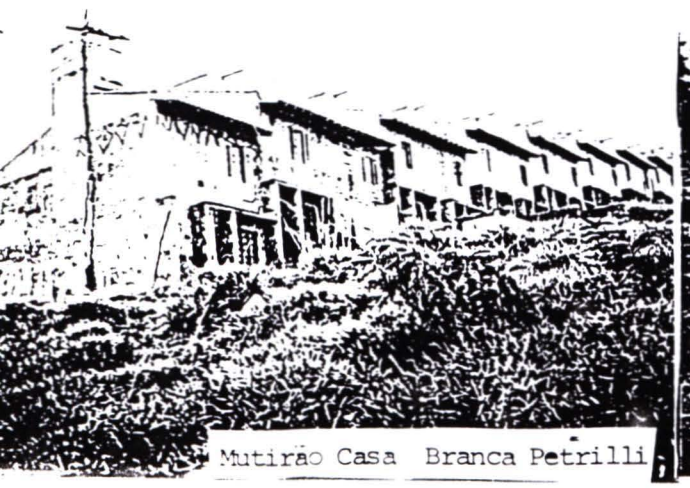
ESTAS E OUTRAS QUESTÕES DE SEU INTERESSE SERÃO DEBATIDAS NESTE SEMINÁRIO. COMPAREÇA!

NOTÍCIAS DO DIA A DIA DOS MUTIRÕES

Companheiros, estamos chegando ao fim do ano de 1997. É hora de avaliar nosso trabalho de grupo organizado em defesa dos mutirões de S. Paulo Ano a Ano, mesmo lentamente vamos aumentando nossas conquistas. Arrancamos da Prefeitura de São Paulo, **6.434.551,65,** até 12/12, estando em negociação com a Secretaria de Finanças mais **885.808,77.** Foram entregues em 6 Conjuntos Habitacionais nas regiões Leste I e II **1285** Unidades. Foram retomados **14** Conjuntos com **1633** unidades. Regiões, Leste II, Sudeste, Sul, Oeste e Norte.

Muito ainda há por fazer. Mas tudo depende da união e organização para o ano que vem: Faltam retomar **20** conjuntos, **1856** unidades nas regiões, Norte, Sul, Sudeste, Oeste, Leste I e II, estamos trabalhando, para incluir, no fundo Municipal de habitação 20 milhões no orçamento 98. Agendamos reunião com o Secretário de Finanças, com o Secretário de Sempla para colocar nossas propostas ao plano Diretos. Temos reuniões periodicas com as assistentes sociais da Cohab, para cadastrar as demandas das associações. Enfim há muito trabalho encaminhado, e muitos outros para ser iniciado é só arregaçar as mangas e ir em frente, Retomamos a reunião do Forum dos Mutirões dia 27 de janeiro de 1998, 10 horas anexo 6.

BOAS FESTAS PARA TODOS.


Mutirão Casa Branca Petrilli

Mutirão Lirios do Itaim

COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO

DIRETORIA PRIMARC

POSIÇÃO GERAL DE LIBERAÇÃO DE VERBAS DE MUTIRÕES ANO DE 1997

ASSOCIAÇÃO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total acumulado
Jardim Iede													
Parcela	115.428,05												115.428,05
Reajuste		42.286,26											42.286,26
Juntos Venceremos													
Parcela	60.120,90						249.471,41						309.592,31
Reajuste	22.815,24						93.481,99						116.297,23
Pq. das Andorinhas													
Parcela	103.969,34										61.939,96		165.909,30
Reajuste		38.088,44									27.678,12		65.766,56
Boa Esperança Teotônio													
Parcela	389.834,81												389.834,81
Reajuste			138.054,24										138.054,24
Vila Mara I													
Parcela	172.147,84								193.544,17				365.692,01
Reajuste			65.602,62						90.212,68				155.815,30
Vila Mara II													
Parcela	172.147,84								193.544,17				365.692,01
Reajuste			65.602,62						90.212,68				155.815,30
Recanto das Estrelas													
Parcela		94.714,83				123.221,87							217.936,70
Reajuste		33.628,12				45.141,47							78.769,59
26 de Julho I													
Parcela				131.429,87									131.429,87
Reajuste				48.148,03									48.148,03
26 de Julho II													
Parcela		125.857,02							206.960,23				332.817,25
Reajuste		46.106,84							92.481,01				138.587,85
26 de Julho III													
Parcela					238.778,79								238.778,79
Reajuste						87.474,94							87.474,94
Casarão													
Parcela			84.063,55			12.059,99							96.123,54
Reajuste				31.147,06		4.468,44							35.615,50
Por do Sol													
Parcela							185.414,68						185.414,68
Reajuste							67.925,37						67.925,37
Rio das Pedras I													
Parcela		61.761,90			160.477,23								222.239,13
Reajuste		23.536,41			61.155,14								84.691,55
Rio das Pedras II													
Parcela		61.761,90			160.022,67								221.784,57
Reajuste		23.536,41			60.981,92								84.518,33
Conseba II													
Parcela					282.656,17								282.656,17
Reajuste					103.548,11								103.548,11
Terra de Deus Terra de Todos													
Parcela						257.916,71							257.916,71
Reajuste						92.543,81							92.543,81
Baltazar Cisneiros													
Parcela													0,00
Reajuste			40.158,98										40.158,98
União Popular V. Sônia													
Parcela			216.695,49										216.695,49
Reajuste			79.384,88										79.384,88
União do Povo													
Parcela		60.320,90				248.049,53							308.370,43
Reajuste		22.888,51					92.934,02						115.822,53
Vila Nova Cachoeirinha													
Parcela			26.868,13										26.868,13
Reajuste			9.709,42										9.709,42
Chico Mendes													
Parcela				60.320,90							251.446,35		311.767,25
Reajuste				22.888,51							115.138,94		138.027,45
Jd. Celeste II													
Parcela				108.453,37									108.453,37
Reajuste				39.731,13									39.731,13
João de Barro													
Parcela					60.120,90						249.471,41		309.592,31
Reajuste					22.815,24						114.207,30		137.022,54
Clube de Mães V. Sônia													
Parcela					159.278,94								159.278,94
Reajuste					58.347,79								58.347,79
Unidos Venceremos II													
Parcela							6.782,95						6.782,95
Reajuste							2.480,76						2.480,76
União de Todos V.Velha III													
Parcela							6.055,46						6.055,46
Reajuste							2.221,24						2.221,24
Área Treze													
Parcela							113.093,86						113.093,86
Reajuste							41.650,95						41.650,95
Casa Branca Perilli													
Parcela							281.812,09						281.812,09
Reajuste							101.602,84						101.602,84
Organização Taimes													
Parcela							55.496,22						55.496,22
Reajuste							21.129,57						21.129,57
Vista Linda													
Parcela										194.600,81			194.600,81
Reajuste										86.958,15			86.958,15
Jd. Autódromo													
Parcela											39.896,22		39.896,22
Reajuste											17.110,05		17.110,05
Lírios do Itaim													
Parcela											124.557,19		124.557,19
Reajuste											58.712,02		58.712,02
Monte Azul													
Parcela												64.127,31	64.127,31
Reajuste												30.227,43	30.227,43
													0,00
													0,00
													0,00
													0,00
													0,00
													0,00
													0,00
													0,00
TOTAL GERAL	0,00	0,00	[illegible]	251.381,91	566.554,87	0,00	832.805,84	0,00	0,00	281.558,96	870.535,48	94.354,74	2.547.885,45
TOTAL GERAL ACUMULADO	1.038.464,03	834.487,54	724.139,83	442.117,92	1.348.175,80	870.876,84	1.372.133,21	0,00	444.954,94	281.558,96	1.660.157,54	94.354,74	8.702.421,38

companhia de saneamento básico do estado de são paulo - sabesp

Rita Alkmim
Coord. do Programa de
Participação Comunitária

Fones (011) 814 - 5533
PABX (011) 3039 - 4431
Bip 887-7722

Rua Costa Carvalho, 300 - Pinheiros

PRESTAÇÃO DE CONTAS FORUM
DOS MUTIRÊS DE SÃO PAULO

Caixa 31_/10/97	220,69
	80,00
Entradas Novembro97	300,69
Saidas Novembro 97	113,35
Caixaem 30/11/97	187,34

COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO

POSIÇÃO GERAL DE LIBERAÇÃO DE VERBAS DE MUTIRÕES ANO DE 1997

ASSOCIAÇÃO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total período
Bela Esperança Teotônio													
Parcela												228.709,27	228.709,27
Resíduo												98.824,36	98.824,36
Lagoinha													
Parcela											18.712,21		18.712,21
Resíduo													0,00
Baltazar Carneiro													
Parcela											94.572,12		94.572,12
Resíduo											42.258,93		42.258,93
Barro Branco I													
Parcela											63.697,04		63.697,04
Resíduo											28.087,27		28.087,27
Barro Branco II													
Parcela											65.259,97		65.259,97
Resíduo											28.776,43		28.776,43
Barro Branco III													
Parcela											64.768,79		64.768,79
Resíduo											28.559,63		28.559,63
Barro Branco IV													
Parcela											65.967,47		65.967,47
Resíduo											29.088,42		29.088,42
Vila Nova													
Parcela											64.793,45		64.793,45
Resíduo											28.570,74		28.570,74
26 de Julho I													
Parcela											44.601,87		44.601,87
Resíduo											19.830,17		19.830,17
Recanto das Estrelas													
Parcela											107.799,26		107.799,26
Resíduo											45.936,29		45.936,29
Terra de Deus Terra de Todos													
Parcela												257.916,71	257.916,71
Resíduo												112.713,73	112.713,73
Conceição II - Miguel Arcoi													
Parcela												197.100,74	197.100,74
Resíduo												88.075,25	88.075,25
Jd. Inda													
Parcela												91.298,53	91.298,53
Resíduo												40.792,84	40.792,84
Jd. dos Pássaros													
Parcela												2.180,58	2.180,58
Resíduo												1.015,41	1.015,41
Pq. Residencial Teotônio													
Parcela											122.898,60		122.898,60
Resíduo											57.278,96		57.278,96
Projeto Guarapiranga													
Parcela												123.578,21	123.578,21
Resíduo												57.545,41	57.545,41
													0,00
													0,00
Parcela													0,00
													0,00
São Francisco Sudeste											31.366,31		0,00
													0,00
TOTAL GERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.014.507,21	1.299.740,85	2.314.248,07

Informes da reunião com Cohab de 04.12.97.

-1) O Drº Giovani, prometeu agilizar as análises da contabilidade, estruturando melhor o setor à partir do ano que vem.
-Orientação do Fórum, que as coordenações dos mutirões, junto com seu contador, leiam atentamente o manual de Prestação de Contas, para evitar pendências.

-2) Com a verba do mês de outubro, que será liberada a partir de 12/12/97, pagar parte de todas as Associações programadas para outubro e novembro.
- O Forum fica negociando a segunda parte para que se liquide tudo para todos.
- Reunião com o Secretário de Finanças dia 17/12/97, às 13:00 h. Comissão 4 pessoas.

- 3) A modificação sugerida pela Cohab, para a tabela é a seguinte, incluir mais um item
- *Obra em andamento (associação trabalhando)*
- *Processo em andamento (associação em negociação)*
Quanto ao orçamento de 98 a Cohab, fez proposta para Sheab de 15.000.000,00

Próxima reunião dia 15/01/98 às 10:00 h.

2º Seminário do Fórum dos Mutirões

No dia 14 de setembro estiveram mais de 100 pessoas reunidas no Sindicato dos Condutores para discutir a necessidade da regularização das construções executadas em mutirão e as consequências que certas obras não previstas acarretam em termos de segurança fisica e de saúde para cada morador.
Houve um primeiro momento de exposição onde técnicos da área de arquitetura, juridica e de saúde pública expuseram as questões relacionadas aos seus temas. Estes depoimentos constituem a base de uma cartilha que está sendo elaborada como um dos resultados do seminário.
No periodo da tarde, as pessoas presentes se reuniram em 4 grupos para responderem as seguintes questões:
1. Para que precisamos de casa regularizada?
2. Quais são as modificações que podem ser feitas nas casas e no conjunto?
3. Quais as principais consequências que as modificações acarretam?
4. Como podemos evitar problemas de saúde decorrentes da construção de novos cômodos sem ventilação e onde o sol não entra?
5. Dá para construir sem colocar em risco a vida dos moradores?

De forma resumida, os resultados dos grupos de trabalho em resposta às perguntas foram os seguintes:

Ter uma moradia legalizada é um direito de cada morador e a propriedade do imóvel regularizado facilita o acesso à empréstimos e aos serviços públicos.
Para tanto, o mutirante deve respeitar as leis e o projeto de arquitetura e com isso facilitar a regularização das unidades habitacionais. Por outro lado, cabe à Assessoria e aos parlamentares que apoiam o movimento pensar em mudanças na legislação para facilitar a regularização. Não se pode também esquecer a responsabilidade da Cohab e da Prefeitura que abandonaram os mutirões, não fiscalizando e dificultando as liberações de recursos.
No caso de haver a necessidade de alguma modificação, o morador deverá primeiro consultar a assessoria técnica e sua Associação para ver se a obra que pretende fazer não criará problemas de segurança para a sua família e para os vizinhos e também, não dificultará a aprovação do conjunto.
A Associação e a Assessoria Técnica devem trabalhar sempre em conjunto, analisando cada caso, propondo um regimento interno ou uma convenção entre moradores para resolver os problemas. Deve-se buscar resolver cada questão internamente e apenas procurar outros interlocutores, como a Cohab, quando não houver outra alternativa.
Com relação à saúde dos moradores, ficou claro que as modificações nas casas sem a assessoria dos técnicos leva a sérios problemas de bronquite e outras doenças respiratórias. É importante também, que o Fórum continue a cobrar a infra estrutura dos mutirões a cargo da Cohab, para que as famílias não sejam prejudicadas pela falta de água e esgoto contraindo doenças contagiosas. Outra medida, será a criação de comissão de saúde tanto nos mutirões como por região.

Reunião do Forum dos Mutirões,terça-feira,10 H@Camara MUNICIPAL Anexo C

Ciudades para un futuro más sostenible
Volver al índice

Programa de autoconstrucción de viviendas gestionado por ONG, Sao Paulo (Brasil)

Experiencia seleccionada como 'buena práctica' en el concurso Habitat II de Naciones Unidas, y catalogada como: **GOOD**. (Vea *Best Practices Database*.)
País: **Brasil**

Región según Naciones Unidas: **América del Sur**
Región ecológica: **Tropical y subtropical**
Ámbito de la actuación: **Ciudad**
Instituciones: **Académicas y científicas, gobierno local, organizaciones de base comunitaria *(OBC)*, organizaciones no gubernamentales *(ONG)* y asociaciones de profesionales**

Palabras clave = **Organización de base comunitaria. Construcción de viviendas. Administración de la vivienda. Administraciones locales. Ayuda mutua.**

Categorías = **Vivienda y usos del suelo: vivienda asequible; el problema de las personas sin hogar; acceso a la financiación de la vivienda; ordenación territorial y normativa (*SIG* incluido).**
Buena gestión urbana: descentralización; recursos humanos y formación de dirigentes; fomento de la colaboración pública y privada; política pública; movilización de recursos
Igualdad y equidad de género: disponibilidad de los recursos; plena participación en la sociedad; funciones y cometidos por razón del género.

Patrocinador:
Municipalidad de Sao Paulo
Rua Sao Bento 405
Sao Paulo, Sao Paulo Brasil

Socio:
Uniao de Movimentos de Moradia, Sao Paulo
Nabil Georges Bonduki
Rua Fidalga 900
Sao Paulo, Sao Paulo Brasil
05432-000
011-8143372

Socio:
84 asociaciones de vecinos (ONGs) de Sao Paulo
Reginaldo Ronconi
RUA CARLOS LINSTANO CARLCCI 420 AP. 51
Sao Paulo, Sao Paulo Brasil
844-6037

Socio:
28 grupos de apoyo técnico (ONGs) de Sao Paulo
Angela Arruda Camargo
Rua Jesuino Arruda 445 apto 22
Sao Paulo, Sao Paulo Brasil
011-2828473

R E S U M E N

El programa consiste en una iniciativa de autoconstrucción de viviendas impulsada y realizada en Sao Paulo, la ciudad más grande de Latinoamérica, por la municipalidad, bajo la administración del *Partido dos Trabalhadores* (1989-1992), y por organizaciones no gubernamentales. Se trata de un proceso de colaboración entre la administración pública y grupos de ingresos bajos y, por tanto, puede ser calificado como un programa de gestión pública y no gubernamental que combina los aspectos positivos de la empresa privada y los objetivos sociales que caracterizan las acciones de la administración. Además de la creación de 11.000 unidades de vivienda, el programa incluía la remodelación de núcleos de chabolas y la reforma de 'corticos' (bloques de pisos) deteriorados. Aproximadamente 60.000 personas se han beneficiado de este programa.

Inicio: **09/89**
Interrupción: **12/92**

D E S C R I P C I Ó N

Panorama general del problema de la vivienda en Sao Paulo

El déficit de viviendas alcanza proporciones dramáticas en Sao Paulo -la ciudad más grande de Brasil y de Latinoamérica (15 millones de personas viven en el Gran Sao Paulo). Cerca de un millón de familias de bajos ingresos (aproximadamente cinco millones de personas) que viven en infraviviendas como los 'corticos' (bloques de pisos con pequeños apartamentos hacinados) se esfuerzan en pagar un alquiler con sus miseros salarios.

La solución tradicional adoptada por los pobres para evitar pagar un alquiler -comprar una parcela en la periferia urbana para construirse una casa en ella- no sólo ha contribuido a los graves problemas urbanos y ambientales, sino que se ha convertido en económicamente inviable para un número cada vez mayor de familias desde mediados de los 70. Como resultado, los núcleos de chabolas, que en 1973 alojaban tan sólo a un 1 % de la población de Sao Paulo, comenzaron a proliferar de forma alarmante y actualmente albergan a un 18% de la población. Al mismo tiempo, también aumentaron el hacinamiento en los bloques y el uso incontrolado de las áreas de riesgo (proclives a inundaciones, deslizamientos de tierras y otros desastres) y las areas protegidas.

Las iniciativas de la administración y la lucha por la vivienda

Antes de 1989, las iniciativas por parte de la administración habían sido limitadas. Entre las acciones llevadas a cabo por la enormemente centralizada Administracion Federal se contaba la contratación de promotores para construir viviendas en los rincones mas alejados de las áreas metropolitanas (áreas rurales) con un alto coste ambiental. Las áreas seleccionadas para la oferta de vivienda solían disponer de servicios urbanos insuficientes y los proyectos se llevaban a cabo sin participación de la comunidad. Tales iniciativas no ayudaban a los segmentos más desfavorecidos de la poblacion. El numero de unidades era demasiado pequeño para responder a la demanda, las casas eran demasiado caras para los pobres, y las restricciones burocráticas y la ausencia de subsidios del *Sistema Nacional de Viviendas* impedía el acceso a los programas de vivienda de los mas necesitados.

A nivel local, la *Municipalidad de Sao Paulo* ha estado actuando desde 1979, cuando se creó el *Fondo para la asistencia a la población alojada en infravivienda (Funaps)*. El *Funaps* obtuvo fondos del presupuesto municipal para invertir en asistencia a las familias de ingresos bajos, siendo sus acciones más asimilables a la caridad social que a un programa serio de oferta de vivienda. Por otra parte, antes de 1989, estas iniciativas se habían visto limitadas por la restricción en los fondos disponibles, por la falta de apoyo técnico y de gestión y por la ausencia de estrategias para hacer frente a un problema de tal complejidad.

En lo años 80, debido a las limitaciones de los programas de vivienda del gobierno, la lucha de la población más pobre por el suelo y la vivienda se intensificó, dando lugar a los denominados movimientos por la vivienda. Durante mediados de los años 80, los movimientos por la vivienda de Sao Paulo llevaron a cabo invasiones de tierras cada vez mejor organizadas. En 1987, los más fuertes de estos movimientos se concentraron en el sector oriental de la ciudad, donde, durante el Carnaval, unas veinte mil familias promovieron una enorme invasión para asegurarse una vivienda.

La crisis de la vivienda fue aumentando y el crecimiento imparable de los movimientos por la vivienda social obligó a la discusión de nuevas formas de hacer frente al problema. Expertos independientes comenzaron a ayudar a los movimientos, que fueron cambiando su actitud desde la meramente reivindicativa a la presentación de propuestas alternativas a las instancias gubernamentales. Los movimientos presentaron sus propias propuestas de política social de vivienda, incluyendo un programa de autoconstrucción y exigieron a la administración que los pusiera en practica.

El conflicto y la confrontación marcaron las relaciones entre los movimientos y el Ayuntamiento hasta 1989, cuando las negociaciones y propuestas de colaboración comenzaron a ser discutidas. Aquel año, la municipalidad inició el *Programa de Autoconstrucción de Vivienda* gestionado por las *ONG*, que acabó convirtiendose en una práctica muy exitosa de oferta de vivienda.

Descripción de la práctica

Durante la administración de Luiza Erundina (*Partido de los Trabajadores*), entre 1989 y 1992, el *Departamento de Vivienda Popular (HABI)* del *Secretariado para la Vivienda y el Desarrollo Urbano de la Municipalidad de Sao Paulo* desarrolló y llevó a cabo el *Programa de Autoconstrucción de Vivienda* gestionado por las *ONG* como parte del Plan Municipal de Vivienda para la población de bajos ingresos. Este plan establecía la estrategia para hacer frente al déficit de vivienda través de varios programas, a saber:

1. Adquisicion de suelo
2. Oferta de nuevas unidades de vivienda
3. Urbanizacion y regulacion del uso del suelo en los nucleos de chabolismo
4. Acciones sobre los bloques de viviendas colectiva.

Todos estos programas desarrollados bajo el Plan Municipal de Vivienda estaban financiados con fondos municipales o fondos transferidos desde otras fuentes (fondos de loteria para viviendas, colaboraciones con empresas privadas) al *Fondo de Asistencia a la Población Alojada en Infravivienda (Funaps)*, gestionado por el *HABI*. Los programas del Plan asistieron a unas 475 mil familias de bajos ingresos (ingresos familiares mensuales por debajo de los 400 dólares estadounidenses). De todos los programas desarrollados, el Programa que aqui se trata fue el que obtuvo los mejores resultados tanto en términos de calidad, como de coste y de participación ciudadana.

La *Municipalidad de Sao Paulo* desarrolló el Programa a través de un proceso largo y fructífero de discusiones con las asociaciones vecinales implicadas en la lucha por la vivienda, tales como la *Unión de los Movimientos de Vivienda (UMM)* y la *Coordinadora del Movimientos de Vivienda de la Zona Sur*. Los estudios e indagaciones llevados a cabo intensivamente entre 1983 y 1988 por los propios movimientos de vivienda con la ayuda de expertos en vivienda independientes (por ejemplo, profesores del *Laboratorio de Vivienda de la Escuela de Arquitectura de la Facultad de Bellas Artes de Sao Paulo*) contribuyeron a poner en marcha el Programa. Esta experiencia ha mostrado la importancia de que las personas organizadas de la comunidad y los profesionales de la Universidad unan esfuerzos para definir políticas públicas innovadoras.

Según el programa, el proceso de construcción de viviendas se lleva a cabo mediante la colaboración entre la administración pública y los grupos organizados de bajos ingresos a través de un sistema que podría ser descrito como de gestión pública y no gubernamental. Tres agentes participaron en el proceso: la administración pública, una asociación de vecinos y una organización de asistencia técnica.

Según el Programa, los futuros moradores -organizados en asociaciones de construcción o cooperativas- eran los responsables de la gestión de la construcción de las viviendas en todos sus aspectos, en función de las normas y directrices establecidas por la administración pública, que aportaba los fondos. La disposición legal mediante la cual se creó el *Funaps* le autorizaba a sellar acuerdos con entidades privadas o públicas con el fin de cumplir el objetivo de erradicar la 'infravivienda'. A continuación, el Programa estableció una serie de normas y reglamentos para el funcionamiento del programa.

A través de este Programa tan innovador, las asociaciones comunitarias -tales como las cooperativas de vivienda- llegaron a acuerdos con el *Funaps* para obtener la financiación para la construcción de viviendas. Se establecieron límites a la financiación (hasta 7.000 dólares estadounudenses para viviendas de 60 metros cuadrados, es decir 110 dólares/metro cuadrado), reglas para el gasto de los fondos, así como normas con respecto a los documentos necesarios para formular el derecho a establecer acuerdos, normas para la presentación de los informes de progreso y financieros y mecanismos para la autorización de los pagos de los plazos de financiación.

Según los términos del acuerdo, las asociaciones eran responsables de las gestión de todas las etapas del proceso de construcción. Se les permitía contratar a profesionales para que les prestaran asistencia técnica, decidir el solar, comprar los materiales de construcción, el equipo y las herramientas, y organizar colectivamente a los futuros moradores para llevar a cabo las actividades de construcción. A las asociaciones también se les permitía contratar mano de obra especializada para tareas específicas

dentro de un límite del 10 % del total de fondos concedidos.

La administración pública analizó los proyectos y los documentos presentados en solicitud de financiación, llevó a cabo inspecciones y mediciones antes de autorizar las subvenciones y evaluó los informes de progreso y económicos presentados por las cooperativas. La municipalidad se hizo responsable también de la adquisición de suelo y la infraestructura.

El Programa no era únicamente una forma de organización para la autoconstrucción de viviendas -trabajo gratis organizado por la administración para la construcción de viviendas- ni un proceso de autoconstrucción individual mediante el cual un persona consigue construirse un refugio para si y su familia. Se trataba de un programa de autoconstrucción dirigido por organizaciones, una forma de gestión pública y no gubernamental, en la cual las organizaciones no gubernamentales, con el apoyo y la financiación de la administración pública, eran las encargadas de construir las viviendas con la participación de todos los futuros moradores.

Esta forma de trabajo colectivo ha dado como resultado beneficios tecnológicos y sociales. Una gran productividad, una alta calidad, unas soluciones de diseño mejores -incluidos edificios de varias plantas- e incluso una terminación más rápida del proceso (cuando el flujo de fondos era continuo) fueron algunas de las características del Programa. Varios factores contribuyeron a la reducción de costes en aproximadamente un 50%. Algunos de ellos no estaban en absoluto relacionados con el hecho de que la mano de obra fuera gratis: por ejemplo, la eliminación de los beneficios indirectos (ganancias y gastos) o la adquisición de materiales a través de la asociación (en general, esto permite precios más bajos que los obtenidos por las administraciones públicas). La utilización del solar de construcción como centro comunitario y el desarrollo de componentes prefabricados en obra también contribuyeron a mantener los precios bajos.
La asistencia técnica de los profesionales contratados por las cooperativas fue esencial para el desarrollo de procesos constructivos eficaces, para la organización de la obra y para un mejor aprovechamiento de los trabajadores especializados. Estas eran condiciones fundamentales para conseguir un nivel de calidad y una rápida terminación. En contraste con el diseño monolítico tradicional brasileño, los técnicos comenzaron a desarrollar proyectos urbanos y arquitectónicos teniendo en cuenta las condiciones físicas y topográficas del lugar. El resultado han sido conjuntos de alta calidad en términos de arquitectura y localización (situados dentro de los límites de la ciudad y no en la periferia más alejada).

La autonomía de la cooperativa para la gestión de los procesos de construcción y para las reinversiones de los posibles superávits o ganancias por productividad en las propias unidades de viviendas produjo resultados positivos. Los miembros de la cooperativa hicieron todo lo posible por evitar desperdiciar material y negociaron precios a la baja para los materiales y el equipo; en resumen, se esforzaron en conseguir los más altos índices de productividad. Al estar construyendo sus propios hogares futuros, buscaron los mejores materiales que podían permitirse. Así pues, esta promoción pública de vivienda incorporaba las ventajas de la gestión privada en beneficio de los usuarios.

Por otra parte, la gestión del proceso de construcción por parte de los futuros moradores ayudó también a fomentar la organización y la participación comunitarias. Al haberse convertido la propia obra en una especie de centro comunitario, se desarrollaron allí una serie de actividades, tales como cursos de lectura y escritura, actividades recreativas para los niños, talleres, grupos de teatro, etcétera. Como resultado, no sólo se han construido viviendas, sino también una comunidad organizada, capaz de llevar a cabo y dirigir los proyectos, programas y actividades necesarios para adquirir plena ciudadanía.

Durante los cuatro años que duro el programa (1989-1992), se establecieron 84 acuerdos con asociaciones vecinales y se construyeron más de 11.000 unidades. Por otra parte, se sellaron 19 acuerdos para la remodelación de núcleos de chabolas y 4 para la rehabilitación de bloques de pisos ('corticos') deteriorados. Una parte significativa del trabajo de construcción se finalizó en diciembre de 1992. El material adjunto (imágenes de la revista 'Projeto' y del libro 'Arquitetura & Habitaçao Social em Sao Paulo 1989 -1992') ilustra algunos de los proyectos y edificios desarrollados de acuerdo con el Programa.

S O S T E N I B I L I D A D

Una calidad superior que la de las unidades de vivienda construidas por promotores, junto con una reducción de los costes al 50 % y los avances obtenidos en términos de participación comunitaria y de consecución de la plena ciudadanía han hecho del Programa una alternativa de largo alcance para resolver los problemas de vivienda en áreas metropolitanas, no sólo en Brasil, sino en otros países en vías de desarrollo. Esta experiencia puede ser considerada como una alternativa a las políticas públicas habituales en materia social y como un nuevo punto de vista entre la administración y el sector privado.

Este modelo puede aplicarse a otras realidades e incluso a asociaciones comunitarias recientemente constituidas que mostraron progresos significativos durante el proceso de gestión del proyecto. La autoconstrucción de viviendas es una práctica común en Brasil y en muchos países del Tercer Mundo: la gestión comunitaria otorga un carácter colectivo a esta práctica y añade muchas otras ventajas, tales como la asistencia técnica, el apoyo financiero y los avances tecnológicos. Es importante señalar que algunas administraciones públicas brasileñas, tales como el *Gobierno Estatal de Sao Paulo* y *municipalidades tales como Diadema e Ipatinga* han desarrollado programas similares con resultados igualmente excelentes. El éxito de este programa ha alentado también a la creación de cooperativas de viviendas en muchas localidades. Es cierto que el Programa respondió tan sólo a una pequeña parte de la gigantesca demanda de vivienda de la ciudad de Sao Paulo. Sin embargo, habría que señalar que el Programa sólo tuvo 4 años para madurar, un tiempo extremadamente corto para un proyecto de esta naturaleza. Este breve periodo incluye la discusión del programa, la adquisición del suelo, la redacción de los proyectos, la realización de las obras infraestructurales y, por fin, la construcción. Se completaron así varios proyectos. Fue mucho lo que se consiguió. Por otra parte, además de los proyectos en curso, otras 15.000 unidades estaban en fase de proyecto o plenamente desarrolladas y a la espera de firmar lo acuerdos de construcción. Sin embargo, este proceso fue interrumpido por la actual administración, que posee una visión centralizada de la administración y no acepta la idea de que los proyectos puedan ser gestionados desde las propias comunidades. El Programa ha sido ignorado en su totalidad por la siguiente administración. Las asociaciones vecinales vuelven a estar solas. Se mantienen organizadas y luchan por garantizar la continuidad del Programa, habiendo alcanzado resultados positivos y demostrado así la vitalidad del Programa.

Uno de los aspectos positivos que merece la pena señalar es el crecimiento sostenido de los movimientos por la vivienda social, así como la capacidad de organización y gestión demostrada por las asociaciones vecinales exactamente cuando más propuestas y alternativas se les exigen a los trabajadores. Los movimientos sociales desarrollaron la capacidad de ver más allá de sus inmediatas necesidades y en este momento son capaces de ofrecer propuestas a toda la sociedad. La propuesta de una Ley Federal, firmada por más de un millón de personas, puede ser considerada un ejemplo de esta

evolución. De acuerdo con la propuesta, se crearía un *Fondo Nacional para la Vivienda* -similar al *Funaps*- para financiar programas de creación de vivienda con participación comunitaria.

Gracias a políticas sociales tales como el Programa de Autoconstrucción de Viviendas gestionado por las *ONG*, los movimientos sociales y los organismos están aprendiendo a afrontar la dura tarea de luchar contra la pobreza y el subdesarrollo en Brasil.

I M P A C T O

- Se ha contruido 11.000 unidades de vivienda social.
- Se ha beneficiado 60.000 personas directamente por el Programa.
- Reducción de un 50 % en el coste de construcción de las viviendas.
- Coste de vivienda obtenido: 110 dólares estadounidenses por metro cuadrado.
- Han trabajado 28 grupos de asistencia técnica (*ONG*) en el programa.
- Se han implicado 84 asociaciones comunitarias (*OBC*) en la gestión y la construcción de las viviendas.
- Se han expropiado 4 millones de metros cuadrados para el programa.

Este documento se ha editado a partir de una versión inglesa.
Traducido por Carlos Verdaguer.

Revisado por Isabel Velázquez.

Ciudades para un futuro más sostenible
Volver al índice

Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid
Patrocinado por la Direccion General de la Vivienda, la Arquitectura y el Urbanismo
del Ministerio de Fomento de España.

Actualizado:
Para mas informacion o contactos: habitat@aq.upm.es